Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 24, 25 E 26 DE ABRIL DE 2021 Nº 24.895 Preço banca: R$ 3,50

São Paulo tem queda de mais de 23% de mortes por COVID-19

O Governo de São Paulo anunciou na sexta-feira (23) uma queda de 23,6% no número de mortes por COVID-19 no estado, após oito semanas consecutivas com indicadores em ascensão. A Secretaria de Saúde do Estado também confirmou que os números de internações e de casos confirmados de coronavírus vêm caindo semanalmente desde março.

Atualmente, a média diária das mortes em decorrência de casos graves da COVID-19 é de 621 nesta semana epidemiológica, contra 813 no período anterior.

"Pela primeira vez após dois meses de alta, o estado de São Paulo apresenta uma queda de 23% no número de óbitos. É a primeira vez que os indicadores de casos, internações e óbitos estão em queda neste período. Graças ao avanço da vacinação, às medidas restritivas do Plano SP e ao apoio da população, o nosso estado está colhendo resultados desse esforço coletivo", declarou o Vice-Governador e Secretário de Governo Rodrigo Garcia. Página 2

Desenvolvimento Regional e Educação têm maiores cortes no Orçamento

Página 3

Caixa e Ministério do Turismo oferecem R$ 1,2 bi em crédito para setor

Página 12

EUA: transição para economia limpa chegará a US$ 23 trilhões até 2030

A secretária de Energia dos Estados Unidos, Jennifer Granholm, disse na sexta-feira (23), durante a Cúpula de Líderes sobre o Clima, que a transição para uma economia mais limpa e menos nociva para o meio ambiente, representa uma oportunidade de negócios que deve movimentar US$ 23 trilhões até 2030.

Para se beneficiar desse mercado que, segundo a secretária, representa uma grande oportunidade para a geração de "milhões e milhões de empregos", será necessário muito investimento em inovações tecnológicas, visando principalmente fontes de energia limpa, bem como em uma mudança de pensamentos, de forma a "aumentar ambições coletivas" e a "repensar a resistência que temos à mudança".

A cúpula antecede a 26ª Conferência sobre o Clima, a COP26, a ser realizada em novembro em Glasgow, na Escócia. Um dos principais objetivos é impedir a elevação da temperatura média do planeta acima de 1,5 grau neste século. Página 3

FNDE estabelece diretrizes para o Programa Caminho da Escola

Foto/Ministério da Educação/Divulg.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tornou públicas as novas regras do Programa Caminho da Escola. Criado em 2007, a iniciativa permite que estados, municípios e o Distrito Federal solicitem assistência técnica e financeira federal para a compra de ônibus, lanchas e bicicletas destinadas ao transporte de estudantes de escolas públicas de ensino básico de áreas rurais e ribeirinhas.

Publicada no Diário Oficial da União de sexta-feira (23), a Resolução nº 1 estabelece as diretrizes e orientações para os gestores da rede pública de ensino interessados. De acordo com a resolução, a norma leva em conta as necessidades de melhoria das condições de acesso dos estudantes às escolas e de renovação da frota de veículos de transporte escolar em todo o país, bem como de regras de segurança para o uso dos veículos e para a assistência financeira. Página 12

Sem orçamento, Censo não será realizado em 2021

O Secretário Especial da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse na sexta-feira (23) que o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que estava previsto para este ano, não será realizado em razão da falta de orçamento. "Não há previsão orçamentária para o Censo, portanto ele não se realizará em 2021. As consequências e gestão para um novo Censo serão comunicadas ao longo desse ano, em particular em decisões tomadas na Junta de Execução Orçamentária formada por Casa Civil e Ministério da Economia", declarou o secretário. Página 4

Guedes pede flexibilidade do Mercosul para negociar acordos bilaterais

Os países-membros do Mercosul precisam de mais liberdade para negociarem acordos bilaterais, defendeu na sexta-feira (23) o ministro da Economia, Paulo Guedes. Em sessão temática do Senado sobre o aniversário de 30 anos do bloco, ele declarou que a flexibilidade para cada país negociar acordos individuais aumenta a integração internacional, respeitando o ritmo de cada sócio.

"Deixa um dos nossos membros fazer um acordo lá fora diferente. Página 12

Previsão do Tempo

Sábado: Dia de sol com algumas nuvens e névoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens.

25° C
15° C

Manhã Tarde Noite

Domingo: Sol com algumas nuvens. Não chove.

27° C
15° C

Manhã Tarde Noite

Segunda: Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

27° C
17° C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,49
Venda: 5,49

Turismo
Compra: 5,49
Venda: 5,66

EURO
Compra: 6,64
Venda: 6,64

Esporte

Collet encerra testes da pré-temporada satisfeito com performance do carro

Trinta pilotos da FIA Fórmula 3 encerraram as sessões de treinos coletivos da pré-temporada da categoria no circuito de Barcelona, na Espanha, que também será o palco da primeira etapa, em rodada tripla, nos dias 6, 7 e 8 de maio.

Único brasileiro na categoria, o paulista Caio Collet, de 19 anos, seguiu seus preparativos junto à equipe MP Motorsport e pôde conhecer ainda melhor seu novo carro, treinando em condições de pista seca e molhada.

No primeiro dia, com pista úmida, ele ficou em 24º pela manhã e encerrou o dia em oitavo, com a pista já seca, e ocupou a mesma posição no combinado dos dois treinos. Na quinta-feira, Collet foi o 12º pela manhã e o quinto à tarde, ficando em 12º no combinado.

Foto/ Dutch Photo Agency

O brasileiro completou o total de 180 voltas com o carro de número 18. O francês Victor Martins, seu companheiro na MP Motorsport, foi o mais rápido nos dois dias, mostrando mais uma vez a boa performance e evolução do time holandês, que já havia liderado também os testes na Áustria, no início do mês, quando Collet foi o mais veloz.

"Foram dois dias bem positivos. Conseguimos testar muitas coisas. Eu fui o piloto que deu o maior número de voltas, o que é muito bom. Fiquei feliz com as nossas simulações de corrida e acredito que conseguimos tirar bom proveito de tudo. Preciso melhorar em algumas áreas, mas estou bem confiante. Para a primeira etapa, acho que conseguimos preparar muitas coisas", destacou Collet, que é integrante da Alpine Academy.

"A equipe também está muito forte. Claro que estamos só começando os trabalhos, mas lideramos os dois testes da pré-temporada. Eu fui o mais rápido na Áustria, o Victor o melhor agora. Então, estamos com o carro muito bom. Agora é focar para que saia tudo como o planejado na primeira etapa", completou o brasileiro, que fará sua quarta temporada em monopostos.

Após uma carreira vitoriosa no kart, o brasileiro foi campeão da Fórmula 4 Francesa em 2018, campeão da Fórmula Renault Eurocup entre os rookies em 2019 e vice-campeão geral da categoria no ano passado.

Em suas sete etapas, a FIA F-3 fará parte da programação oficial dos GPs de Fórmula 1. No Brasil, as corridas poderão ser acompanhadas ao vivo pelo Bandsports.

MX Piquet Sports encara o primeiro desafio da sua história em Goiânia

A MX Piquet Sports fará sua estreia nesta temporada na Stock Car, neste final de semana, em Goiânia (GO) palco da primeira etapa do calendário, que é composto por 12 etapas. A composição do time é de pilotos e profissionais muito experientes e vencedores. Sérgio Jimenez, que retorna à categoria depois de um hiato de dois anos sem competir na Stock Car, em que se dedicou à carreira internacional, sendo o primeiro Campeão Mundial de carros elétricos.

"Estou muito feliz em retornar à categoria! É um momento importante na minha carreira, principalmente porque a Stock Car também passou por grandes mudanças no último ano com um modelo de carro. Será um belo desafio! Estamos iniciando um trabalho completamente do zero, mas que já conta com uma grande estrutura!", explicou. "Por isso, quero agradecer a confiança da Maxon Oil, minha patrocinadora master, que nos últimos três anos esteve comigo nas pistas e apostou nesse projeto! À Flávia Gulin e ao Edson Reis, proprietários da equipe, que acreditaram na construção de um projeto inovador, ao Carlos Chiarelli, engenheiro e chefe de equipe, que foi responsável pela minha estreia na Stock Light em 2009, e que desde lá construímos uma parceria muito sólida e vencedora dentro e fora das pistas!", destacou o dono do Toyota Corolla #73.

Para Chiarelli, a expectativa também é do retorno à Stock Car, onde comandou seu próprio time por 10 anos e conquistou duas vitórias e uma pole.

A programação da primeira etapa da Stock Car 2021 teve início na sexta-feira, com um treino extra, às 14h20. O sábado começa com dois treinos livres, às 09h25 e às 12h25, com a definição do grid às 15h05. A corrida será no domingo, está marcada para as 15h10, com transmissão ao vivo da Band.

Triumph lança promoção para motos clássicas

autojornal
o dia a dia motorizado

Butantan solicita à Anvisa aprovação para testar Butanvac em humanos

O Instituto Butantan enviou na sexta-feira, (23) à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) o pedido para início dos testes em humanos da Butanvac, novo imunizante que será produzido pelo instituto contra a covid-19. O anúncio foi feito nesta tarde pelo presidente do Butantan, Dimas Covas, durante entrevista coletiva à imprensa. Essa fase inicial de estudos busca avaliar a segurança da vacina e sua capacidade de induzir uma resposta imunológica.

"Hoje submetemos o protocolo de estudo clínico de fases 1 e 2 [da vacina]. É estudo que tem duração prevista máxima de 20 semanas, mas a partir da 16ª semana poderemos já ter os resultados de analise primária e, com isso, solicitar o uso emergencial pela Anvisa. Submetemos hoje e aguardamos o parecer da Anvisa e esperamos que isso ocorra dentro do mais curto prazo possível devido à urgência do momento ", disse Dimas Covas.

Para uma vacina poder ser utilizada na população, ela passa por uma fase de estudos em laboratório, uma fase pré-clínica de testes em animais e três etapas clínicas de testes em voluntários humanos, que avaliam a produção de anticorpos, a sua segurança e a sua eficácia.

Os testes da Butanvac serão feitos em adultos. Os estudos deverão começar com 1,8 mil voluntários. Já a fase 3, com maior escala de participantes, deverá incluir 9 mil pessoas. Nesses testes poderão fazer partes, inclusive, adultos já vacinados ou que já tiveram covid-19. "É um estudo clínico de segurança e imunogenicidade, comparativo. Então, ele não é um teste para incluir voluntários comparando grupo de vacinados com o grupo placebo. Aqui já se tem um padrão, que já foram determinados pelas demais vacinas. Então já se sabe o que esperar de uma vacina", explicou Dimas Covas.

"Portanto, vamos avaliar uma nova vacina de forma comparativa, sempre na perspectiva de que ela possa ser melhor. Você tem marcadores imunológicos e padrões de segurança. Então, vamos iniciar uma fase inicial de segurança, ou seja, se ela não traz nenhum tipo de efeito adverso e, no segundo momento, a imunogenicidade, ou seja, vamos estudar as pessoas que vão receber e qual a resposta imunológica que essas pessoas desenvolvem e comparar isso com a resposta de outras vacinas já descritas. Com isso poderemos inferir a eficiência da vacina. Se ela for superior a esses parâmetros analisados, evoluímos e poderemos pedir o uso emergencial", falou Covas.

A tecnologia da Butanvac utiliza o vírus da Doença de Newcastle geneticamente modificado. O vetor viral contém a proteína Spike do coronavírus de forma íntegra. O desenvolvimento complementar da vacina será todo feito com tecnologia do Butantan, incluindo a multiplicação do vírus, condições de cultivo, ingredientes, adaptação dos ovos, conservação, purificação, inativação do vírus, escalonamento de doses e outras etapas.

A Doença de Newcastle é uma infecção que afeta aves e, por isso, segundo o Butantan, o vírus se desenvolve bem em ovos embrionados, permitindo eficiência produtiva num processo similar ao utilizado na vacina de Influenza do Butantan. O vírus da doença de Newcastle não causa sintomas em seres humanos, constituindo-se como alternativa muito segura na produção. Ele é inativado para a formulação da vacina, facilitando sua estabilidade e deixando o imunizante ainda mais seguro.

Nota da Anvisa

A Anvisa confirmou à Agência Brasil que recebeu hoje o protocolo de estudos da Butanvac e que o documento se refere ao pedido de autorização para os testes de fase clínica 1 e 2 da vacina.

Esse protocolo, segundo a Anvisa, detalha a quantidade de participantes dos testes, os locais onde os estudos serão feitos e os resultados que são esperados. O prazo de análise da Anvisa é de 72 horas para os pedidos que estejam completos. Segundo o órgão, já foi iniciada a avaliação para dar seguimento ao pedido do Butantan. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (SÃO PAULO)

O ex-vereador Quito Formiga (PSDB) tá a disposição do prefeito Bruno Covas pra receber mensagens psicografadas do avô - Mario Covas - do prefeito Bruno Covas (PSDB), sobre o tempo que vai demorar pra que ocorra uma cura definitiva do seu câncer

.

PREFEITURA (SÃO PAULO)

O católico e vice-prefeito Ricardo Nunes (MDB) tá na corrente religiosa pela recuperação do Bruno Covas (PSDB). Com ele estão os vereadores e vereadoras da bancada cristã-evangélica. Esta união mostrará ao Brasil que a Fé em DEUS tá acima das doutrinas

.

ASSEMBLEIA (SÃO PAULO)

No parlamento paulista também existe uma união entre deputados e deputadas da bancada cristã (católica e protestante-evangélica), rezando e orando pela cura de um câncer que afeta a vida do prefeito Bruno Covas (PSDB), também acima de doutrinas

.

GOVERNO (SÃO PAULO)

João Doria (PSDB 'liberal de centro') segue apostando alto que a Butanvac - que pode se tornar a 1ª vacina brasileira - venha a substituir a Coronavac com insumos da China.Agora tá nas mãos da Anvisa, porque os testes em humanos devem começar logo

.

CONGRESSO (BRASIL)

A CPI da pandemia Covid 19, que cobrará ações do governo - Ministério (Saúde) - Bolsonaro, dos Estados e dos municípios vai ser um show de denúncias dos que eram amigos e confiáveis no início do mandato e agora são desafetos porque foram defenestrados

.

PRESIDÊNCIA (BRASIL)

Bolsonaro (ex-PSL e ainda sem partido) segue sendo elogiado pelo seu colega norte-americano Joe Biden (Democrata), por ele ter tido a coragem de dizer - na Cúpula do Clima - que o Brasil cumprirá metas pela preservação do meio ambiente (antes de 2030)

.

JUSTIÇA (BRASIL)

Foi um espetáculo deprimente os bate-bocas entre ministros do Supremo, no caso Lula x Moro. Talvez fosse melhor que não existisse a tv Justiça - como não existe nos USA - uma vez que ficou ainda mais claro que o Sol que alguns deles não são imparciais

.

PARTIDOS (BRASIL)

PT segue celebrando o Supremo ter anulado os crimes do Lula (na Justiça Federal de Curitiba por Sérgio Moro e Ministério Público via Operações Lava Jato). Agora vão pra cima do magistrado que retomar o processo - Lula não está inocentado - no Distrito Federal

.

M Í D I A S

A coluna diária de política do jornalista **Cesar Neto** vem sendo publicada na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Via Internet desde 1996, www.cesarneto.com foi se tornando referência da liberdade possível. Twitter **@CesarNetoReal** ... Email **cesar@cesarneto.com**

cesar@cesarneto.com

SP tem queda de mais de 23% de mortes por COVID-19 após 2 meses em alta

O Governo de São Paulo anunciou na sexta-feira (23) uma queda de 23,6% no número de mortes por COVID-19 no estado, após oito semanas consecutivas com indicadores em ascensão. A Secretaria de Saúde do Estado também confirmou que os números de internações e de casos confirmados de coronavírus vêm caindo semanalmente desde março.

Atualmente, a média diária das mortes em decorrência de casos graves da COVID-19 é de 621 nesta semana epidemiológica, contra 813 no período anterior.

"Pela primeira vez após dois meses de alta, o estado de São Paulo apresenta uma queda de 23% no número de óbitos. É a primeira vez que os indicadores de casos, internações e óbitos estão em queda neste período. Graças ao avanço da vacinação, às medidas restritivas do Plano SP e ao apoio da população, o nosso estado está colhendo resultados desse esforço coletivo", declarou o Vice-Governador e Secretário de Governo Rodrigo Garcia.

Desde meados de fevereiro, o número de mortes apontava crescimento semanal, com médias que saltavam em mais de cem óbitos a cada nova semana. Patamares abaixo dessa média começaram a ser constatados a partir da segunda quinzena de março, simultaneamente ao período de vigência da Fase Emergencial do Plano São Paulo.

A média de casos também caiu desde a última semana, em 14,3%, passando de de 14.921 para 12.784 infectados. O auge de casos foi verificado três semanas atrás, com 16.453 casos na semana epidemiológica verificada entre os dias 4 e 10 de abril.

Já as internações tiveram declínio de 4,5%, baixando de 2.411 para 2.303 nestas duas últimas semanas. Neste caso, a tendência de queda é sustentada desde a última semana de março, que chegou a atingir 3.381 hospitalizações por COVID-19.

"Esses dados nos trazem alento, esperança e reforçam que as medidas tomadas pelo Plano São Paulo, fazendo o faseamento vermelho, passando para uma fase mais restritiva – a Fase Emergencial – e agora a Fase de Transição mostram a responsabilidade que o Governo do Estado tem com a saúde e a proteção da vida, assim como a vacinação que vem acontecendo de forma progressiva", reforçou o Secretário de Saúde Jean Gorinchteyn.

SP terá tornozeleira eletrônica para rastreamento de agressores de mulheres

O Governador João Doria assinou na tarde de quinta-feira (22), no Palácio dos Bandeirantes, um Termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça de São Paulo para viabilizar o uso de tornozeleira eletrônica e de alerta de proximidade de agressor como mecanismos para prevenir, coibir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Durante a abertura da cerimônia, Doria salientou que o governo está empenhado em desenvolver cada vez mais ações voltadas à proteção das mulheres e de seus direitos. "Foi nesse governo que ampliamos os programas das Delegacias de Defesa da Mulher. São 137 DDMs no Estado de São Paulo, sendo dez delas funcionando 24 horas por dia. Serão 150 até o final do nosso governo", afirmou o Governador, ao lembrar que mais de 25 mil mulheres foram atendidas virtualmente, com alto índice de satisfação.

De acordo com o Termo, o Governo do Estado de São Paulo será responsável pela compra, manutenção, instalação e monitoramento das tornozeleiras eletrônicas e da unidade portátil de rastreamento, que ficará com as mulheres vítimas para que seja acionado, caso o agressor invada o limite de proteção.

"Em 2019, a cada uma hora, 536 mulheres foram vítimas de agressões no Brasil. A assinatura desse termo será um passo importante e eficaz no combate à violência contra a mulher", frisou o secretário da Justiça e Cidadania, Fernando José da Costa, ao citar dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Um Grupo de Trabalho, composto por representantes do Estado e do TJSP, irá executar o projeto, que contará com a participação de representantes das Secretarias de Governo, Justiça e Cidadania, Administração Penitenciária, Segurança Pública e da Procuradoria Geral do Estado. A coordenação do Grupo de Trabalho será de responsabilidade da Secretaria de Justiça e Cidadania.

Masp reabre ao público neste sábado

O Museu de Arte de São Paulo (Masp) voltará a funcionar neste sábado (24), seguindo as novas orientações do governo estadual em relação à pandemia de covid-19. O museu trabalhará com 25% da capacidade e seguirá assim até 30 de abril, data em que será feita a nova reclassificação do Plano São Paulo.

O agendamento online, inclusive para os dias gratuitos, continua sendo obrigatório e deve ser feito pelo link: masp.org.br/ingressos. A bilheteria permanecerá fechada e a compra de ingressos, com dia e horário marcados, será exclusivamente online, sem cobrança de taxa de conveniência, conforme informou o museu.

Ao adquirir um ingresso, o visitante tem direito de ver todas as exposições que estão em cartaz, sendo elas "Beatriz Milhazes: Avenida Paulista", "Degas", "Sala de vídeo: Teto Preto" e "Acervo em Transformação", a mostra de longa duração do museu.

Nos dias 24, 25 e 27, o museu funcionará das 11h às 19h; nos dias 28, 29 e 30, das 13h às 19h. O Masp informou que adotou todas as medidas necessárias para uma visita segura, que podem ser consultadas no site da instituição. Entre as ações de segurança sanitária, estão a redução da capacidade máxima de visitantes, o uso obrigatório de máscara e o cumprimento do distanciamento social. (Agência Brasil)

Poupatempo disponibiliza agendamento online a partir deste sábado

O Poupatempo disponibiliza, por meio do portal www.poupatempo.sp.gov.br e aplicativo Poupatempo Digital, horários para quem precisa realizar atendimento presencial. A reabertura dos postos começa no sábado, dia 24, com serviços que não estão disponíveis nas plataformas digitais, como emissão de RG, transferência interestadual e mudança na característica de veículos, por exemplo.

Os demais, como renovação e a segunda via de CNH, licenciamento e transferência de veículos, consulta de IPVA, Atestado de Antecedentes Criminais, Carteira de Trabalho e seguro-desemprego, entre outros, seguem mantidos no portal e app do programa. São mais de 130 opções online.

Para a reabertura, serão seguidos protocolos sanitários de prevenção à Covid-19, como obrigatoriedade do uso de máscaras, medição de temperatura, higienização das mãos com álcool em gel e dos calçados com tapete sanitizante, além da redução na capacidade de atendimento, priorizando serviços que necessitem da presença do cidadão para serem concluídos.

Até 30/04, durante a Fase de Transição, o horário de abertura das unidades será diferenciado: de segunda a sexta-feira, das 11h até o fechamento de cada unidade, às 17h ou 19h, dependendo da cidade. No sábado (24), o atendimento será das 11h às 13h, em todos os postos do Estado.

O diretor da Prodesp – empresa de tecnologia do Governo de São Paulo que administra o Poupatempo -, Murilo Macedo, alerta a população a procurar o atendimento presencial somente quando estritamente necessário, para que haja horários disponíveis para situações emergenciais. "É importante lembrar neste momento que o RG não possui validade e que o prazo para a renovação da CNH está temporariamente suspenso, devido à pandemia. Por isso, o Poupatempo recomenda ao cidadão que avalie a necessidade antes de agendar seu horário e permita que o atendimento seja direcionado a quem depende do serviço para ter acesso a programas sociais ou assistência hospitalar, por exemplo", explica.

Para auxiliar quem tem dúvidas sobre como realizar os serviços online, incluindo o agendamento de data e horário, o portal do Poupatempo oferece vídeos tutoriais e cartilhas orientativas, com o passo a passo das principais solicitações.

Entre os órgãos que oferecem atendimento no portal e app do Poupatempo, estão o Detran.SP, Instituto de Identificação (IIRGD), Procon, CDHU, Sabesp, Cetesb, Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP), Procuradoria Geral do Estado (PGE-SP), Receita Federal, secretarias estaduais da Educação, Fazenda e Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Transportes Metropolitanos, Saúde e Comunicação, além de algumas prefeituras.

Para outras informações, o cidadão pode escrever para o Fale Conosco, que recebe, analisa e responde as solicitações em até seis dias úteis. O contato também está disponível no portal www.poupatempo.sp.gov.br e aplicativo Poupatempo Digital.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Desenvolvimento Regional e Educação têm maiores cortes no Orçamento

Os ministérios do Desenvolvimento Regional e da Educação registraram os maiores cortes no Orçamento após os vetos definitivos e os bloqueios temporários publicados na quinta-feira (23) no Diário Oficial da União. A conclusão é da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão consultivo do Senado, que divulgou levantamento com o impacto das perdas de recursos entre as pastas.

Sancionado na quinta-feira (22) à noite, o Orçamento teve vetados R$ 19,8 bilhões em gastos, principalmente relativos a emendas parlamentares. Além dos vetos, o governo editou hoje um decreto contingenciando (bloqueando temporariamente) R$ 9,2 bilhões.

Embora o decreto especifique a distribuição dos cortes em cada pasta, o Diário Oficial não somou os vetos por ministérios. Dessa forma, a IFI compilou as despesas vetadas e somou com os valores contingenciados para chegar ao montante do corte final em cada ministério.

Pasta mais beneficiada na votação do Orçamento original com a inclusão de emendas parlamentares, o Ministério do Desenvolvimento Regional teve o Orçamento para 2021 reduzido em R$ 9,4 bilhões, entre vetos e bloqueios. A maior parte dos vetos está relacionada a pequenas obras, como estradas vicinais, praças, calçadas, parques e áreas de lazer.

O segundo maior corte ocorreu no Ministério da Educação, que perdeu R$ 3,9 bilhões. Segundo a IFI, os vetos se concentraram na manutenção de universidades e em demais ações relacionadas ao ensino superior. Por causa da pandemia de covid-19, as universidades federais estão exercendo a maioria das atividades de forma remota.

Outros cortes

O Ministério da Infraestrutura foi o terceiro mais afetado, com redução de R$ 3,5 bilhões no Orçamento. Os cortes concentraram-se na manutenção e duplicação de rodovias federais e na recuperação de aeroportos regionais. Os terminais aéreos estão sendo concedidos à iniciativa privada. Em quarto lugar ficou o Ministério da Defesa, com corte total de R$ 3,2 bilhões, que atingiram investimentos em modernização de equipamentos militares.

A Saúde ficou em quinto lugar, com encolhimento de R$ 2,2 bilhões no Orçamento. Entre os vetos, está a distribuição de recursos a hospitais e à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que fabrica no Brasil a vacina da AstraZeneca. Apesar dos cortes, o governo garante que esses recursos serão recompostos.

O projeto que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, aprovado na segunda-feira (19), prevê a abertura de créditos extraordinários (fora do teto de gastos) e a exclusão de meta de déficit primário de R$ 247,1 bilhões de despesas emergenciais do Ministério da Saúde com o enfrentamento à pandemia. O reforço estimado no Orçamento da Saúde está em R$ 10 bilhões.

O Ministério da Economia perdeu R$ 1,5 bilhão, entre vetos e cortes. O encolhimento na verba inviabilizou o Censo de 2021. O Ministério da Agricultura ficou com R$ 1,1 bilhão a menos.

Completam a lista das pastas afetadas os ministérios da Cidadania; Justiça e Segurança Pública; Ciência, Tecnologia e Inovações; Turismo; Meio Ambiente; Comunicações; Mulher, Família e Direitos Humanos; Minas e Energia e Relações Exteriores. O impacto em cada ministério ficou abaixo de R$ 1 bilhão.

Ajustes

Além do decreto e do texto do Orçamento sancionado, o governo publicou um relatório que reestima os gastos obrigatórios. A despesa com a Previdência Social saltou de R$ 16,285 bilhões, para R$ 707,193 bilhões neste ano. A projeção foi revista para cima por causa do salário mínimo de R$ 1,1 mil, que não tinha sido levado em conta no Orçamento aprovado pelo Congresso.

As despesas com abono-salarial e seguro-desemprego foram elevadas em R$ 2,6 bilhões, para R$ 51,5 bilhões. Os gastos com subsídios e subvenções aumentaram R$ 2,8 bilhões. No entanto, as despesas com o funcionalismo público caíram R$ 2 bilhões, para R$ 335,3 bilhões.

A reestimativa das despesas obrigatórias é necessária para recompor o Orçamento de 2021. Isso porque o texto aprovado pelo Congresso subestimava os gastos obrigatórios em R$ 29 bilhões. Para evitar a paralisação da máquina pública e o cometimento de crime de responsabilidade, o governo fechou um acordo com a Câmara e o Senado para compensar os valores obrigatórios com os cortes de gastos discricionários (não obrigatórios) nos ministérios.

Os vetos de R$ 19,8 bilhões representam cortes definitivos, com a dotação cancelada. Os contingenciamentos de R$ 9,2 bilhões são temporários e podem ser revertidos. A maior parte dos vetos concentrou-se em emendas do relator, no total de R$ 10,5 bilhões. Em seguida vêm R$ 1,4 bilhão de emendas de bancada e R$ 7,9 bilhões de despesas originalmente propostas pelo próprio Executivo. (Agencia Brasil)

Brasileiro está lendo mais na pandemia, diz Sindicato dos Editores

O Dia Mundial do Livro, comemorado na sexta-feira (23), apresenta dois quadros no Brasil: um muito positivo e outro preocupante, segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel), Marcos da Veiga Pereira. A data foi escolhida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para celebrar o livro, incentivar a leitura, homenagear autores e refletir sobre direitos legais.

"O quadro muito positivo é que o brasileiro está lendo mais. Desde julho do ano passado, as vendas têm crescido e continuaram crescendo este ano, o que, para mim, evidencia uma reconexão com o livro e com a leitura. É como se as pessoas descobrissem o prazer de ler, porque estão mais em casa, porque têm mais tempo. E ao redescobrir o prazer de ler, elas redescobrem o hábito da leitura; colocam o livro no seu hábito diário. Isso faz com que as pessoas leiam mais. Estão consumindo mais livros. Isso é super positivo", disse Marcos da Veiga à Agência Brasil.

Preocupação

Os números revelados pelas pesquisas promovidas pelo Snel mostram todo o varejo online se movimentando para criar promoções e eventos com o objetivo de chamar as pessoas ainda mais para o livro. Em contrapartida, o lado preocupante é o das livrarias físicas, disse Marcos da Veiga. "Nos cerca de 14 meses da pandemia do novo coronavírus (covid-19), as livrarias físicas passaram, pelo menos, metade desse tempo ou fechadas ou com muitas restrições, o que gera forte impacto econômico-financeiro", disse.

De acordo com o presidente do Snel, o funcionamento precário das lojas físicas tem efeito também no próprio hábito do leitor, uma vez que impede as livrarias de chamar o público de volta para ter o prazer do convívio, de manusear os livros, de encontrar autores nos lançamentos de obras, de conversar com outras pessoas e com os livreiros. "Essa é a parte difícil da pandemia, que continua", disse o presidente do Snel.

A pesquisa mensal do varejo realizada para o sindicato mostra a consistência das vendas do setor. No primeiro trimestre deste ano, em comparação a igual período do ano passado, houve expansão de 25% em exemplares vendidos, com cerca de 12 milhões de livros, contra 9,6 milhões no acumulado de janeiro a março de 2020. Em valor, o aumento foi menor, e alcançou cerca de 15,5%. No primeiro trimestre de 2021, a receita com a venda de livros somou R$ 544 milhões, contra R$ 471,5 milhões no mesmo período de 2020.

Segundo Marcos da Veiga, isso pode ser explicado porque se vendeu mais obras gerais e menos livros escolares, que são mais caros. Além disso, segundo ele, houve concentração no varejo online, que tem uma prática de descontos para o consumidor muito agressiva.

Pré-adolescentes

Embora o brasileiro esteja lendo mais em razão da pandemia, a pesquisa "Retratos da leitura no Brasil", divulgada em setembro do ano passado pelo Instituto Pró-Livro e relativa ao ano anterior, revela que pouco mais da metade dos brasileiros têm hábito de leitura (52%). Por idade, a pesquisa mostrou que a única faixa etária que ampliou o total de leitores foi a de crianças entre 5 e 10 anos de idade, que passou de 67%, em 2015, para 71%, em 2019.

Todas as demais faixas leram menos em relação à pesquisa anterior. Apesar da queda, a faixa etária que mais lê no Brasil é a dos pré-adolescentes de 11 a 13 anos de idade (81%, em 2019, contra 84%, em 2015). Em termos de escolaridade, os leitores com curso superior permanecem como os que lêem mais, mesmo com redução entre as edições da pesquisa (68%, em 2019, contra 82%, em 2015).

O presidente do Snel, Marcos da Veiga, confirmou que está ocorrendo um ressurgimento forte de livros juvenis, para faixa pré-adolescente de 11 a 13 anos de idade.

Marcos da Veiga disse que a crise contribuiu para a redescoberta da leitura. Para ele, a palavra, a partir de agora, não pode ser mais oportunidade mas, sim, responsabilidade. "Nós, enquanto indústria, precisamos manter o livro presente na vida das pessoas, precisamos entrar nas casas das pessoas através das mídias sociais das livrarias, das editoras, que são muito fortes. Isso nos permite estar convidando o leitor a conhecer mais livros, fazendo promoções".

O presidente do Snel disse que quando as pessoas puderem circular mais livremente, a ideia é criar mais eventos com autores, "porque é sempre uma experiência muito bacana ter seu livro autografado e tirar foto com o escritor. Acho que essa é nossa responsabilidade. Acho que temos que aproveitar a crise e criar um mercado mais robusto, reconquistar um pouco o que a gente perdeu de 2015 para cá". (Agencia Brasil)

Auxílio emergencial é pago a beneficiários do Bolsa Família com NIS 5

Os beneficiários do Bolsa Família com Número de Inscrição Social (NIS) terminado em 5 receberam na sexta-feira (23) a primeira parcela do auxílio emergencial 2021. Os recursos podem ser movimentados pelo aplicativo Caixa Tem, por quem recebe pela conta poupança social digital, ou sacados por meio do Cartão Bolsa Família ou do Cartão Cidadão.

O recebimento dos recursos segue o calendário normal do Bolsa Família, pago nos últimos dez dias úteis de cada mês. A primeira parcela começou a ser depositada na última sexta-feira (16) e será paga até 30 de abril.

Em caso de dúvidas, a central telefônica 111 da Caixa funciona de segunda a domingo, das 7h às 22h. Além disso, o beneficiário pode consultar o site auxilio.caixa.gov.br.

O auxílio emergencial foi criado em abril do ano passado pelo governo federal para atender pessoas vulneráveis afetadas pela pandemia de covid-19. Ele foi pago em cinco parcelas de R$ 600 ou R$ 1,2 mil para mães chefes de família monoparental e, depois, estendido até 31 de dezembro de 2020 em até quatro parcelas de R$ 300 ou R$ 600 cada.

Neste ano, a nova rodada de pagamentos, durante quatro meses, prevê parcelas de R$ 150 a R$ 375, dependendo do perfil: as famílias, em geral, recebem R$ 250; a família monoparental, chefiada por uma mulher, recebe R$ 375; e pessoas que moram sozinhas recebem R$ 150.

Regras

Pelas regras estabelecidas, o auxílio é pago às famílias com renda mensal total de até três salários mínimos, desde que a renda por pessoa seja inferior a meio salário mínimo. É necessário que o beneficiário já tenha sido considerado elegível até o mês de dezembro de 2020, pois não há nova fase de inscrições. Para quem recebe o Bolsa Família, continua valendo a regra do valor mais vantajoso, seja a parcela paga no programa social, seja a do auxílio emergencial.

Quem recebe na poupança social digital, pode movimentar os recursos pelo aplicativo Caixa Tem. Com ele, é possível fazer compras na internet e nas maquininhas em diversos estabelecimentos comerciais, por meio do cartão de débito virtual e QR Code. O beneficiário também pode pagar boletos e contas, como água e telefone, pelo próprio aplicativo ou nas casas lotéricas. A conta é uma poupança simplificada, sem tarifas de manutenção, com limite mensal de movimentação de R$ 5 mil. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

EUA: transição para economia limpa chegará a US$ 23 trilhões até 2030

A secretária de Energia dos Estados Unidos, Jennifer Granholm, disse na sexta-feira (23), durante a Cúpula de Líderes sobre o Clima, que a transição para uma economia mais limpa e menos nociva para o meio ambiente, representa uma oportunidade de negócios que deve movimentar US$ 23 trilhões até 2030.

Para se beneficiar desse mercado que, segundo a secretária, representa uma grande oportunidade para a geração de "milhões e milhões de empregos", será necessário muito investimento em inovações tecnológicas, visando principalmente fontes de energia limpa, bem como em uma mudança de pensamentos, de forma a "aumentar ambições coletivas" e a "repensar a resistência que temos à mudança".

A cúpula antecede a 26ª Conferência sobre o Clima, a COP26, a ser realizada em novembro em Glasgow, na Escócia. Um dos principais objetivos é impedir a elevação da temperatura média do planeta acima de 1,5 grau neste século.

Ao lado do ex-senador norte-americano John Kerry, enviado especial para o clima pelo gabinete do presidente Joe Biden, na condução dos debates de hoje, Jennifer Granholm disse ser necessário "aumentar nossas ambições coletivas" sobre as mudanças climáticas até o final dessa década.

"Precisamos, sem medo, buscar inovações para baixar os custos de baterias e para comercializar captura de carbono, dando condições ao chamado mercado verde e azul [referência às florestas e aos oceanos]. Provavelmente muitos de nós precisamos repensar a resistência que temos à mudança, uma vez que estamos presos a um status quo", disse a secretária.

"Talvez insistam que não conseguiremos atingir nossos objetivos. No entanto, há um antigo provérbio que diz: que 'quando sopram os ventos da mudança, algumas pessoas constroem muros. Outras constroem moinhos de vento'. Então, construtores de moinhos de vento, vamos voltar atrás com relação a dúvidas e medos. Algumas pessoas nos dirão as coisas mais apavorantes, e que nada podemos fazer. Vamos provar que nós podemos, e teremos todos os ganhos quando obtivermos sucesso, a começar pelos empregos", acrescentou.

Jennifer Granholm acrescentou que as ações visando uma economia mais limpa representam grandes oportunidades para aqueles que aceitarem esse desafio. "Estamos olhando para um mercado global de, no mínimo, US$ 23 trilhões, com a transição verde até 2030. Isso significa que poderemos refazer a economia, criar novos negócios, e colocar milhões e milhões de pessoas para trabalhar", disse em meio a vários acenos de que o governo dos EUA anunciará diversas ações que favorecerão investimentos para reduzir custos no setor de energia limpa, bem como para tornar cada vez mais barato o uso de veículos movidos por esse tipo de energia.

"Os EUA já tiveram como objetivo chegar à Lua, onde já fincamos nossa bandeira. Agora escolhemos ter como objetivo o de resolver a crise climática. Imaginem o que podemos fazer nessa década e imaginem o que podemos fazer com a participação conjunta de todo o planeta,"

Em uma de suas participações, John Kerry destacou que o mundo está se abrindo para a agenda que está em debate, e que impedir a elevação da temperatura média do planeta requer "um novo começo", ao enfatizar que o mundo está "no limite" do aquecimento global.

"Este evento está ouvindo 63 representantes de governos. Muitos desses países mostram preocupações com as ações inadequadas que têm adotado. Muitos se sentem vulneráveis com relação aos eventos climáticos e preocupados com relação à forma como terão de lidar com as consequências", disse o ex-senador, que representa o governo dos EUA no evento, ao defender que ações sejam aplicadas "de forma imediata."

Parcerias

Ex-prefeito de Nova York, Michael Bloomberg defendeu parcerias entre governos e setor privado. "Temos uma oportunidade para mostrar como uma verdadeira liderança deve agir, não só em governos como no setor privado, visando a adoção de decisões mais inteligentes", disse. "A boa notícia é que energia limpa está cada vez mais barata", acrescentou.

Fundador da empresa Microsoft, Bill Gates listou três coisas que, segundo ele, são importantes para motivar investimentos em inovação e a construção de "infraestruturas de transição para economia limpa".

"Em primeiro lugar, precisamos desenvolver empregos e implantar tecnologias avançadas que permitam eliminar emissões por toda a economia física. Em segundo lugar, precisamos que os mercados mais poderosos financiem e implantem essas inovações que identifiquem caminhos alternativos e campos para tecnologias que possam competir com os combustíveis fósseis. E, em terceiro lugar, que governos e corporações adotem políticas que tornarão essa transição rápida e barata. Os líderes precisarão incentivar aqueles que dão esses passos tão difíceis", disse Gates, ao classificar como "essencial" para esse desafio que haja cooperações internacionais.(Agencia Brasil)

Grupo de sem-teto de Roma recebe vacina e visita do papa

O papa Francisco visitou pessoas sem teto e necessitadas de Roma, que receberam vacinas gratuitas contra a covid-19 de instituição de caridade do Vaticano na sexta-feira (23), quando ele comemorou a festa de São Jorge.

Cerca de 600 das 1,4 mil pessoas que receberam a primeira dose há várias semanas foram vacinadas com a segunda.

O papa passou cerca de 30 minutos conversando com algumas pessoas, muitas da área ao redor do Vaticano.

Enquanto cantarolavam e gritavam "auguri" (parabéns) pelo dia, ele lhes ofereceu comida e doces, inclusive um ovo de Páscoa gigantesco que voluntários abriram, dando-lhe um pedaço.

O Vaticano também iniciou uma campanha que permite que doadores contribuam para o custo de uma vacina destinada a pessoas de países pobres, por meio do *site* de seu escritório de doações.

Batizada de *vaccino sospeso* (vacina suspensa), empresta o nome da tradição do *caffe sospeso* de Nápoles, segundo a qual as pessoas deixam dinheiro para pagar um café a um desconhecido necessitado cuja identidade só é conhecida pelo *barman*.

Francisco, que já foi vacinado, assim como o ex-papa Bento XVI, de 93 anos, disse que receber a vacina é a escolha ética, a menos que existam motivos médicos sérios para não fazê-lo.

Sob o comando de Francisco, o Vaticano criou várias estruturas para ajudar a população dos sem-teto de Roma, incluindo uma clínica, locais de banho e serviços de barbearia. (Agencia Brasil)

Jornal O DIA SP

Sem orçamento, Censo não será realizado em 2021

O Secretário Especial da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse na sexta-feira (23) que o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que estava previsto para este ano, não será realizado em razão da falta de orçamento. "Não há previsão orçamentária para o Censo, portanto ele não se realizará em 2021. As consequências e gestão para um novo Censo serão comunicadas ao longo desse ano, em particular em decisões tomadas na Junta de Execução Orçamentária formada por Casa Civil e Ministério da Economia", declarou o secretário.

Os recursos necessários para o Censo, que acontece, em geral, a cada dez anos, eram da ordem de R$ 2 bilhões. Durante a tramitação do projeto no Congresso Nacional, os parlamentares já haviam feito um corte de R$ 1,76 bilhão, agora, foi confirmada a retirada dos recursos. Segundo Waldery, novas decisões serão comunicadas oportunamente.

No início do mês, o IBGE já havia suspendido as provas do processo seletivo para recenseadores e agentes censitários que trabalhariam na pesquisa. Cerca de 17 mil agentes censitários e 182 mil recenseadores seriam contratados.

Os dados populacionais do Censo são utilizados para os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e para uma série de outras transferências da União para estados e municípios. A última contagem da população foi realizada no Censo Demográfico de 2010.

Integrantes do governo falaram à imprensa sobre os vetos à Lei Orçamentária Anual, que foi sancionada na quinta-feira (22) pelo presidente Jair Bolsonaro e publicada nesta sexta-feira no Diário Oficial da União.

Os vetos ocorreram porque as projeções do Ministério da Economia indicam a necessidade de uma recomposição de R$ 29 bilhões e, com isso, foi necessário abrir um espaço no Orçamento. Essa recomposição foi feita em acordo com o Congresso Nacional por meio de um veto parcial de R$ 19,8 bilhões de dotações orçamentárias e o bloqueio adicional de R$ 9,3 bilhões.

A diferença entre o veto e o bloqueio é que o veto representa um corte definitivo da despesa, enquanto que o bloqueio permite que o valor possa ser desbloqueado ao longo do ano, no caso de novas projeções indicarem a existência de um novo espaço no teto de gastos.

Recomposição

O secretário especial de Relações Governamentais da Casa Civil, Bruno Grossi, explicou que os R$ 19,8 bilhões do veto foram distribuídos em cortes nas emendas do relator (R$ 10,5 bilhões), cortes de emendas de comissão do Poder Legislativo (R$ 1,4 bilhão) e despesas discricionárias do Poder Executivo (R$ 7,9 bilhões). Segundo Grossi, para garantir segurança no atendimento às despesas obrigatórias, outras medidas foram adotadas, como a sanção da alteração na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2021 que permite a abertura de crédito extraordinário destinado a programas emergenciais e ações de saúde no combate à pandemia.

Quanto aos valores bloqueados em despesas discricionárias, da ordem de R$ 9,3 bilhões, os recursos poderão ser liberados ao longo do ano, segundo o governo.

"A alteração da LDO nos dá condição de reservar, de bloquear algumas programações, para fazer face à projeção que temos dessas despesas até o final do ano", disse. "Importante é caracterizar uma coisa que é fato, que foi aquilo que foi reduzido no Congresso. Outra questão são as projeções até o final do exercício, em que você tem até o final para resolver isso. Mas como trabalho preventivo do governo, nós utilizamos dessa faculdade aprovada na LDO para fazer o bloqueio prévio dessa dotação de forma a dar tranquilidade que nós estamos acompanhando, estamos verificando a real necessidade e, se for o caso, utilizar esse bloqueio para cobertura das despesas discricionárias", explicou.

As despesas discricionárias são compostas principalmente por investimentos (obras e compras de equipamentos) e gastos como manutenção de prédios, aluguéis, contas de luz e combustível, o chamado custeio.

Nesse sentido, o governo apresentou ao Congresso um projeto de lei de crédito suplementar no valor de R$ 18,9 bilhões para atendimento das despesas obrigatórias. Além disso, foi editado um decreto detalhando, ministério a ministério, os valores de bloqueio de despesas discricionárias, em razão das atuais projeções de despesas obrigatórias, para atendimento ao teto de gastos.

Segundo o secretário Waldery Rodrigues, o nível das despesas discricionárias é um elemento de elevada atenção do governo e a projeção mais recente é de R$ 87 bilhões este ano, sem contar o valor de cerca de R$ 17 bilhões em emendas.

"Não corremos o risco de termos parada em nenhum ministério", disse ele, sobre a possibilidade de paralisação de serviços como emissão de passaportes e ações de fiscalização ambiental.

De acordo com o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, as despesas discricionárias somaram R$ 69 bilhões no ano passado, sendo que R$ 25 bilhões foram apenas da saúde em razão da pandemia de covid-19. "Em situação normal, esses gastos seriam em torno de R$ 21 bilhões. Então, algo em torno de R$ 65 bilhões seria um mínimo de discricionárias para rodar a máquina pública", disse.

O Ministério da Economia também publicou hoje um relatório extemporâneo de receitas e despesas que tem o objetivo de convalidar as projeções que estão sendo executadas.

Recursos específicos

Bruno Grossi explicou que, apesar de tratar de recursos para enfrentamento à pandemia, a alteração na LDO não prevê adições para uma eventual prorrogação do auxílio emergencial, pago a famílias afetadas pela crise sanitária. "Se isso tiver que ser discutido, qualquer prorrogação, vai ser feito no momento próprio e com autorizações especificas do momento", disse.

Sobre o bloqueio de R$ 2,7 bilhões do Ministério da Educação, o maior feito pelo governo hoje, o secretário de Orçamento Federal, George Soares, explicou que a educação tem quase um terço de todas as despesas discricionárias do governo e, por isso, proporcionalmente, teve o maior bloqueio. "Não é que ela está sendo prejudicada, ela está dentro da métrica", argumentou.

Em relação aos recursos para ações de fiscalização ambiental, Soares afirmou que não houve bloqueio no Ministério do Meio Ambiente, neste momento. Ontem, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse que o governo vai dobrar o orçamento deste ano para ações de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia, sem citar valores.

"A questão de se ampliar investimentos não é nesse instrumento, o bloqueio é para compensar uma necessidade posterior. Qualquer outra necessidade vai ser apresentada ainda na Junta de Execução Orçamentária e, nesse caso, terá que ser feita a suplementação retirando de outro órgão, porque nós já estamos no teto de gastos", explicou Soares. (Agencia Brasil)

Ocupação de leitos de operadoras de saúde para covid-19 bate recorde

A taxa de ocupação de leitos para covid-19 em hospitais de operadoras de planos de saúde com rede própria atingiu em março o maior percentual desde o início da pandemia, com 80% das vagas ocupadas. O dado faz parte do Boletim Covid-19 da Agencia Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgado na quinta-feira (22) com dados do mês passado.

O recorde de ocupação registrado em março foi o terceiro seguido, já que as maiores taxas anteriores eram de fevereiro (73%) e janeiro (66%). A ANS observa que o aumento da ocupação foi mais intenso nas UTIs e que a alta acompanha o aumento de casos e o surgimento de novas variantes do coronavírus no Brasil.

Com a taxa de 80% registrada em março, a ocupação dos leitos de covid-19 superou a ocupação dos leitos para os demais procedimentos (73%) pela primeira vez desde o início da pandemia. Em maio e dezembro de 2020, as duas taxas ficaram bem próximas, porém a dos demais procedimentos ainda foi um ponto percentual maior.

Com dados que vão do início da pandemia até janeiro de 2021, o boletim mostra que o maior número de exames RT-PCR para a detecção da covid-19 foi registrado em dezembro de 2020, quando 690.330 exames foram realizados na saúde suplementar.

A ANS informou também que recebeu 15.236 reclamações de beneficiários no mês passado, o que representa um aumento de 26,1% em relação a fevereiro.

Entre as queixas registradas, 1.525 tinham relação com o novo coronavírus. Pouco mais da metade (51%) dessas reclamações eram a respeito de dificuldades de realizar exames e tratamentos para covid-19, enquanto 34% se referiam a outras assistências afetadas pela pandemia.

O balanço mostra que o número de beneficiários de planos de saúde chegou em março de 2021 ao maior patamar desde setembro de 2016, com 48.037.472 pessoas cobertas. O número apresenta tendência de crescimento desde julho do ano passado, e supera o registrado em fevereiro em 0,42%. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1016571-56.2019.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Sidney Tadeu Cardeal Banti, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ADALIAS BARROS DE SOUZA, Brasileiro, CPF 076.068.988-12, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, objetivando o recebimento da quantia de R$ 7.939,62 (novembro de 2019), decorrente do acidente do veículo marca/Modelo Nissan Tiida 1.8 SL flex, ano de fabricação 2011 de placa EQM 0493, conduzido pelo réu, com o veículo segurado de marca/modelo Honda Novo Civic Sedan LXR-AT 2.0 16v Flex, ano/modelo 2015 de cor prata, de placa FNJ 3126. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, pela ré, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor conforme previsto no artigo 344 do C.P.C., ficando advertido de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 24 e 27 / 04 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1001901-13.2019.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Sidney Tadeu Cardeal Banti, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ANTONIETA ALICE DA SILVA, Brasileira, CPF 113.666.818-78, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente São Camilo, objetivando a cobrança da quantia de R$ 7.081,06 (Fevereiro de 2019), decorrente dos Recibos Provisórios de Serviços n°s 166855 e 166688, oriundos da prestação de atendimento médico/hospitalar. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, com fundamento no Art. 256, inciso II do CPC para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital da data da publicação única ou, havendo mais de um, da primeira (Art. 257, inciso III do CPC), apresente resposta. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor conforme previsto no artigo 344 do C.P.C., ficando advertido de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 24 e 27 / 04 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1045488-62.2017.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ANDERSON CORTEZ MENDES, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Edvan Matias (CPF. 676.152.014-20), que Sul América Seguros de Automóveis e Massificados S/A ("SASAM") lhe ajuizou ação de Ressarcimento Por Sub-Rogação, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 8.765,00 (agosto de 2017), oriundos das despesas referentes à indenização pela perda total do veículo segurado de marca/modelo HONDA CIVIC LXS 1.8 16V FLEX ano/modelo 2008, de cor preta de placa FYA 1456. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de abril de 2021. 24 e 27 / 04 / 2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0009457-58.2020.8.26.0001. A MMa. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Fernanda Rossanez Vaz da Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a DROGARIA SANTA MARGARIDA DO TUCURUVI LTDA - ME (CNPJ 61.516.951/0001-02), EVERALDO VERÇOSA GOMES (CPF.127.830.538-61), e DULCINÉIA FERREIRA DA SILVA (CPF. 288.933.978-54), que DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CRUZ LTDA requereu o CUMPRIMENTO DA SENTENÇA, para receber a quantia de R$35.464,02 (Março/2020). Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, paguem o débito, atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, § 1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem impugnação nos próprios autos (art. 525 do CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de janeiro de 2021.

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1037983-80.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Christina Agostini Spadoni, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Silvana Altina Evangelista de Paiva, Brasileira, RG 8195258, CPF 837.445.848-87, com endereço à Rua Coronel Marques, 425, Vila Nova Manchester, CEP 03440-005, São Paulo - SP, a qual se encontra em local incerto ou não sabido, que lhe foi proposta uma ação de Outros procedimentos de jurisdição voluntária por parte de Noemia Hugo Pereira, alegando em síntese: Que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos da Ação Declaratória de união Estável post mortem, proposta por Noemia Hugo Pereira, ficando a mesma citada para responder à ação, querendo, no prazo de 15 dias, contados do transcurso do prazo deste edital. Advertência: não sendo contestada a ação no prazo marcado presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na petição inicial (art. 344 do CPC), caso em que será nomeado curador especial. E para que chegue ao conhecimento de todos, será o presente afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de dezembro de 2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0027277-21.2019.8.26.0100. A MMa. Juíza de Direito da 18ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, **Dra. Gisele Valle Monteiro da Rocha**, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **RICARDO VILLAS BOAS DE ALMEIDA** (RG.28.418.238-2, CPF.071.108.977-96), que expedido nos autos do INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA, em desfavor de RICKPLAST COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, ajuizado por TEXTIL GERAR EIRELI, foi determinada a citação do sócio em local incerto e não sabido, para que, em 15 dias, a fluir o prazo supra, manifeste sobre o presente incidente, nos termos do art. 135 do Código de Processo Civil. No caso de revelia, será nomeado curador especial (artigo 257, IV, CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de março de 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMARCA DE SÃO PAULO - FORO REGIONAL VII - ITAQUERA - 1ª VARA CÍVEL - Avenida Pires do Rio 3915 - sala 13 - Itaquera - CEP 08240-005 - Fone: (11) 2051-8680 - São Paulo-SP - E-mail: itaquera1cv@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **0006588-07.2020.8.26.0007.** O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de SãoPaulo, **Dr. LUIZ RENATO BARIANI PÉREZ,** na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **SIRLEI MARIA DA SILVA GUEDES**, brasileira, CPF 287.350.688-17, com endereço à Rua Amanari, 104, Vila Santa Teresinha, CEP 08247-060, São Paulo/ SP e **LUIZ ANTONIO ROQUE GUEDES**, RG 391033396, CPF 022.834.964-89, com endereço à Rua Silvio Barbini, 696, Conjunto Residencial Jose Bonifacio, CEP 08250-650, São Paulo /SP, que lhe foi proposta uma ação de **INCIDENTE** de **DESCONSIDERAÇÃO** de **PERSONALIDADE JURÍDICA** por parte de **MOINHO REISA LTDA.,** alegando em síntese: Referido pedido leva em conta a possibilidade do associados cumprirem com as obrigações assumidas aos credores da empresa Ré. Nos termos do artigo 135 do Código de Processo Civil, o **SÓCIO** ou a pessoa jurídica fica **CITADO(A)** para **MANIFESTAR-SE** e **REQUERER** as **PROVAS CABÍVEIS**. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO** por **EDITAL** para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente **RESPOSTA**. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de abril de 2021.

23 e 24/04

Companhia Müller de Bebidas

CNPJ/MF 03.485.775/0001-92 - NIRE 35300174054

Ata da Reunião Extraordinária II do Conselho de Administração

Henrique Souza e Silva Peretto e Marina Figuerola Nacarato, respectivamente, Presidente e Secretários desta reunião, certificam que em 26.01.2021, às 14:30 horas, por meio de videoconferência, em razão de força maior, nos termos dos artigos 393 do Código Civil e 124, §2º da Lei das S.A. e demais legislações vigentes, em razão da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde em 11.2.2020, e em linha com as recomendações de autoridades públicas brasileiras, visando ao bem estar e a preservação da integridade física dos Conselheiros da CMB, de seus colaboradores, como também dos demais participantes convocados para esta reunião, reuniu-se a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, Senhores Conrado Lamastra Pacheco, Eduardo Martins Aron, Guy Almeida Andrade, Henrique Souza e Silva Peretto, Jerônimo Antunes, João de Sant Brisson Paes de Carvalho, Nelson Findeiss e Osvaldo Guimarães Neto, na presença do Diretor Administrativo e Financeiro da CMB, Sr. José Emílio Bertazi, do Diretor Geral da Centro da Mata, Sr. Martin Fernando Carneiro e da Secretário do Conselho, Dra. Marina Figuerola Nacarato, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (1) Deliberação acerca do início da construção (parcial) em 2021 de uma Unidade de Beneficiamento e Armazenamento de Grãos - Soja/Milho/Feijão, na Fazenda Cetro da Mata, em substituição a um Galpão de Armazenamento de Sementes (Feijão), objeto da DIGER 20-20, já orçado e, então, autorizado em RCA. - DIGER 01-21. **A reunião e as deliberações.** O Diretor Geral da Centro da Mata discorreu sobre o tema que foi debatido por todos os presentes. Colocada a matéria em deliberação, o Conselho de Administração da CMB, por maioria, autorizou a empresa Centro da Mata, representada pelo Diretor Geral e por seu procurador, a contratar junto ao Banco do Brasil e/ ou Banco Itaú e/ou Banco Santander e/ou Banco Rabobank, empréstimo no valor de até R$ 7.000.000,00 para construção parcial de uma Unidade de Beneficiamento e Armazenamento de Grãos; e a dar em garantia, em favor dos bancos supra mencionados, a hipoteca da terra; ou a alienação fiduciária do bem financiado, até a liquidação da operação. Nada mais havendo a ser examinado, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Retomados os trabalhos, esta ata foi lida, dada por conforme, aprovada, lavrada em livro próprio arquivado na sede da Companhia, a ser assinada oportunamente por todos os presentes (Conselheiros presentes: Conrado Lamastra Pacheco, Eduardo Martins Aron, Guy Almeida Andrade, Henrique Souza e Silva Peretto, Jerônimo Antunes, João de Saint Brisson Paes de Carvalho, Nelson Findeiss e Osvaldo Guimarães Neto. Secretário: Marina Figuerola Nacarato). **Jucesp** nº 128.488/21-9 em sessão de 04/03/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

ISEC SECURITIZADORA S.A - CNPJ/MF Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 9ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("Titulares dos CRA") da Série Única da 9ª Emissão da **ISEC SECURITIZADORA S.A,** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **H.COMMCOR DITRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, convidados a se reunir, em **segunda convocação**, em Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 30 de abril de 2021 às 11h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("IN CVM 625"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 12.6 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para emissão dos Certificados de Recebíveis de Agronegócio da Série Única da 9ª Emissão da Emissora, celebrado em 19 de novembro de 2019 ("Termo de Securitização"), deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Aprovar a alteração do Anexo V do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças ("Cessão Fiduciária"), conforme aditado, para inclusão de novos Compradores Elegíveis, para fins do previsto na Cláusula 4.4.4.1 da Cessão Fiduciária; (b) Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as deliberações acima. O material necessário para embasar a deliberação dos investidores está disponível (i) no site da Emissora: www.isecbrasil.com.br; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br A Assembleia será instalada em segunda convocação, nos termos da cláusula 12.6 do Termo de Securitização, mediante a presença de qualquer número dos titulares dos CRA em circulação. As deliberações serão tomadas, em qualquer convocação, com quórum simples de aprovação representando por Titulares de CRA em quantidade equivalente a 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, presentes na Assembleia. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet, sem possibilidade de participação de forma presencial ou de envio de instrução de voto previamente, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@isecbrasil.com.br com cópia para juridico@isecbrasil.com.br e ao Agente Fiduciário para fiduciario@commcor.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular do CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Conforme art. 7º da IN CVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo à eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 22 de abril de2021. **ISEC SECURITIZADORA S.A**

AV CAPITAL SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A

CNPJ nº 37.352.615/0001-97 - NIRE 3530055169-9

EXTRATO DA ATA DA 2ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos 30/06/2020, às 11h na sede social, localizada na cidade de Mogi das Cruzes/SP. **Convocação:** Dispensada face à presença confirmada de todos os acionistas. **Mesa:** Presidente: Sr. **Thiago Martins Lara**, Secretário: **Rafael Vieira Nascimento. Deliberações:** Aprovação para aumento do Capital Social, de modo que os acionistas, com base no valor atual de R$ 10.000,00, representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, decidem aumentar o Capital Social da sociedade, subscrevendo neste ato 30.000 ações com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo 15.000 ações ordinárias nominativas com direito a voto e 15.000 ações preferenciais, elevando assim o Capital Social para R$ 40.000,00, sendo que as 30.000 ações ordinárias e preferenciais, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, subscritas neste ato, totalizando R$ 30.000,00 serão integralizadas até 31/12 do ano corrente, nas seguintes condições: **1)** Novas Ações subscritas: 30.000 ações com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo 15.000 ações ordinárias nominativas com direito a voto e 15.000 ações preferenciais, distribuídas da seguinte forma pelos subscritores: **Thiago Martins Lara** subscreve 20.000 ações sendo 10.000 ordinárias nominativas com direito a voto e 10.000 preferenciais e **Rafael Vieira Nascimento** subscreve 10.000 ações, sendo 5.000 ordinárias nominativas com direito a voto e 5.000 preferenciais; **2)** Altera-se desta forma a proporcionalidade de posse das ações da Companhia entre os acionistas, que será a seguinte: **Thiago Martins Lara** possuirá o equivalente a 62,50% e **Rafael Vieira Nascimento** possuirá o equivalente a 37,50% de ações. **3)** No ato da integralização do aumento do Capital, será convocada Assembleia Geral, na qual os acionistas deverão apresentar em até 48h após a convocação, a comprovação de sua capacidade para realização do aporte financeiro que caberá a cada um, conforme descrito acima; **4)** Considerando que a subscrição se dá em função de compromissos operacionais e mercadológicos da Companhia, fazendo com que os acionistas tenham que integralizar as ações subscritas inadimplidas pelo sócio na AGE acima prevista, demandando esforço de caixa não previsto, na hipótese do não cumprimento da integralização das ações acordada nesta Assembleia, por parte de qualquer dos acionistas, até a data estipulada, aplicar-se-á uma multa de 50% sobre o valor a integralizar, sendo que neste ato, os acionistas dão em garantias as ações integralizadas detidas por cada um dos acionistas, a título de penhor, instituindo assim a garantia para que aquele que cumpra a obrigação de integralizar tenha as ações em garantia para saldar o valor da referida penalidade, caso não possua condições de saldá-la em espécie. Neste caso, entende-se como preço de oferta o valor patrimonial das Ações, conforme último balancete mensal lavrado no livro diário da Companhia ou, na falta deste, conforme o último balanço da Companhia auditado, e os demais Acionistas, ficando outorgada procuração ao acionista que adimplir a integralização, para que assine e pratique todos os atos necessários para que se implemente as medidas, sendo certo que, no caso de haver mais de um Acionista interessado, a aquisição será proporcional à participação de cada um deles no capital social total da Companhia; **5)** O presente aumento restou aprovado pelos acionistas, dando assim nova redação ao Artigo 5º do Estatuto Social. Mogi das Cruzes/SP, 30/06/2020. **JUCESP** 142.795/21-5 em 08/04/2021.Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Companhia Müller de Bebidas

CNPJ/MF 03.485.775/0001-92 - NIRE 35300174054

Ata da Reunião Extraordinária III do Conselho de Administração

Henrique Souza e Silva Peretto e Marina Figuerola Nacarato, respectivamente, Presidente e Secretários desta reunião, certificam que em 26.01.2021, às 15:30 horas, por meio de videoconferência, em razão de força maior, nos termos dos artigos 393 do Código Civil e 124, §2º da Lei das S.A. e demais legislações vigentes, em razão da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde em 11.2.2020, e em linha com as recomendações de autoridades públicas brasileiras, visando ao bem estar e a preservação da integridade física dos Conselheiros da CMB, de seus colaboradores, como também dos demais participantes convocados para esta reunião, reuniu-se a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, Senhores Conrado Lamastra Pacheco, Eduardo Martins Aron, Guy Almeida Andrade, Henrique Souza e Silva Peretto, Jerônimo Antunes, João de Saint Brisson Paes de Carvalho, Nelson Findeiss e Osvaldo Guimarães Neto, na presença do Diretor Administrativo e Financeiro da CMB, Sr. José Emílio Bertazi, do Diretor Geral da Centro da Mata, Sr. Martin Fernando Carneiro e da Secretário do Conselho, Dra. Marina Figuerola Nacarato, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Deliberação acerca do cumprimento de exigências administrativas da Centro da Mata, referente às contratações de financiamentos efetivadas via instituições bancárias, conforme DIGER 02-21. **A reunião e as deliberações.** O Diretor Geral da Centro da Mata discorreu sobre o tema que foi debatido por todos os presentes. Colocada a matéria em deliberação, o Conselho de Administração da CMB, por unanimidade, autorizou a empresa Centro da Mata, representada pelo Diretor Geral e por seu procurador, a contratar junto ao Banco do Brasil e/ ou Banco Itaú e/ou Banco Santander e/ou Banco Rabobank, empréstimo no valor de até R$ 2.300.000,00 para aquisição dos equipamentos, Distribuidor de Sólidos, Retroescavadeira e Rolo Faca e a dar em garantia, em favor dos Bancos supramencionados, alienação fiduciária do próprio bem financiado até a liquidação da operação. Nada mais havendo a ser examinado, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Retomados os trabalhos, esta ata foi lida, dada por conforme, aprovada, lavrada em livro próprio arquivado na sede da Companhia, a ser assinada oportunamente por todos os presentes (Conselheiros presentes: Conrado Lamastra Pacheco, Eduardo Martins Aron, Guy Almeida Andrade, Henrique Souza e Silva Peretto, Jerônimo Antunes, João de Saint Brisson Paes de Carvalho, Nelson Findeiss e Osvaldo Guimarães Neto. Secretário: Marina Figuerola Nacarato). **Jucesp** nº 128.652/21-4 em sessão de 04/03/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

LAM VIAS PARTICIPAÇÕES E CONCESSÕES S.A.

CNPJ 29.206.383/0001-30 NIRE 3530051100-0 - Companhia Fechada

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01.04.2021

1. Data, Hora e Local: 01.04.2021, às 09h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, sala 2, Vila Olímpia, 04551-065, São Paulo/SP. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"). **3. Convocação:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do § 4º, do artigo 124 da LSA. **4. Mesa:** Presidência: Marco Antonio Souza Cauduro e Secretário: Marcio Yassuhiro Iha. **5. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** aumento do capital social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e **(ii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. DELIBERAÇÕES**: As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram: **6.1.** Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da LSA; **6.2.** Aprovar o aumento de capital social no valor de R$ 30.000.000,00, mediante a emissão de 30.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R$ 1,00, a serem totalmente subscritas e integralizadas, até 31/12/2021, por suas acionistas, a Companhia de Participações em Concessões ("CPC") e a CIIS – Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços ("CIIS"), na proporção de suas respectivas participações acionárias, conforme boletim de subscrição anexo à presente ata (**Anexo I**), passando o capital social da Companhia de R$ 56.610.000,00, para R$ 86.610.000,00; **6.3.** Em decorrência do deliberado no item 6.2. acima, alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social é de R$ 86.610.000,00, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 86.610.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal."* **6.4.** Permanecer inalterados os demais dispositivos estatutários não alterados na presente assembleia. **6.5.** Consolidar o Estatuto Social da Companhia, de acordo com as alterações aprovadas nesta assembleia, conforme constante do **Anexo II** a presente ata, tendo em vista uma via levada a registro perante a Junta Comercial competente, sendo dispensada a publicação integral. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, MP 2.200-2/2001. São Paulo/SP, 01.04.2021. **Assinaturas**: Marco Antonio Souza Cauduro, Presidente da Mesa e, Marcio Yassuhiro Iha, Secretário. **Acionistas**: **(1)** Companhia de Participações em Concessões, por Marcio Yassuhiro Iha; e **(2)** CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços, por Marcio Yassuhiro Iha. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Marco Antonio Souza Cauduro - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Marcio Yassuhiro Iha - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 169.542/21-0 em 14.04.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

- Anexo I - Ata da Assembleia 01.04.2021 - Boletim de Subscrição - Boletim de Subscrição de 30.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 1,00 por ação, representativas do capital social da Companhia. **Subscritor: Companhia de Participações em Concessões**, sociedade por ações, com sede na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, parte, Vila Olímpia, 04551-065, São Paulo/SP, CNPJ/MF nº 09.367.702/0001-82 e no NIRE nº 35.300.352.858, neste ato devidamente representada por seus Diretores, os Senhores **Waldo Edwin Pérez Leskovar**, norte americano, casado, engenheiro elétrico, RNE W616562- V, CPF/MF nº 170.070.048-06 e **Marcio Yassuhiro Iha**, brasileiro, casado, engenheiro naval, RG nº 17.384.717-1 SSP/SP e CPF/MF nº 153.066.718-61, ambos com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, 04551-065, São Paulo/SP. **Assinatura: Espécie de Ações Subscritas:** 29.700.000, **Preço de Emissão das Ações - R$:** R$ 1,00, **Forma e Prazo para Integralização:** Em moeda corrente nacional, até 31/12/2021. **Subscritor: CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços**, sociedade por ações, com sede na Rua Lauro Muller, nº 116, Sala 3.507, Parte 1, Botafogo, 22290-160, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ/MF nº 05.410.674/0001-88, e no NIRE nº 33.300.312.374, neste ato devidamente representada por seus Diretores, os Senhores **Waldo Edwin Pérez Leskovar**, norte americano, casado, engenheiro elétrico, RNE W616562- V, CPF/MF nº 170.070.048-06 e **Marcio Yassuhiro Iha**, brasileiro, casado, engenheiro naval, RG nº 17.384.717-1 SSP/SP e CPF/MF nº 153.066.718-61, ambos com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, 04551-065, São Paulo/SP. **Assinatura: Espécie de Ações Subscritas:** 300.000, **Preço de Emissão das Ações - R$:** R$ 1,00, **Forma e Prazo para Integralização:** Em moeda corrente nacional, até 31/12/2021. **Total de Espécie de Ações Subscritas: 30.000.000, Total de Preço de Emissão das Ações - R$: R$ 30.000.000,00.** São Paulo/SP, 01.04.2021. *Marco Antonio Souza Cauduro - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Marcio Yassuhiro Iha - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil*.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1125846-74.2018.8.26.0100O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 32ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). FABIO DE SOUZAPIMENTA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)D. A. & ASSOCIADOS PUBLICIDADE E MULTICOMUNICAÇÃOLTDA., CNPJ 04.875.245/0001-13, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Lumiar Producoes Multimidia Ltda Me, visando o recebimento da quantia de R$ 278.000,00 (junho/2016), representado pelas notas fiscais nºs 51, 59, 61, 65, 66, 67 e 71, todas emitidas e não pagas, decorrentes de contratos firmado entre as partes, tendo vista as prestações de serviços de publicidades e propagandas. . Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 21 e 24/04

CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços

CNPJ 05.410.674/0001-88-NIRE 35.300.379.527 - Companhia Fechada

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24.03.2021

1. Data, Hora e Local: 24.03.2021, às 10h00, na sede da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, sala 6, 04551-065, São Paulo/SP. **2. Presença**: Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), constatando-se a presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no "Livro Registro de Presença de Acionistas". **3. Convocação**: Os avisos de que trata o artigo 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da acionista detentora da totalidade do capital social, conforme permitido pelo § 4º do artigo 124 da LSA. **4. Mesa**: Presidente: Marco Antonio Souza Cauduro e Secretário: Marcio Yassuhiro Iha. **5. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a celebração de Contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de capital social ("AFAC"). **6. Deliberações**: A acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, após debates e discussões, deliberou: **6.1.** Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da LSA; **6.2.** Conforme atribuição prevista no artigo 9º, alínea (o), do Estatuto Social da Companhia, aprovar a celebração de Contrato de AFAC entre a Companhia, a CCR S.A. e sua controlada direta, a Companhia de Participações em Concessões ("CPC"), no valor de R$ 32.000.000,00, na proporção de suas respectivas participações acionárias, a ser realizado até 31/04/2021, conforme termos e condições apresentados na presente assembleia. **7. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, MP 2.200-2/2001. São Paulo/SP, 24.03.2021. **Assinaturas**: Marco Antonio Souza Cauduro, Presidente da Mesa e Marcio Yassuhiro Iha, Secretário. **Acionista**: **CCR S.A.**, representada pelo Sr. Marcio Yassuhiro Iha. Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado em Livro próprio. *Marco Antonio Souza Cauduro - Presidente da Mesa - Assinado com certificado digital ICP Brasil, Marcio Yassuhiro Iha - Secretário - Assinado com certificado digital ICP Brasil*. JUCESP nº 168.309/21-0 em 12.04.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços

CNPJ 05.410.674/0001-88-NIRE 35.300.379.527 - Companhia Fechada

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01.04.2021

1. Data, Hora e Local: 01.04.2021, às 08h00, na sede da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, sala 6, 04551-065, São Paulo/SP. **2. Presença**: Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), constatando-se a presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no "Livro Registro de Presença de Acionistas". **3. Convocação**: Os avisos de que trata o artigo 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da acionista detentora da totalidade do capital social, conforme permitido pelo § 4º do artigo 124 da LSA. **4. Mesa**: Presidente: Marco Antonio Souza Cauduro e Secretário: Marcio Yassuhiro Iha. **5. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a celebração de Contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de capital social ("AFAC"). **6. Deliberações**: A acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, após debates e discussões, deliberou: **6.1.** Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da LSA; **6.2.** Conforme atribuição prevista no artigo 9º, alínea (o), do Estatuto Social da Companhia, aprovar a celebração de Contrato de AFAC entre a Companhia, a CCR S.A. e sua controlada direta, a Companhia de Participações em Concessões ("CPC"), no valor de R$ 42.000.000,00, na proporção de suas respectivas participações acionárias, a ser realizado até 31/12/2021, conforme termos e condições apresentados na presente assembleia. **7. Encerramento**: Nada mais a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, MP 2.200-2/2001. São Paulo/SP, 01.04.2021. **Assinaturas**: Marco Antonio Souza Cauduro, Presidente da Mesa e Marcio Yassuhiro Iha, Secretário. **Acionista**: **CCR S.A.**, representada pelo Sr. Marcio Yassuhiro Iha. Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado em Livro próprio. *Marco Antonio Souza Cauduro - Presidente da Mesa - Assinado com certificado digital ICP Brasil, Marcio Yassuhiro Iha - Secretário - Assinado com certificado digital ICP Brasil.* JUCESP nº 170.289/21-7 em 15.04.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS.PROCESSO Nº 1007644-70.2019.8.26.0564O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, Dr(a). FERNANDO DE OLIVEIRA DOMINGUES LADEIRA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)PRIME ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONDOMÍNIOS E IMÓVEIS LTDA. – ME, CNPJ 22.557.846/0001-60, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Condomínio Marco Zero Prime, que a empresa é administradora de condomínios e foi contratada no dia 24/04/2018 através de contrato firmado entre as partes, tendo em vista os serviços de administração do cond. autor, no inicio de suas atividades desempenhou um trabalho satisfatório em suas atividades, porém a partir do mês de outubro de 2018, simplesmente deixou de pagar várias contas do cond. autor. No mês de outubro de 2018, o cond. autor passou a receber avisos de cobranças de corte de empresas de fornecimento de bens essências tais como SABESP, COMGÁS e ELETROPAULO, como se não bastasse o não pagamento das contas de ordem básica do cond. autor, a empresa ré se apoderou dos valores pagos à titulo de quotas condominiais, não restituído nenhum valor ao cond. autor, ou seja, a empresa ré deteve o valor de R$ 68.683,39 de propriedade do cond. autor. Objetivado o cond. autor que seja a presente ação julgada totalmente procedente para que seja declarado rescindindo o contrato firmado entre as partes por justa causa, com base no artigo 476 do Código Civil, bem como para que a empresa ré, seja condenada a restitui os valores que não é de sua propriedade ao cond. autor, valor este que deverá ser corrigido monetariamente e acrescido de juros de 1% ao mês, bem como ainda para que a empresa ré seja condenada ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e nas demais cominações legais. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 21 e 24/04

Santa Vitória Empreendimentos e Participações S.A. e controladas

C.N.P.J. 09.942.071/0001-88

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições da Lei 6.404/76, submetemos a apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2020 e de 2019 em milhares de reais. Colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que julgarem necessários. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial

Ativo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo circulante	**303.641**	**224.140**	**419.660.190**	**371.710.879**
Caixa e equivalentes de caixa	303.587	224.128	48.747.322	7.506.269
Contas a receber de clientes	-	-	227.917.663	194.759.171
Estoques	-	-	43.252.452	83.997.114
Tributos a recuperar	54	11	91.387.288	83.118.504
Adiantamentos	-	-	8.355.465	2.329.822
Ativo não circulante	**362.172.687**	**318.802.895**	**249.966.623**	**259.609.645**
Contas a receber partes relacionadas	-	-	18.174.068	16.793.485
Tributos a recuperar	-	-	554.904	546.361
Tributos diferidos	834.508	834.508	1.922.572	1.791.535
Depósitos judiciais	-	-	-	2.296
Aplicações Financeiras	-	-	1.355.468	1.348.000
Investimentos	361.338.179	317.968.387	2.062.348	-
Propriedade para investimentos	-	-	833.419	1.097.142
Imobilizado	-	-	213.080.171	225.999.055
Intangível	-	-	11.983.673	12.031.771
Total do ativo	**362.476.328**	**319.027.035**	**669.626.813**	**631.320.524**

Passivo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo circulante	**19.977.169**	**15.292.123**	**194.443.596**	**187.158.711**
Empréstimos e financiamentos	-	-	74.063.353	84.443.691
Fornecedores	6.544	201	71.825.762	70.510.333
Contas a pagar partes relacionadas	1.564.220	1.564.220	1.564.220	1.564.220
Tributos a pagar	429	415	14.505.092	4.790.936
Obrigações sociais e trabalhistas	1.296	1.238	11.145.030	10.300.177
Adiantamentos de clientes	-	-	2.923.666	1.805.148
Dividendos e juros sobre capital a pagar	18.400.960	13.722.497	18.400.960	13.722.497
Outros valores a pagar	3.720	3.553	15.513	21.710
Passivo Não Circulante	**319.707.401**	**283.281.140**	**319.707.401**	**283.281.140**
Empréstimos e financiamentos	-	-	81.058.191	89.021.375
Tributos a pagar	-	-	242.770	359.840
Tributos diferidos	-	-	47.600.395	46.997.408
Dividendos e juros sobre capital a pagar	13.232.775	13.232.775	13.232.775	13.232.775
Provisão passivo descoberto de controlada	9.558.983	7.220.997	-	-
Provisões para contingências	-	-	1.115.584	844.059
	22.791.758	**20.453.772**	**143.249.715**	**150.455.457**
Patrimônio Líquido	**319.707.401**	**283.281.140**	**331.933.502**	**293.706.356**
Capital social	51.755.516	51.755.516	51.755.516	51.755.516
Reservas legal	351.103	351.103	351.103	351.103
Reserva Estatutária	69.549.097	59.510.803	69.549.097	59.510.803
Reservas de lucros	152.771.325	121.591.370	152.771.325	121.591.370
Ajustes de avaliação patrimonial	45.280.360	50.072.348	45.280.360	50.072.348
Participação não controladores	-	-	12.226.102	10.425.217
Total do passivo e patrimônio líquido	**362.476.328**	**319.027.035**	**669.626.813**	**631.320.524**

Demonstração de Fluxo de Caixa

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	**50.191**	**46.558**	**69.666**	**67.181**
Ajustes do lucro (prejuízo) líquido				
Equivalência patrimonial	(52.754)	(49.076)	-	-
Provisão para perda em investimento	2.338	2.243	-	-
Provisões para contingências	-	-	272	223
Provisão ou reversão para liquidação duvidosa	-	-	974	874
Variação Cambial	-	-	18.925	3.036
Depreciação e amortização	-	-	20.955	21.150
Juros incorridos	-	-	3.549	2.265
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado	-	-	(567)	80
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	**(225)**	**(275)**	**113.773**	**94.810**
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	(34.133)	(5.379)
Contas a receber partes relacionadas	-	-	(1.381)	(708)
Estoques	-	-	40.745	(13.662)
Tributos a recuperar	-	125	(8.277)	(49.491)
Adiantamentos	-	-	(6.026)	(19)
Depósitos judiciais	-	-	2	432
Outras contas a receber	-	-	-	51
Fornecedores	6	-	1.315	8.587
Tributos a pagar	-	-	1.135	1.009
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	845	784
Outros valores a pagar	-	-	(6)	(302)
Adiantamentos de clientes	-	-	1.119	552
Caixa gerado nas operações	**(218)**	**(150)**	**109.111**	**36.665**
IRPJ e CSLL pagos	-	-	(8.111)	(9.969)
Juros pagos	-	-	(2.135)	(1.062)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(218)**	**(150)**	**98.865**	**25.634**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Compra de ativo imobilizado	-	-	(9.733)	(11.307)
Venda de ativo imobilizado	-	-	1.676	239
Compra de ativo intangível	-	-	-	(181)
Aplicações financeiras	-	-	(7)	52
(Aquisição)/ baixa de investimentos	-	-	(1.799)	(116)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**-**	**-**	**(9.862)**	**(11.313)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Obtenção de empréstimos	-	-	59.790	156.659
Empréstimos e Financiamentos liquidados	-	-	(99.682)	(169.418)
Lucros Distribuídos e juros sobre capital próprio recebidos	8.167	6.321	-	-
Lucros Distribuídos e juros sobre capital próprio pagos	(7.869)	(5.911)	(7.869)	(5.911)
Créditos tomados com partes ligadas	-	(247)	-	(247)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**298**	**163**	**(47.762)**	**(18.917)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**79**	**13**	**41.241**	**(4.596)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	224	212	7.506	12.102
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	304	224	48.747	7.506
Variação no caixa equivalente de caixa	**79**	**13**	**41.241**	**(4.596)**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
						Atribuível aos acionistas da Controladora		
Em 31 de dezembro de 2018	**1.756**	**351**	**50.199**	**145.470**	**53.924**	**251.700**	**4.106**	**255.805**
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	46.558	-	46.558	2.433	48.992
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	3.852	(3.852)	-	-	-
Transferência para reserva estatutária	-	-	9.312	(9.312)	-	-	-	-
Ajuste de participação relativa - periodo anterior	-	-	-	2.500	-	2.500	(2.500)	-
Ajuste de participação relativa - periodo atual				(3.376)		(3.376)	3.376	-
Destinação dos lucros:	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(11.640)	-	(11.640)	-	(11.640)
Ganho / (Perda) na distribuição de dividendos				(2.463)		(2.463)	2.463	
Dividendos distribuídos						-	(3.284)	(3.284)
Aumento de capital social	50.000	-	-	(50.000)	-	-	3.832	3.832
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	2	-	2	(1)	2
Em 31 de dezembro de 2019	**51.756**	**351**	**59.511**	**121.591**	**50.072**	**283.281**	**10.425**	**293.706**
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	50.191	-	50.191	1.802	51.993
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	3.574	(3.574)	-	-	-
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	-	-	-	(1.218)	(1.218)	-	(1.218)
Transferência para reserva estatutária	-	-	10.038	(10.038)	-	-	-	-
Destinação dos lucros:	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(12.548)	-	(12.548)	-	(12.548)
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	1	-	1	(1)	-
Em 31 de dezembro de 2020	**51.756**	**351**	**69.549**	**152.771**	**45.280**	**319.707**	**12.226**	**331.934**

Demonstração de Resultado do Exercício

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita	-	-	549.690.649	502.737.846
Custo das vendas	-	-	(363.414.263)	(368.084.046)
Lucro bruto	-	-	**186.276.386**	**134.653.800**
Despesas com vendas	-	-	(86.533.648)	(65.381.276)
Despesas administrativas	(179.422)	(221.317)	(37.094.938)	(37.809.946)
Despesas tributárias	(33.152)	-	(1.919.415)	(1.675.861)
Outras receitas	-	-	19.792.632	50.601.989
Resultado de Equivalência Patrimonial	50.416.466	46.833.501	(437.652)	-
Lucro operacional	**50.203.892**	**46.612.184**	**80.083.364**	**80.388.707**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(12.419)**	**(54.024)**	**(10.417.302)**	**(13.207.419)**
Receitas financeiras	263	19.426	1.821.208	1.248.484
Despesas financeiras	(12.682)	(73.451)	(15.397.632)	(18.697.257)
Variação cambial líquida	-	-	3.159.122	4.241.355
Lucro antes do imposto de IRPJ e da CSLL	**50.191.473**	**46.558.159**	**69.666.062**	**67.181.288**
IR e CS correntes	-	-	(16.573.216)	(8.545.039)
IR e CS diferidos	-	-	(1.099.549)	(9.644.710)
Lucro líquido do Período	**50.191.473**	**46.558.159**	**51.993.297**	**48.991.540**
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			50.191.473	46.558.159
Participação dos não controladores			1.801.824	2.433.380
			51.993.297	**48.991.540**

Notas explicativas

1. Contexto Operacional A companhia Santa Vitória Empreendimentos e Participações S.A. sediada no Estado de São Paulo tem como principal objetivo funcionar como holding. Detêm o controle acionário das seguintes empresas abaixo relacionadas: **Cerâmica Carmelo Fior Ltda.**: é uma sociedade empresária limitada, sediada na cidade de Cordeirópolis/SP, sendo que suas atividades operacionais são a fabricação e a comercialização de pisos e revestimentos cerâmicos esmaltados, importação e exportação, exploração e aproveitamento de minérios em geral e a extração e moagem de argila para fins industriais. **Cerâmica Serra Azul Ltda.**: é uma sociedade empresária limitada, sediada na cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, sendo que suas atividades operacionais são fabricação e comercialização de pisos e revestimentos cerâmicos esmaltados, importação e exportação, exploração e aproveitamento de minérios em geral e a extração e moagem de argila para fins industriais. **Pisoforte Revestimentos Cerâmicos Ltda.**: é uma sociedade empresária limitada, sediada na cidade de Criciúma/SC, sendo que suas atividades operacionais são fabricação e comercialização de pisos e revestimentos cerâmicos esmaltados, importação e exportação, exploração e aproveitamento de minérios em geral e a extração e moagem de argila para fins industriais. **Horizonte Aluguel de Máquinas e Equipamentos Ltda.**: é uma sociedade empresária limitada, sediada na cidade de Cordeirópolis/SP. Essa empresa tem por objetivo o aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas. As Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31.12.2020 foram preparadas, e são apresentadas, considerando a continuidade normal das operações da Controladora e de suas controladas. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 30/03/2021. **2. Resumo das principais políticas contábeis** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **2.1. Base para preparação** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **2.2. Consolidação das demonstrações contábeis** As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem as da Santa Vitória Empreendimentos e Participações S.A. (Controladora) e suas controladas, das quais ela detenha o controle, de forma direta ou indireta. Para efeito da consolidação foram eliminados: i) os saldos das contas a receber e a pagar entre as empresas consolidadas; ii) participações de não controladores no capital, reservas e resultados acumulados das controladas; e iii) o montante de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas do Grupo. **2.3. Demonstrações contábeis individuais** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à empresa nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da controladora nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido. Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos entre as empresas ligadas. **2.4. Conversão de moeda estrangeira** a) **Moeda Funcional e moeda de apresentação** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Empresa. b) **Transações e saldos** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são re-mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados ao caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa** Representa os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos de renda fixa e/ou em títulos cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias. As aplicações financeiras, por sua própria natureza, já estão mensuradas a valor justo por meio do reconhecimento no resultado, conforme NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros e NBC TG 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação. **2.6. Instrumentos financeiros** Os instrumentos financeiros da Empresa compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, financiamentos, empréstimos, entre outros. As Empresas reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Ativos financeiros** Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) mensurados ao custo amortizado; (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde unicamente ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. **b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo (negociação). Tais ativos são classificados no ativo circulante. **Passivos financeiros** a) **Empréstimos, financiamentos e outros passivos** Os passivos financeiros incluindo empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras "Contas a Pagar", inicialmente são mensurados pelo valo justo, líquido dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. O método de juros efetivos é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. **2.7. Clientes** São registrados pelo valor nominal dos títulos de crédito e, quando cabível, acrescidos das variações monetárias e cambiais, conforme NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, e apresentadas no balanço patrimonial líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa e do ajuste a valor presente, conforme NBC TG 12 - Ajuste a Valor Presente, calculado sobre a parcela das vendas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. **2.8. Estoques** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção. O custo de produção é apurado por metro quadrado e tamanho de cada produto, não levando em consideração outras características individuais. A administração do grupo iniciou um processo de revisão de procedimentos nos controles e movimentação dos estoques do grupo, bem como, os procedimentos de inventário. Além disso, os controles de movimentação de matéria-prima e de produtos acabados estão sendo migrados para sistema de controle integrado. Especificamente em relação à produção de pisos e revestimentos, são custeados por metro quadrado e tamanho de cada produto, não levando em consideração outras características individuais. **2.9. Investimentos** Os investimentos em sociedades controladas ou coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, reduzidos a valor justo, quando cabível. Segue abaixo o percentual de participação societária nas empresas controladas

	Santa Vitória Empreend. e Participações S.A.	Sócios Pessoa Física	Outros	Total
	Percentual do Capital em 2020			
Cerâmica Carmelo Fior Ltda.	99,99%	0,01%	-	100,00%
Cerâmica Serra Azul Ltda.	99,99%	0,01%	-	100,00%
Horizonte Aluguel de Máq. E Equip. Ltda.	99,99%	0,01%	-	100,00%
Pisoforte Revestimentos Cerâmicos Ltda.	75,00%	-	25,00%	100,00%

2.10. Ativo imobilizado Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens, conforme nota 12. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas operacionais" na determinação do resultado. **2.11. Impairment de ativos não financeiros** Os ativos com vida útil definida são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre: (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Para fins de teste de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis, que podem ser UGC's ou segmentos operacionais. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do balanço. **2.12. Fornecedores** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e, quando cabível, acrescidos das variações monetárias ou cambiais. **2.13. Empréstimos e financiamentos** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. O reconhecimento e mensuração dos empréstimos e financiamentos são realizados conforme o NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros; NBC TG 39 - Instrumentos Financeiros: Divulgação; e NBC TG 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação. **2.14. Provisões para contingências** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: **1.** a Empresa possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; **2.** é provável que uma saída de recurso financeiro seja requerida para saldar a obrigação; e **3.** o valor puder ser estimado em base confiável. As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Empresa. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. **2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** O imposto de renda ("IR") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSL") registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido. O IR e CSL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Por outro lado, o IR e CSL não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, na época da transação, não afete o patrimônio líquido ou o resultado contábil, nem o lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.16. Reconhecimento da receita** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa fabrica e vende uma variedade de produtos, conforme mencionado na Nota 1. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que uma Empresa efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. O reconhecimento não ocorre até que todas as 5 etapas da NBC TG 47 - Receitas de Contratos com clientes sejam identificadas e atendidas. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente, que não tem caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado, portanto essas vendas não são descontadas ao valor presente. a) **Receitas financeiras** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **3. Estimativas contábeis** Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas e julgamentos críticos para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras das Empresas incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para créditos de liquidação duvidosa, passivos contingentes, determinações de provisões para imposto e contribuições e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As Empresas fazem estimativas e estabelecem premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **4. Gestão de risco financeiro** 4.1 **Fatores de risco financeiro** a) **Risco cambial** A Empresa está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais, bem como ativos e passivos reconhecidos na data da transação. b) **Risco de crédito** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Caso clientes sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. c) **Risco de liquidez** A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora Circulante (i)	Controladora Não Circulante (i)	Consolidado Circulante (i)	Consolidado Não Circulante (i)
31 de dezembro de 2020				
Fornecedores e outras contas a pagar	10	-	73.405	-
Empréstimos	-	-	74.063	81.058
31 de dezembro de 2019				
Fornecedores e outras contas a pagar	1.568	-	72.096	-
Empréstimos	-	-	84.444	89.021

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração. (ii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos passivos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. 4.2 **Gestão de capital** Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **5. Caixa e equivalentes de caixa** Os valores das aplicações financeiras têm cláusula de liquidez imediata sem qualquer penalização no resgate antecipado

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Caixa	3	39	272	339
Bancos	92	9	16.722	5.746
Aplicações Financeiras	208	176	31.754	1.422
Total	**304**	**224**	**48.747**	**7.506**

As demonstrações consolidadas apresentam um saldo de R$ 1.355 e R$ 1.348 mil nos anos de 2020 e 2019, respectivamente, no ativo não circulante, pois se tratam de aplicações que não possuem liquidez imediata sem prejuízo de valor e, portanto, não atendem aos critérios de caixa e equivalente de caixa determinados pela NBC TG 03. **6. Contas a receber de clientes**

Contas a receber	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Contas a receber de clientes nacionais	-	-	165.380	146.465
Contas a receber de clientes do exterior	-	-	73.209	57.597
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(10.672)	(9.303)
Total	**-**	**-**	**227.918**	**194.759**

O Ageing do contas a receber em 31.12.2020 está apresentado a seguir:

Relação de títulos:	Saldos
A vencer	175.128
Vencidos:	
há até 60 dias	27.911
entre 61 e 180 dias	8.853
entre 181 e 365 dias	7.558
Há mais de 365 dias	19.142
Total Geral	**238.591**

7. Estoques Estoques	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Argila	-	-	5.043	7.438
Embalagens	-	-	4.438	1.657
Matérias-primas	-	-	2.382	2.425
Produtos em andamento	-	-	-	3.254
Produtos acabados	-	-	17.975	57.430
Produtos de almoxarifado	-	-	13.414	11.793
Total	**-**	**-**	**43.252**	**83.997**

8. Tributos a recuperar Tributos a recuperar	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
IRRF a Compensar	-	-	10	10
IPI a Recuperar	-	-	3.174	2.201
PIS a Compensar/Recuperar	-	-	10.574	10.012
COFINS a Compensar/Recuperar	-	-	45.409	45.437
CSLL a Compensar/Recuperar	-	-	2.330	2.529
ICMS a Recuperar	-	-	26.336	18.287
IRPJ a Compensar	-	-	4.110	5.020
Outros Impostos a Compensar	-	-	-	170
Total	**-**	**-**	**91.942**	**83.665**
Circulante	-	-	91.387	83.119
Não circulante	-	-	555	546

A Serra Azul, localizada no estado de Sergipe e uma das controladas da Santa Vitória, utiliza o benefício fiscal do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), no qual há previsão para redução do ICMS a ser recolhido com base em um dos percentuais mencionais no Decreto 22.230/03. **9. Adiantamentos** Composto pelos adiantamentos e empréstimos a funcionários e adiantamentos a fornecedores. São demonstrados aos valores de custo ou realização conforme tabela a seguir

Adiantamentos	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Adiantamento a fornecedores	-	-	7.769	1.571
Adiantamento a colaboradores	-	-	234	219
Seguros	-	-	149	228
Outros	-	-	204	312
Total	**-**	**-**	**8.355**	**2.330**
Circulante	-	-	8.355	2.330
Não circulante	-	-	-	-

10. Tributos Diferidos Tributos Diferidos	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Diferenças temporárias ativas				
Ganho por compra vantajosa	835	835	835	835
Provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	709	-
Provisão para contingências	-	-	379	287
	835	**835**	**1.923**	**1.121**
Diferenças temporárias passivas				
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(23.094)	(25.617)
Variações cambiais pelo regime de caixa	-	-	-	(12.912)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	-	-	(11.486)	(7.798)
Processo recuperação de despesas Pis e Cofins	-	-	(13.021)	-
	-	**-**	**(47.600)**	**(46.327)**
IR e CS diferidos, líquido	**835**	**835**	**(45.678)**	**(45.206)**

11. Investimentos A composição dos investimentos da Santa Vitória está apresentada a seguir:

Participações societárias Controladora

Investimentos	Percentual de Participação	Patrimônio Líquido	Saldo 31.12.2019
Investimentos			
Cerâmica Carmelo Fior Ltda.	99,99%	145.272	145.257
Cerâmica Serra Azul Ltda.	99,99%	167.809	167.792
Pisoforte Revestimentos Cerâmicos Ltda.	75%	48.783	36.587
Ágio na Aquisição - Cerâmica Serra Azul Ltda.	-	-	7.905
Mais Valia - Marca Piso Forte	-	-	787
Mais Valia - Carteira de Clientes Piso Forte	-	-	3.010
Total	-	**361.864**	**361.338**
Provisão passivo descoberto de controlada			
Horizonte Aluguel de Máquinas e Equipamentos Ltda.	99,99%	(9.560)	(9.559)
Total	-	**(9.560)**	**(9.559)**
Total líquido de investimentos		**352.304**	**351.779**

A movimentação dos investimentos durante o período de 2020 está apresentada a seguir:

Movimentação Investimentos	Em 31.12.2019	Equivalência	Distribuição de Lucros	Baixa de bens (AAP)	Ajuste de exercícios anteriores	Em 31.12.2020
Cerâmica Carmelo Fior Ltda.	147.018	7.616	(8.167)	(1.210)	1	145.257
Cerâmica Serra Azul Ltda.	128.054	39.747	-	(8)	-	167.792
Pisoforte Revestimentos Cerâmicos Ltda.	31.195	5.392	-		-	36.587
Horizonte Aluguel de Máquinas e Equipamentos Ltda.	(7.221)	(2.338)	-	-	-	(9.559)
Saldo Investimento	**299.046**	**50.416**	**(8.167)**	**(1.218)**	**1**	**340.078**

12. Imobilizado

Imobilizado	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Móveis e Utensílios	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Construções em Andamento	Outras Imobilizações	Total
								Consolidado
Saldos em 31/12/2018	**28.198**	**82.898**	**524**	**3.508**	**96.813**	**23.481**	**776**	**236.136**
Aquisições	2.535	4.014	3	-	3.885	323	546	11.307
Baixas	-	-	(2)	-	(317)	-	-	(320)
Transferências	-	(714)	(2)	-	2.008	(1.305)	13	-
Depreciações	-	(4.371)	(56)	(505)	(16.105)	-	(87)	(21.124)
Saldos em 31/12/2019	**30.733**	**81.826**	**466**	**3.002**	**86.285**	**22.499**	**1.248**	**225.999**
Aquisições	-	2.572	2	406	5.654	1.642	665	10.943
Baixas	(267)	(41)	-	(10)	(2.606)	-	(31)	(2.955)
Transferências	-	17.337	-	-	1.713	(19.030)	(19)	-
Depreciações	-	(4.459)	(50)	(430)	(15.882)	-	(86)	(20.907)
Saldos em 31/12/2020	**30.465**	**97.236**	**418**	**2.969**	**75.164**	**5.111**	**1.777**	**213.080**

13. Intangível O saldo é composto de software e patentes/licenças deduzidos das amortizações acumuladas até o momento; e ágio pela expectativa de rentabilidade futura pela aquisição referente à aquisição de uma das investidas da Santa Vitória:

Intangível	Patentes e Licenças	Ágio (goodwill)	Softwares	Total
				Consolidado
Saldos em 31/12/2018	**17**	**11.662**	**197**	**11.876**
Adições	-	-	180	180
Amortizações	-	-	(25)	(25)
Saldos em 31/12/2019	**17**	**11.662**	**353**	**12.032**
Amortizações	-	-	(48)	(48)
Saldos em 31/12/2020	**17**	**11.662**	**304**	**11.984**

14. Empréstimos e financiamentos Empréstimos e financiamentos	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Capital de giro	-	-	76.368	131.660
FINAME	-	-	1.651	1.284
Pré-pagamentos de exportação	-	-	75.861	39.897
Cédula de crédito à exportação	-	-	1.242	624
Total	**-**	**-**	**155.122**	**173.465**
Circulante	-	-	74.063	84.444
Não circulante	-	-	81.058	89.021

15. Fornecedores São registrados nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias ou cambiais.

Fornecedores	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Nacional	7	-	71.826	70.510
Total	**7**	**-**	**71.826**	**70.510**
Circulante	7	-	71.826	70.510
Não circulante	-	-	-	-

16. Tributos a pagar Tributos a pagar	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
IPI a recolher	-	-	-	-
ICMS a recolher	-	-	3.138	2.303
Contribuição Social a recolher	-	-	3.079	294
Imposto de Renda a recolher	-	-	7.035	1.357
PIS a recolher	-	-	106	26
COFINS a recolher	-	-	487	118
IRRF a recolher	-	-	396	461
INSS retido a recolher	-	-	-	-
ISS retido a recolher	-	-	16	18
Outros a recolher	-	-	121	34
Parcelamentos Fiscais	-	-	370	540
Total	**-**	**-**	**14.748**	**5.151**
Circulante	-	-	14.505	4.791
Não circulante	-	-	243	360

17. Obrigações sociais e trabalhistas O grupo é composto conforme quadro a seguir:

Obrigações Sociais e Trabalhistas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Salário a Pagar	-	-	1.732	1.686
Pensão Alimentícia a Pagar	-	-	29	26
INSS a Recolher	1	1	1.398	1.412
FGTS a Recolher	-	-	426	444
Contribuições Sindicais	-	-	16	22
Empréstimo Consignado	-	-	61	72
Provisões de Férias e Encargos	-	-	7.483	6.621
Outros	-	-	-	17
Total	**1**	**1**	**11.145**	**10.300**
Circulante	1	1	11.145	10.300
Não circulante	-	-	-	-

18. Provisões para contingências As provisões para contingências apresentadas pelo Grupo nos períodos de 2020 e 2019 somas os valores de respectivamente R$ 1.116 mil e R$ 844 mil. Existem ainda R$ 18,1 milhões em causas que foram consideradas possíveis de perda de acordo com o julgamento dos consultores jurídicos. **19. Capital social** O Capital Social em 31/12/2019 é de R$ 51.756 distribuídas em 51.755.516 ações no valor de R$ 1,00 cada. **20. Partes Relacionadas** Os saldos a receber e a pagar de partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Por Operação:	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo Não Circulante				
Mútuos Taioça Mineração	-	-	768	907
Mútuos Santo Antônio Agropecuária	-	-	16.112	15.886
	-	-	**16.880**	**16.793**
Passivo				
Parcelamento pela aquisição de controlada	-	-	1.564	1.564
	-	-	**1.564**	**1.564**
Passivo Não Circulante				
Parcelamento pela aquisição de controlada	-	-	-	-
	-	-	-	-

21. Receita líquida Receita Líquida	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita Bruta				
Vendas mercado interno	-	-	460.284	430.536
Revendas mercado interno	-	-	3.137	4
Exportações diretas	-	-	186.265	164.283
Exportações indiretas	-	-	711	1.515
Vendas de sucatas	-	-	-	-
	-	-	650.398	596.338
Deduções de Vendas				
(-) Impostos sobre venda e revenda	-	-	(93.709)	(89.478)
(-) Devoluções	-	-	(6.999)	(4.123)
	-	-	(100.707)	(93.600)
Total	-	-	549.691	502.738

22. Resultado financeiro O resultado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é o seguinte:

Resultado Financeiro	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receitas Financeiras:				
Juros com aplicações financeiras	-	19	1.724	1.080
Descontos financeiros obtidos	-	-	97	169
	-	**19**	**1.821**	**1.248**
Despesas Financeiras				
Juros sobre dívidas e empréstimos tomados	(4)	(62)	(11.099)	(13.581)
Despesa com endividamentos	(9)	(11)	(3.664)	(4.738)
Outras despesas financeiras	-	-	(635)	(378)
	(13)	**(73)**	**(15.398)**	**(18.697)**
Variação cambial líquida				
Variação cambial ativa	-	-	42.560	30.444
Variação cambial passiva	-	-	(39.401)	(26.203)
	-	**-**	**3.159**	**4.241**
Total	**(13)**	**(54)**	**(10.417)**	**(13.207)**

23. EBTIDA EBITDA	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro Líquido do Período	**50.191**	**46.558**	**51.993**	**48.992**
(-) Impostos Diferidos	-	-	1.100	9.645
(-) Impostos Correntes	-	-	16.573	8.545
(+) Depreciação e Amortização	-	-	20.857	20.882
(-) Receitas Financeiras	-	(19)	(1.821)	(1.248)
(+) Despesas Financeiras	13	73	15.398	18.697
TOTAL EBITDA	**50.204**	**46.612**	**104.100**	**105.512**
(-) Receitas não Recorrentes (*)	-	-	-	(37.977)
TOTAL EBITDA Ajustado	**50.204**	**46.612**	**104.100**	**67.535**

** Os valores de receitas não recorrentes se referem a recuperação de créditos tributários de PIS e COFINS, conforme elucidado em nota explicativa 8.* **24. Seguros** Em 31/12/2020 a administração considera que todos os ativos e compromissos de valores relevantes de alto nível de risco estão cobertos pelo seguro, por meio de políticas locais e corporativas. **25. Eventos subsequentes** Ante a atual pandemia decorrente da propagação do Coronavírus, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e que afeta a economia do nosso país e do mundo, a Companhia informa que segue as medidas determinadas pelo Ministério da Saúde e que está atenta a toda e qualquer informação a respeito do COVID-19.

Diretoria Itamar Arrais Fior - Diretor

Contadora Marta Regina Ferreira Rossi - CRC 1SP310984/O5

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Quotistas **Santa Vitória Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Santa Vitória Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 12 de abril de 2021

Atenciosamente,

Prof. Dr. Marcos Francisco Rodrigues Sousa

Contador – CRC 1SP167515/O-0

Consulcamp Auditoria

CRC 2SP024818/O-5

71% das instituições federais atingem o máximo de qualidade

Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande de Norte são proporcionalmente os estados com melhores resultados no Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) 2019. O indicador, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), na sexta-feira (23), mede a qualidade das instituições de ensino superior.

Nos três estados, respectivamente, 9,2%, 6,7% e 4,2% de suas instituições de educação superior atingiram faixa 5, que é a máxima no indicador. Do total de 2.070 instituições avaliadas, apenas 2,2% alcançaram essa faixa.

Já na faixa 4, segunda maior do IGC, Rio Grande do Sul (39,4%), Ceará (33,3%) e Distrito Federal (30,6%) foram os que obtiveram, proporcionalmente, o maior número de instituições. Considerando o total das instituições de educação superior avaliadas, 21,64% se enquadraram nessa faixa.

Segundo o Inep, das 106 instituições de educação superior públicas federais com o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) 2019, 71% atingiram os conceitos 4 e 5 do indicador. Ao todo, os resultados foram calculados para 2.070 instituições (públicas e privadas), considerando os 24.145 cursos avaliados entre 2017 e 2019.

Do total de instituições que participaram da pesquisa, 87,1% (1.801) são privadas e 12,9% (269), públicas. A maioria (73,1%) é composta por faculdades, seguida dos centros universitários (15,6%) e das universidades (9,4%). Por fim, estão os institutos federais e centros federais de educação tecnológica, que, juntos, representam 1,9% das instituições de ensino com o índice atribuído nesta edição. A concentração na faixa 3 abarcou mais da metade das instituições avaliadas (63,77%).

Os dados divulgados revelam ainda que das 1.507 faculdades com IGC, 83,4% delas ficaram nas faixas igual ou acima de 3. Já quando se trata dos 326 centros universitários, o percentual correspondente às três faixas de maior desempenho é de 98,5% (321). No caso das 197 universidades, 99% (195) alcançaram desempenho nas faixas de 3 a 5. Dos 40 institutos federais e centros federais de educação tecnológica, 65% (26) ficaram na terceira e 35% (14) na quarta faixa do IGC.

Quando levados em conta apenas valores absolutos, a Região Sudeste apresentou o maior número de instituições com faixa 5. A região também é a que tem mais instituições com o IGC calculado, destacando-se Minas Gerais (265) e São Paulo (509). Este último lidera o conjunto de instituições mais bem avaliadas: são 16 na faixa 5 e 84 na faixa 4.

No Nordeste, Bahia e Ceará são os estados com a maior quantidade de instituições nas faixas 4 e 5 do indicador, sendo 27 e 19 instituições, respectivamente, participando desse processo avaliativo.

Já no Sul, destacam-se, com conceitos nas faixas 4 e 5 do IGC 2019, os estados do Paraná (48) e do Rio Grande do Sul (46). Nenhuma das instituições avaliadas das regiões Centro-Oeste e Norte atingiu a faixa 5 nesta edição. Contudo, o Distrito Federal é destaque no Centro-Oeste, com 15 instituições na faixa 4, enquanto o Pará é o estado da região Norte com maior quantidade de instituições nessa faixa. (Agencia Brasil)

Companhia Fazenda Acaraú C.N.P.J. Nº. 51.769.107/0001-30

Demonstrações Financeiras em 31.12.2020 e 31.12.2019 (Em milhares de reais)

Relatório da Diretoria - Senhores Acionistas: Atendendo determinações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e Demais Demonstrações dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais

Ativo	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	**6.529**	**4.300**
Caixa e Equivalentes de Caixa	509	527
Contas a Receber de Clientes	4.437	2.198
Adiantamento a Funcionários	11	3
Despesas Antecipadas	28	28
Impostos e Taxas a Compensar	44	44
Imóveis a Venda	1.500	1.500
Não Circulante	**29.101**	**31.738**
Realizável a Longo Prazo	**23.327**	**25.641**
Contas a Receber de Clientes	193	287
Clientes, Administradores, Acionistas	2.626	232
Clientes Sociedades Ligadas	2.770	7.730
Projeto Ambiental, Terras e Lotes	16.950	16.703
Títulos de Capitalização	335	325
Outros Créditos	343	254
Lotes Vinculados a SCP	110	110
Investimentos	**993**	**1.075**
Participações em Outras Empresas	983	1.040
Investimentos em SCP	10	35
Imobilizado	**4.781**	**5.022**
Imóveis	7.083	7.036
Móveis, Utensílios, Instalações	322	322
Veículos	90	105
Área de Reserva Legal	104	104
Projeto Ambiental	1.074	1.071
(-) Depreciações Acumuladas	(3.892)	(3.616)
Total do Ativo	**35.630**	**36.038**
Passivo	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Circulante	**4.907**	**3.561**
Contas a Pagar	900	511
Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	1.253	781
Empréstimos Financiamentos Contratados	831	2.138
Dividendos a Pagar	1.785	
Imposto de Renda e Contribuição Social	138	131
Não Circulante	**4.424**	**11.911**
Clientes, Administradores, Acionistas		471
Clientes Sociedades Ligadas	1.136	1.235
Impostos e Contribuições Diferidos	746	150
Empréstimos Financiamentos Contratados	2.542	10.055
Patrimônio Líquido	**26.299**	**20.566**
Capital Social	17.000	17.000
Capital Social - SCP	110	110
Ações em Tesouraria	(134)	(134)
Dividendos Adicionais Propostos	1.819	1.819
Reserva Legal	1.466	1.090
Reserva de Retenção de Lucros	6.038	681
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**35.630**	**36.038**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social Integralizado	Capital Social SCP	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Ações em Tesouraria	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01/01/2020	**17.000**	**110**	**1.090**	**681**	**1.819**	**(134)**		**20.566**
Lucro do Exercício							7.518	7.518
Destinação do Lucro:								
Reserva Legal			376				(376)	
Dividendos Mínimos Obrigatórios							(1.785)	(1.785)
Reserva de Retenção de Lucros				5.357			(5.357)	-
Saldos em 31/12/2020	**17.000**	**110**	**1.466**	**6.038**	**1.819**	**(134)**		**26.299**
Mutações do Exercício			**376**	**5.357**				**5.733**
Saldos em 01/01/2019	**17.000**	**110**	**1.090**	**832**	**1.819**	**(134)**		**20.717**
Prejuízo do Exercício							(151)	(151)
Reserva de Retenção de Lucros				(151)			151	
Saldos em 31/12/2019	**17.000**	**110**	**1.090**	**681**	**1.819**	**(134)**		**20.566**
Mutações do Exercício				**(151)**				**(151)**

Demonstração do Resultado

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de Vendas	**15.255**	**6.152**
(-) Custo De Vendas	**(918)**	**(150)**
(-) Imposto sobre Vendas	**(558)**	**(225)**
Lucro Bruto de Vendas	**13.779**	**5.777**
Outras Despesas/Receitas Operacionais	**(5.737)**	**(5.678)**
Honorários da Diretoria	(703)	(703)
Despesas com Pessoal	(2.160)	(2.254)
Despesas Tributárias	(920)	(425)
Despesas Financeiras	(351)	(804)
Receitas Financeiras		10
Outras Despesas Operacionais	(2.277)	(2.199)
Outras Receitas Operacionais	671	648
Resultado Equivalência Patrimonial	3	49
Resultado Operacional	**8.042**	**99**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**8.042**	**99**
IR e Contribuição Social sobre o Lucro	**(524)**	**(250)**
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	**7.518**	**(151)**
Lucro/Prejuízo Líquido por Ação	**0,176**	**(0,0036)**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Das Atividades Operacionais		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício ajustado	7.807	89
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	7.518	(151)
Depreciação	292	289
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3)	(49)
(Aumento)/Redução nos Ativos	(2.498)	(1.469)
Contas a Receber	(2.338)	(522)
Projetos, Terras e Lotes	(247)	(844)
Despesas Antecipadas	(1)	2
Outros Créditos	88	(105)
Aumento/(Redução) nos Passivos	1.464	837
Contas a Pagar	389	229
Impostos e Taxas a Recolher	479	573
Impostos e Contribuições Diferidos	596	35
Fluxo Caixa Atividades Operacionais	**6.773**	**(543)**
Das Atividades de Investimento		
Aquisição do imobilizado	(51)	(60)
Investimentos em SCP	25	11
Dividendos Recebidos	60	1
Contratos de mútuo	2.565	(1.747)
Aquisição de ações próprias		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	**2.599**	**(1.795)**
Das Atividades de Financiamento		
Contratos de mútuo	(570)	507
Empréstimos obtidos		4.014
Pagamento de empréstimos	(8.820)	(1.226)
Dividendos pagos		(606)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	**(9.390)**	**2.689**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(18)**	**351**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Período	**527**	**175**
No Final do Período	**509**	**526**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(18)**	**351**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

I) Contexto operacional: a Companhia opera no segmento imobiliário, especificamente na área de desenvolvimento urbano, na Riviera de São Lourenço, no município de Bertioga, e desenvolve, paralelamente, importante trabalho ambiental em sua propriedade, também no município de Bertioga, no Estado de São Paulo. **II) Apresentação das Demonstrações Financeiras**: As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2020 / 2019 foram elaboradas e apresentadas com base nas práticas contábeis vigentes, estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes, em especial pela Lei nº 11.638/07, a qual teve por finalidade de compatibilizar as diretrizes contábeis brasileiras com aquelas vigentes nas normas internacionais de contabilidade, bem como, nas interpretações e orientações emitidas pelos Órgãos Reguladores. As práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis são consistentes com as adotadas anteriormente, sendo que em função de nova Ação Civil Pública, objeto do Processo nº 0004990-74.2016.4.03.6104 da 2ª Vara Civil de SANTOS/SP, tendo como parte no processo, dentre outras, a Companhia Fazenda Acaraú, a mesma está impossibilitada de efetuar em sua quase totalidade, a comercialização de imóveis na região, que é sua área de atuação, não podendo assim ter faturamento e obtenção de receitas, o que impacta enormemente a obtenção normal de resultados pela companhia. **III) Principais diretrizes contábeis: 1 - Apuração de resultado:** o resultado apurado pelo regime de competência de exercícios considera:- **a)** Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, incidentes sobre ativos financeiros, calculados à índices que mantenham os ativos a preços de marcação a mercado, conforme sua natureza, prazos e emitentes, **b)** Os efeitos dos ajustes dos demais ativos e passivos circulantes para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável. **2 - Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Caixa e equivalentes de caixa são constituídos por depósitos bancários a vista e aplicações financeiras vinculadas ao CDI, com liquidez diária. Os ativos, de um modo geral e quando aplicável, são representados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados pelo método exponencial ou linear, de acordo com as condições contratuais, reconhecidos no resultado com base na fluência dos prazos dos contratos. **3 - Investimentos:** Refere-se a subsidiária integral, avaliada pela equivalência patrimonial; **4 - Imobilizado:** Avaliado pelo custo de aquisição; a depreciação do imobilizado, quando aplicável, é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edifício 4% - veículos 20% - equipamentos de processamento de dados 20% - demais bens 10%; havendo qualquer fato ou obsolescência acelerada que reduza de forma mais rápida o valor do bem, essa perda é reconhecida de imediato. 5 - Os encargos trabalhistas são reconhecidos mensalmente, de acordo com os respectivos períodos de aquisição. **6 - Patrimônio líquido: a - Capital Social:** O capital social está constituído por 42.716.263 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Dividendos: **b -** Aos acionistas estão assegurados, de acordo com a legislação societária, os dividendos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido anual.

A Diretoria — **Fernando de Souza Granato -** Contador CRC SP 290828/O-7 - CPF: 003.731.658-38

FRAZÃO Leilões — LEILÃO Presencial e Online — 30/04/2021 — 6ª feira – às 11h00

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Condomínio e IPTU quitados pelo ITAÚ até o dia do leilão!

17 IMÓVEIS ✓APARTAMENTOS ✓CASAS ✓SALA COMERCIAL

OCUPADOS E DESOCUPADOS

LOTE 001 - FORTALEZA/CE – Tatuapé - Apto c/ 01 Vaga - Rua Fiscal Vieira, 3800, Apto. 307, Bloco B, Ed. Renata Jatahy. Área privativa: 95,31m². Área total: 121,19m². Lance Mínimo R$ 134.600,00 * **LOTE 002 - LONDRINA/PR** – Vila Nova/Tietê - Apto c/ 01 Vaga - Rua Itajaí, s/n.º, acesso Rua Rio Turvo, 137, Apto. 43, Bloco 7, Tipo A, Conj. Residencial Tietê. Área privativa: 57,35m². Área total: 65,30m². Lance Mínimo R$ 70.000,00 * **LOTE 003 – BARBOSA FERRAZ/PR** - Centro - Casa - Rua Dom Pedro I, 1598, Centro. Área total: 918,75m². Área construída: 237,02m². Lance Mínimo R$ 215.600,00 * **LOTE 004 - ITAUÇU/GO** – Centro – Casa - Av. Cuiabá, 71 (lote 02/ Quadra 30). Terreno: 624m². Área construída: 175,10m². Lance Mínimo R$ 118.300,00 * **LOTE 005 - BELO HORIZONTE/ MG** – Santa Amélia - Casa - Rua Heitor Sócrates Cardoso, 710 – Casa 03 – Resid. Verezza (lote02/Quadra 194). Terreno: 460m². Área construída: 110,45m². Lance Mínimo R$ 265.500,00 * **LOTE 006 - RIO DE JANEIRO/RJ** – Barra da Tijuca – Apto c/ 2 Vagas – Rua Engenheiro Ataulpho Coutinho, 200, Apto. 804, do Bloco 2, Freguesia Jacarepaguá. Área privativa: 122m². Lance Mínimo R$ 920.000,00 * **LOTE 007 - IMPERATRIZ/MA** - Jardim Veneza - Casa - Rua 01, 20 - Lotes 20 e 21, Quadra 03. Terreno: 311m². Área construída: 196,70m². Lance Mínimo R$ 127.800,00 * **LOTE 008 - RIBEIRAO PRETO/SP** - Ipiranga - Prédio - Rua Pará, 1499. Terreno: 625,21m². Lance Mínimo R$ 348.700,00 * **LOTE 009 - CENTRAL/BA** - Central - Casa - Av. Presidente Vargas, 56, lote 47, quadra 09. Terreno: 214,31m². Área Construída: 158,34m². Lance Mínimo: R$ 55.900,00 * **LOTE 010 - SÃO PAULO/SP -** Santo Amaro - Sala Comercial (Desocupado) - Rua Dr. Antonio Bento, 560 e Rua Salomão Karlik, Sala 1302, 13.º Andar, Design Offices Tower. Área privativa: 69,11m². Área total: 118,63m². Lance Mínimo R$ 353.900,00 * **LOTE 011 - CRICIÚMA/SC -** São Defende - Casa - Rua Salute Ronchi Passini, 165. Terreno: 450m². Área construída 355,78m². Lance Mínimo R$ 227.500,00 * **LOTE 012 - RIO DE JANEIRO/RJ -** Campo Grande - Apto c/ 01 Vaga - Estrada do Monteiro, 323 - Apto 303 - Bloco 2. Área privativa: 75m². Lance Mínimo R$ 189.300,00 * **LOTE 013 - GOIATUBA/GO -** Centro - Casa - Rua Piauí, 1760 - Lote 2-B - Qd. 250-A. Terreno: 300m². Área construída: 140,34m². Lance Mínimo R$ 144.300,00 * **LOTE 014 - PRAIA GRANDE/SP –** Vila Guilhermina – Apto + 2 Vagas – Rua Leblon, 432, Apto, 41 + 2 Vagas, Ed. Laudelina. Área útil: 241,25 m². Área total: 350,28 m². Lance Mínimo R$ 265.400,00 * **LOTE 015 - GUARULHOS/SP –** Macedo/ Parque Cecap – Apto c/ 01 Vaga - Av. Monteiro Lobato, 3130 – Apto 84 – Magnum Residencial. Área privativa: 53,39m². Área total: 91,50m². Lance Mínimo R$ 156.900,00 * **LOTE 016 - SÃO PAULO/SP –** Vila Buarque – Conj Comercial c/ 01 Vaga - Rua Major Sertório, 212 – Conj. Comercial 62 – Edif Rodolpho Pirani. Área total: 132,80m². Lance Mínimo R$ 365.400,00 * **LOTE 017 - CAMPINAS/SP –** Jd. Boa Esperança - Casa - Rua Dr. Frederico Marcondes Machado, 67-H ou lote 23, da quadra "R" (matr.). Área construída: 347,26m². Área total: 275m². Lance Mínimo: R$ 361.200,00 *

À vista ou **À prazo**: até 8X com sinal de 20% e sem juros; até 24X com sinal de 25% e juros de 12% a.a. tab. price + IGPM; até 78X com sinal de 30% e juros de 12% a.a. tab. price + IGPM.

Leia o Edital no site da leiloeira. Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online. Rua da Mooca, 3547 – São Paulo/SP.

Ana Claudia Campos Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.

Tel. 11-3550-4066 – FrazaoLeiloes.com.br

Nogueira Patrimonial e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.155.487/0001-82 - NIRE 35.300.386.825

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os Senhores acionistas, para reunirem-se no dia 30/04/2021, às 15 horas na sede sito à Rua 15 de Novembro, nº 741, sobreloja - sala 01, Bairro Santo Antônio, na cidade de Itapira/SP, para deliberação na ordem do dia: **(I)** Tomar a contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2020; **(II)** Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício de 2020; **(III)** Deliberar sobre o funcionamento do Conselho Fiscal para o exercício de 2021; **(IV)** Ratificação dos atos da Diretoria anterior e eleição dos novos membros da Diretoria; **(V)** Fixar a remuneração dos diretores para o exercício de 2021. Itapira, 20/04/2021. **Affonso Nogueira de Freitas -** Diretor Presidente - p.p. **Anna Pugina Nogueira** (21,23,24)

ORBE S/A Organização Brasileira de Engenharia

CNPJ 60.835.824/0001-03

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2020 e 2019 (valores expressos em reais)

Balanço Patrimonial

ATIVO	2.020	2019
Circulante	17.633.382,11	17.602.555,33
Imobilizado Liquido	221.678,16	257.535,74
Intangível	3.991,59	3.160,81
Não Circulante	225.669,75	260.696,55
TOTAL DO ATIVO	**17.859.051,86**	**17.863.251,88**

PASSIVO	2.020	2019
Circulante	3.807.774,03	4.052.358,78
Não Circulante	2.625.000,00	900.000,00
Capital Social Realizado	3.790.080,00	3.790.080,00
Reservas de Capital	646.164,49	646.164,49
Reserva Legal	1.077.941,06	1.077.941,06
Reserva de Lucros	5.219.626,72	6.591.699,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	692.465,56	805.008,55
Patrimonio Liquido	11.426.277,83	12.910.893,10
TOTAL DO PASSIVO	**17.859.051,86**	**17.863.251,88**

Diretoria

Lilian Atui Sampaio Gouvêa — Diretora Presidente

Daniel Calderon — CT 1SP229104/O-2

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

Histórico	Capital	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimonio Liquido
Saldo 31/12/2019	**3.790.080,00**	**646.164,49**	**1.077.941,06**	**6.591.699,00**	**805.008,55**	**12.910.893,10**
Resultado do Exercicio	-	-	-	(1.372.072,29)	-	(1.372.072,29)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(112.542,99)	(112.542,99)
Saldo 31/12/2020	**3.790.080,00**	**646.164,49**	**1.077.941,06**	**5.219.626,72**	**692.465,56**	**11.426.277,83**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Das Atividades Operacionais	2020	2019
Prejuizo Líquido do período	(1.372.072,29)	(2.391.535,03)
Ajustes para reconciliar o Lucro Líquido com o Caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações	35.857,58	43.013,74
Amortizações	1.369,22	726,01
Aumento (redução) do ativo e passivo operacionais:		
Clientes a Receber	1.436.761,64	9.639.804,79
Imóveis em Construção		14.744.853,05
Estoques	(2.068.421,74)	(14.762.459,68)
Outros créditos curto e longo prazo	16.514,31	17.646,55
Fornecedores	(20.557,58)	(76.452,97)
Impostos a recolher	(64.988,64)	(41.499,23)
Salários e encargos sociais	3.045,85	(26.866,74)
Provisões Férias	(76.884,74)	(112.683,19)
Impostos e Contribuições Diferidos	(85.199,64)	(571.637,95)
Investimentos a longo prazo		420.000,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(112.542,99)	(111.843,27)
Adiantamento para futuro aumento de Capital	1.725.000,00	(4.087.000,00)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(582.119,02)	2.684.066,08
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Software	(2.200,00)	(1.065,00)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.200,00)	(1.065,00)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Dividendos		(3.120.000,00)
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos	-	(3.120.000,00)
Aumento/Redução no caixa e equivalentes no período	(584.319,02)	(436.998,92)
Caixa e Caixa equivalentes no inicio do exercício	864.674,48	1.301.673,40
Caixa e Caixa equivalentes no final do exercicio	280.355,46	864.674,48

Demonstração do Resultado

	2020	2019
Receita Operacional Liquida	183.823,67	786.341,45
Despesas Operacionais	(1.512.805,98)	(2.958.939,34)
Resultado Financeiro	5.389,88	196.685,49
Resultado do Exercicico antes Impostos	(1.323.592,43)	(1.975.912,40)
IRPJ	(10.572,66)	(244.278,73)
IRPJ Diferido	(19.031,75)	(34.658,11)
Contribuição.Social	(1.746,87)	(105.493,50)
Contribuição.Social Diferido	(17.128,58)	(31.192,29)
Resultado Liquido Exercicio	**(1.372.072,29)**	**(2.391.535,03)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2020

1 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras estão elaborados em conformidade com a Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores, inclusive as Leis 11.638/07 e 11.941/09. 2 - O capital social é de R$ 3.790.080,00 (três milhões, setecentos e noventa mil e oitenta reais), dividido em 15.792 (quinze mil, setecentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 3- O prejuizo por ação no exercício de 2019 foi de R$ 86,88. 4 - A Diretoria resolveu não apropriar os valores de Perdas ou Riscos de Créditos por considerá-los irrelevantes. 5 - O reconhecimento das receitas e custos segue percentual de venda das unidades sobre o percentual dos custos incorridos de cada empreendimento, independente do efetivo recebimento das parcelas mensais.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ 07.682.638/0001-07-NIRE 35.300.326.032 - Companhia Fechada

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26.02.2021

1. Data, Hora e Local: 26.02.2021, às 11h30, na sede da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("Companhia"), na Rua Heitor dos Prazeres, nº 320, Vila Sônia, São Paulo/SP. **2. Presença**: Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), constatando-se a presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no "Livro Registro de Presença de Acionistas". **3. Convocação**: Os avisos de que tratam o artigo 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade das acionistas, conforme permitido pelo § 4º do artigo 124 da LSA. **4. Mesa**: Presidente: Luís Augusto Valença de Oliveira e Secretário: Igor de Castro Camillo. **5. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a ratificação da celebração de contrato e aditivos com terceiro. **6. Deliberações**: As acionistas detentoras da totalidade do capital social da Companhia, após debates e discussões, por unanimidade de votos, deliberaram: **6.1.** Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da LSA; **6.2.** Conforme atribuição prevista no artigo 6º, inciso (xii) do Estatuto Social da Companhia, aprovar a ratificação da celebração do Contrato de Prestação de Serviços de Mídia Digital nº 1541/2012 ("Contrato") e dos Aditivos nº 01, 02, 03, 04 e 05 ao referido Contrato, entre a Companhia e a Eletromídia S.A., referente a exploração, visando a comercialização exclusiva de publicidade digital, conforme termos e condições apresentados nesta assembleia. **7. Encerramento**: Nada mais a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, MP 2.200-2/2001. São Paulo/SP, 26.02.2021. **Assinaturas**: Luís Augusto Valença de Oliveira, Presidente da Mesa e, Igor de Castro Camillo, Secretário. **Acionistas**: **(1)** CCR S.A., pelo Sr. Luís Augusto Valença de Oliveira; **(2)** Ruasinvest Participações S.A., pelos Srs. Paulo José Dinis Ruas e Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz; e **(3)** Mitsui & CO., LTD., pelo Sr. Mitsuhiko Okubo. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. *Luís Augusto Valença de Oliveira - Presidente da Mesa - Assinado com certificado digital ICP Brasil, Igor de Castro Camillo - Secretário - Assinado com certificado digital ICP Brasil.* JUCESP nº 137.777/21-8 em 12.03.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Branave S/A - Transportes Fluviais

CNPJ 93.032.738/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e que serão submetidas à assembléia geral. Permanecemos à disposição de V. Sas. para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em reais)

ATIVO	2020	2019
Circulante		
Caixa e Bancos	236	263
Tributos a Compensar	40.220	9.425
Total do ativo circulante	**40.456**	**9.688**
Não circulante		
Adiantamento para Ações Judiciais	594	594
Partes relacionadas	2.427.756	2.474.063
Imobilizado	1.071.268	1.071.268
(-) Depreciações	(1.071.268)	(1.071.268)
Intangíveis	9.691	9.691
Total do ativo não circulante	**2.438.041**	**2.484.348**
Total do ativo	**2.478.497**	**2.494.036**

PASSIVO	2020	2019
Circulante		
Fornecedor	155	155
Impostos e contribuições a recolher	1.669	1.953
Total do passivo circulante	**1.824**	**2.108**
Patrimônio Líquido		
Capital Realizado	1.502.267	1.502.267
Lucros Acumulados	974.406	989.661
Total do patrimônio líquido	**2.476.673**	**2.491.928**
Total do passivo	**2.478.497**	**2.494.036**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

	capital social	reservas de capital	lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.502.267**	**0**	**1.007.230**	**2.509.497**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	0	0	(17.569)	(17.569)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.502.267**	**0**	**989.661**	**2.491.928**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	0	0	(15.255)	(15.255)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.502.267**	**0**	**974.406**	**2.476.673**

Demonstração do resultado Exercícios findos 31/12/20 e 19 (Em reais)

	2020	2019
Receita Operacional Líquida	**0**	**0**
Receitas (Despesas)		
Administrativas	(39.611)	(42.264)
Resultado financeiro líquido	24.356	24.695
Total das despesas líquidas	**(15.255)**	**(17.569)**
Lucro (prejuízo) operacional	**(15.255)**	**(17.569)**
Imposto de renda e contribuição social	0	0
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(15.255)**	**(17.569)**

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos 31/12/20 e 19 (Em reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(15.255)	(17.569)
	(15.255)	**(17.569)**
Redução (aumento) nas contas do ativo		
Empréstimo com parte relacionada	46.307	21.539
Tributos a Compensar	(30.795)	(5.202)
	15.512	**16.337**
Aumento (redução) nas contas do passivo		
Fornecedor	0	155
Obrigações e contas a pagar	(284)	794
Imposto de renda e contribuição social	0	(453)
	(284)	**496**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(27)**	**(736)**
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	263	999
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	236	263
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(27)**	**(736)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Nota 1. Contexto Operacional: A sociedade tem por fins e objetivos: navegação interior, fluvial e lacustre, no transporte de carga em geral, containers, granéis sólidos, produtos petroquímicos, óleos vegetais à granel, transbordo de mercadorias e agenciamento. **Nota 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Medida Provisória nº 449 (convertida na Lei 11.941/2009) de 03 de dezembro de 2008. **Nota 3. Principais Práticas Contábeis: a)** De acordo com Lei nº 9.249/95, não prevêem o reconhecimento dos efeitos inflacionários, que até 31 de dezembro de 1995 foram reconhecidos com base na variação da Unidade Fiscal de Referência. **b)** O imobilizado da empresa composto da Barcaça Guaratuba e outros bens, estão totalmente depreciados. **Nota 4. A Companhia enfrenta duas ações de execução financeira em conjunto com outra empresa de navegação:**

Processo	Valor	Ação ajuizada em
2003.51.01.019416-1	R$ 3.468.517,67	21.08.2005
2008.51.01.021380-3	R$ 8.269.589,37	14.11.2008

A Companhia discute judicialmente o mérito destes processos. **Nota 5. Capital Social:** O capital social é representado por R$ 1.502.267, sendo 21.000 ações ordinárias nominativas e 42.000 ações preferenciais nominativas.

Ronaldo Andres Jeffrey Smith - Diretor
Ary Serpa Júnior - Diretor
Maria Aparecida C. Lopes - contadora - CRC 1SP 129.863/O-9

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ 07.682.638/0001-07-NIRE 35.300.326.032 - Companhia Fechada

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 11.03.2021

1. Data, Hora e Local: 11.03.2021, às 10h00, na sede da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("Companhia"), na Rua Heitor dos Prazeres, nº. 320, Vila Sônia, São Paulo/SP. **2. Presença**: Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº. 6.404/76 ("LSA"), constatando-se a presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no "Livro Registro de Presença de Acionistas". **3. Convocação**: Os avisos de que tratam o artigo 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade das acionistas, conforme permitido pelo § 4º do artigo 124 da LSA. **4. Mesa**: Presidente: Luís Augusto Valença de Oliveira e Secretário: Igor de Castro Camillo. **5. Ordem do Dia**: Indicar o Sr. Soichi Nishihara ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. **6. Deliberações**: As acionistas detentoras da totalidade do capital social da Companhia, após debates e discussões, por unanimidade de votos, deliberaram: **6.1.** Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da LSA; **6.2.** Indicar o Sr. Soichi Nishihara, japonês, casado, comerciário, RNE V542947-S, CPF/MF nº 845.327.770-20, com endereço profissional na Avenida Paulista, nº 1842, 23º andar, Edifício Cetenco Plaza Torre Norte, Bela Vista, São Paulo, SP, 01310-923, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. A efetivação do Sr. Soichi Nishihara no referido cargo dar-se-á por deliberação a ser adotada na respectiva Assembleia Geral das Acionistas a ser convocada para este fim, após a conclusão do processo de concomitância de seu visto perante o Ministério do Trabalho e Presidência Social. **7. Encerramento**: Nada mais a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, MP 2.200-2/2001. São Paulo/SP, 11.03.2021. **Assinaturas**: Luís Augusto Valença de Oliveira, Presidente da Mesa e, Igor de Castro Camillo, Secretário. **Acionistas**: **(1)** CCR S.A., pelo Sr. Luís Augusto Valença de Oliveira; **(2)** Ruasinvest Participações S.A., pelos Srs. Paulo José Dinis Ruas e Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz; e **(3)** Mitsui & CO., LTD., pelo Sr. Mitsuhiko Okubo. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais. *Luís Augusto Valença de Oliveira - Presidente da Mesa - Assinado com certificado digital ICP Brasil, Igor de Castro Camillo - Secretário - Assinado com certificado digital ICP Brasil.* JUCESP nº 169.339/21-0 em 13.04.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ 07.682.638/0001-07 NIRE 35.300.326.032 - Companhia Fechada

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 16.03.2021

1. Data, Hora e Local: 16.03.2021, às 11h00, na sede da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("Companhia"), na Rua Heitor dos Prazeres, nº 320, Vila Sônia, São Paulo/SP. **2. Presença**: Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), constatando-se a presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no "Livro Registro de Presença de Acionistas". **3. Convocação**: Os avisos de que tratam o artigo 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade das acionistas, conforme permitido pelo § 4º do artigo 124 da LSA. **4. Mesa**: Presidente: Luís Augusto Valença de Oliveira e Secretário: Igor de Castro Camillo. **5. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a celebração de contrato com terceiro. **6. Deliberações**: As acionistas detentoras da totalidade do capital social da Companhia, após debates e discussões, por unanimidade de votos, deliberaram: **6.1.** Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da LSA; **6.2.** Conforme atribuição prevista no artigo 6º, inciso (xii) do Estatuto Social da Companhia, aprovar a celebração de Contrato de Manutenção de Serviços entre a Companhia e a Siemens Mobility SAS, para a prestação de serviços de reparo nos componentes e peças do Sistema CBTC (*Communications-Based Train Control*), conforme termos apresentados nesta assembleia. **7. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, MP 2.200-2/2001. São Paulo/SP, 16.03.2021. **Assinaturas**: Luís Augusto Valença de Oliveira, Presidente da Mesa e, Igor de Castro Camillo, Secretário. **Acionistas**: **(1)** CCR S.A., pelo Sr. Luís Augusto Valença de Oliveira; **(2)** Ruasinvest Participações S.A., pelos Srs. Paulo José Dinis Ruas e Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz; e **(3)** MITSUI & CO., LTD., pelo Sr. Mitsuhiko Okubo. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais. *Luís Augusto Valença de Oliveira - Presidente da Mesa - Assinado com certificado digital ICP Brasil, Igor de Castro Camillo - Secretário - Assinado com certificado digital ICP Brasil.* JUCESP nº 169.340/21-1 em 13.04.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

KSB Brasil Ltda.

CNPJ nº 60.680.873/0001-14

www.ksb.com.br

Balanço Patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto pelo lucro líquido por ação, expresso em reais)

Ativo	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020
Ativo Circulante	**240.966**	**178.847**	**247.802**
Caixa e equivalentes de caixa	56.024	14.554	58.616
Contas a receber	97.094	68.074	97.627
Contas a receber - Partes relacionadas	9.127	16.484	9.127
Estoques	70.493	76.714	73.370
Impostos a recuperar	7.492	2.059	8.034
Outros ativos	736	962	1.028
Ativo não Circulante	**109.684**	**92.332**	**107.427**
Realizável a longo prazo	23.881	13.194	23.881
IR e CSLL diferidos	19.050	8.087	19.050
Depósitos judiciais	1.534	1.322	1.534
Impostos a recuperar	3.297	3.785	3.297
Investimentos em coligadas	2.933	-	-
Imobilizado	81.147	72.536	81.607
Intangível	1.175	1.380	1.391
Propriedade para investimento	-	4.300	-
Ativo de direito de uso	548	922	548
Total Ativo	**350.650**	**271.179**	**355.229**

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020
Passivo Circulante	**138.599**	**67.793**	**143.023**
Empréstimos e financiamentos	701	731	701
Passivos de arrendamento	400	547	400
Fornecedores	71.528	31.431	72.003
Fornecedores - Partes relacionadas	2.995	4.026	5.756
Impostos e encargos sociais a pagar	11.990	3.170	11.991
Passivo de contrato de clientes	17.866	8.640	18.815
Provisão para férias e gratificações	14.954	13.258	14.975
Provisão para garantias e multas contratuais	6.111	2.094	6.111
Provisão para comissões	2.337	779	2.337
Provisão para royalties	1.966	1.593	1.966
Outras contas a pagar	7.751	1.524	7.968
Passivo não Circulante	**19.813**	**14.777**	**19.940**
Empréstimos e financiamentos	58	758	58
Passivos de arrendamento	163	389	163
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19.592	13.630	19.719
Total Passivo	**158.412**	**82.570**	**162.963**
Patrimônio Líquido	**192.238**	**188.609**	**192.238**
Capital social	72.396	72.396	72.396
Lucros acumulados	120.077	116.213	120.077
Ajuste da avaliação patrimonial	(235)	-	(235)
Participação dos não controladores	-	-	28
Total do patrimônio líquido	**192.238**	**188.609**	**192.266**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**350.650**	**271.179**	**355.229**

Jens Deltrap - Diretor Presidente
Paulo Barros D'Abreu - Diretor Financeiro
Luiza Ap. Clepaldi Monteiro - CRC 1SP132202/O-2

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Empresa.

Demonstração do Resultado Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto pelo lucro líquido por ação, expresso em reais)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Receita Operacional Líquida	441.361	364.259	443.801
Custo dos Produtos Vendidos	(330.504)	(281.550)	(332.115)
Lucro Bruto	110.857	82.709	111.686
Receitas (Despesas) Operacionais			
Comerciais	(59.164)	(45.981)	(59.518)
Gerais e administrativas	(22.223)	(20.970)	(22.868)
Outras receitas operacionais, líquidas	846	1.502	853
Resultado da equivalência patrimonial	(154)	-	-
	(80.695)	(65.449)	(81.533)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	30.162	17.260	30.153
Resultado Financeiro	494	1.032	501
Lucro antes do IR e CSLL	30.656	18.292	30.654
IR e CSLL: Corrente	(21.814)	(7.546)	(21.814)
Diferido	10.963	845	10.963
	(10.851)	(6.701)	(10.851)
Lucro Líquido do Exercício	19.805	11.591	19.803
Lucro Básico e Diluído por Quota	12,50	7,33	12,50
Atribuível a: Acionistas da Empresa			19.805
Não controladores			(2)
			19.803

IT'SSEG Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/ME nº 20.247.332/0001-82 – NIRE 35.300.465.377

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Digital – Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **IT'SSEG Corretora de Seguros S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") **digital** a ser realizada no dia 30/04/2021, às 9 horas, única e exclusivamente por meio do aplicativo Zoom (https://zoom.us/join), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"). **(i)** apreciar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2020, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes; **(ii)** deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício findo em 31/12/2020; e **(iii)** deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** deliberar sobre a proposta de criação de um Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia; e **(ii)** deliberar sobre a proposta de criação de um Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa – Phantom Shares da Companhia. Informações Gerais: Documentos Relacionados à AGO: Conforme Aviso aos Acionistas da Companhia publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Dia nos dias 25/03/2021, 26/03/2021 e 27/03/2021, desde 30/03/2021, encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, cópia dos documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da AGO. As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2020 foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Dia em 09/04/2021, e uma cópia foi encaminhada aos acionistas por e-mail. Participação na AGOE: Os acionistas poderão optar por participar da AGOE por uma das seguintes formas: (a) pessoalmente (via atuação remota pelo aplicativo Zoom); (ii) por procurador devidamente constituído (via atuação remota pelo aplicativo Zoom), ou (c) via boletim de voto a distância. Os dados de acesso à AGOE via aplicativo Zoom serão encaminhados aos acionistas por e-mail. (i) O acionista que optar por participar da AGOE pessoalmente deverá apresentar documentação que comprove sua identidade, com foto, no caso de pessoa física, ou estatuto social/contrato social e a documentação societária que comprove a sua representação legal, no caso de pessoa jurídica. Para os fundos de investimento, é necessária a apresentação do último regulamento consolidado, estatuto social/contrato social do administrador ou gestor do fundo e documentação societária que comprove os poderes de representação. (ii) Para os casos em que o acionista opte por ser representado por procurador, além dos documentos indicados no item (i) acima, deverá ser apresentado também o instrumento de mandato. (iii) Para os casos em que o acionista opte por participar via boletim de voto a distância (cujo modelo será disponibilizado pela Companhia), deve encaminhá-lo devidamente preenchido, rubricado e assinado diretamente à Companhia, em conjunto com os documentos indicados no item (i) acima. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de participar da AGOE e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o boletim de voto a distância enviado será desconsiderado. Para viabilizar a participação do acionista na AGOE, o acionista deverá antecipar o envio de cópia simples de toda a documentação mencionada nos itens acima ao e-mail societario@itsseg.com, sendo obrigatória a remessa da via original do boletim de voto a distância ou de eventual instrumento de mandato (em ambos os casos com a firma reconhecida), em até 20 dias depois da data da realização da AGOE para a sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1478, 18º andar, conjunto 1801, Jardim Paulistano, São Paulo, Estado de São Paulo, aos cuidados da Diretoria. Os acionistas serão comunicados, em até 2 dias, do recebimento por e-mail da documentação pela Companhia, bem como confirmação de sua validade e eventuais alterações necessárias. Os boletins de voto a distância incompletos ou que tenham sido enviados sem a documentação necessária serão desconsiderados e o respectivo acionista comunicado. São Paulo, 22/04/2021. **Thomaz Luiz Cabral de Menezes** – Membro do Conselho de Administração. (21, 23 e 24/04/2021)

Edital de Intimação - Prazo de 20 dias. Processo nº 0050262-47.2020.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 34ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Adilson Aparecido Rodrigues Cruz, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) A&D Comércio Importação e Exportação de Veículos Automotores Ltda., CNPJ. 08.660.170/0001-04 que N.E.W.S. Logistics Ltda., move a ação de Cumprimento de Sentença, foi determinada a Intimação, por Edital, para que, no prazo de 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, cumpram voluntariamente a sentença, efetuando o pagamento da quantia de R$ 20.877,53 (Nov/2020), corrigido e acrescido de custas se houver, nos termos do art 513, § 2º, IV, do CPC, e ciente(s) de que, nos termos da decisão, findo o prazo acima fixado, haverá multa e honorários de advogado, ambos de 10% sobre o valor do débito e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Para que produza seus regulares efeitos de direito, é expedido o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.. NADA MAIS.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1044550-06.2013.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 25ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). LEILA HASSEM DA PONTE, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) coexecutado JUNIOR RODRIGUES DA SILVA (CPF/MF sob o nº 02.287.489/0001-50), que RISTRETTO – INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA EPP lhe ajuizou EXECUÇÃO, na qual também são executados DESIREE DECOR COMERCIO DE MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA E OUTRA, objetivando a quantia de R$53.597,14 até 01/10/2020, representado pelas notas fiscais e respectivas duplicatas anexas no processo, vencidas, não pagas e devidamente protestadas. Estando o coexecutado em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 03 dias, contados após o decurso do prazo deste edital, pague o débito acima, devidamente atualizado, sob pena de penhora e avaliação de bens suficientes para a satisfação da dívida e, em havendo pagamento dentro do prazo, a verba honorária, fixada em 10%, será reduzida pela metade; e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, também contados findo o prazo deste edital, poderá oferecer Embargos (art. 915 do CPC) ou Pedido de Parcelamento da Dívida (art. 916 e §§ CPC); ficando advertido de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, IV do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de março de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002077-08.2018.8.26.0010. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). Caren Cristina Fernandes De Oliveira, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **SAFIA ZEAITER EL ORRA**, Libanesa, Solteira, Empresária, RG V759655-N, CPF 235.208.978-65, com endereço à Via Anchieta, 1113, Ipiranga, CEP 04247-001, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Carlos Manuel Felgueiras, alegando em síntese: "Ação de execução oriunda de Escritura Pública de Cessão de Direitos de Crédito,. Em que o exequente comprou os direitos de crédito da Sra. Patrícia Oliveira Cruz, no valor de R$ 910.000,00, dívida vencida desde 23\10\2015, tendo como garantia a hipoteca que recaiu sobre imóvel, em que a importância mutuada em hipoteca deveria ser paga em 06 parcelas mensais e sucessivas, acordo este alegadamente inadimplido pela executada". Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a dívida de R$ 1.873.997,90 (fls.128\129), mais custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de dez por cento, sob pena de penhora ou arresto de tantos bens quantos bastem para a garantia da execução. O executado deverá ainda ter ciência de que, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Poderá o executado também oferecer Embargos à Execução, no prazo de 15 dias, contados na forma do art. 231 do CPC, distribuídos por dependência e instruídos com as cópias processuais relevantes. Alternativamente, no lugar dos Embargos, mediante depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ainda ser requerido o parcelamento do restante em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de março de 2021.

Edital de Intimação. Prazo 20 dias. Processo nº. 1129526-67.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 08ª Vara Cível, do Foro Central da Capital, Estado de São Paulo, Dr(a). Vanessa Ribeiro Mateus, na forma da Lei. FAZ SABER a Intermediação Serviços Ltda. ME, CNPJ. 11.971.240/0001-50, P. Marochi Advogados Associados, CNPJ. 03.385.933/0001-32 e Patrícia Margotti Marochi, CPF. 766.714.029-49, que Associação dos Proprietários em Santa Isabel, move a ação de Cumprimento de Sentença, foi determinada a Intimação, por Edital, para que, no prazo de 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, cumpram voluntariamente a sentença, prestando contas referente a Sociedade, e arcando com os pagamentos das custas processuais e honorários de 10%, corrigidos. Para que produza seus regulares efeitos de direito, é expedido o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1021999-64.2015.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Luiz Raphael Nardy Lencioni Valdez, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Jefferson Pedro Almeida dos Santos, CPF 285.460.878-06, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Darwin Goto e outro, sendo correu Vítor Carvalho Rocha, objetivando a declaração de inexistência de relação jurídica entre os autores e os réus em relação ao contrato de locação celebrado em 18/02/2010, e indenização por danos materiais e morais. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1003493-64.2018.8.26.0445. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 02ª Vara Cível, do Foro da Comarca de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, Dr(a). Wellington Urbano Marinho, na forma da Lei, etc. Faz saber a Jairo de Souza Ferreira, CPF. 056.497.518-46, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum por Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, objetivando o recebimento da quantia de R$ 7.093,16 (junho/2016), atualizada no ato do pagamento, referente a colisão em 12/06/2017 no veículo assegurado pela apólice 4002312/19. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2021.

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo n 1077325-98.2018.8.26.0100 A MM. Juíza de Direito da 38ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Carolina de Figueiredo Dorlhiac Nogueira, na forma da Lei, etc. Faz saber a Jireh Comercio de Tecidos Eireli, CNPJ. 23.521.841/0001-40, que lhe foi proposta uma ação Monitoria por parte de Sewtec Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Máquinas e Equipamentos Ltda., objetivando a cobrança de R$ 10.753,51 (junho/2018), referente as duplicatas nº 00001117-3; 0001117-4 e 0001117-5, oriundas da venda de rolos de tecidos. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído a causa, ou oponha embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

FORO CENTRAL CÍVEL - 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS - Praça João Mendes s/nº - salas 2200 / 2208 - Centro - CEP 01501-900 - Fone:(11) 2171-6353 - São Paulo-SP - E-mail: sp1regpub@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** – Prazo de **20 dias**, expedido nos autos da ação de **USUCAPIÃO**, processo nº **1039199-13.2017.8.26.0100 - (U-625)**. A Doutora **ANA CLAUDIA DABUS GUIMARÃES E SOUZA**, MMª Juíza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de São Paulo, do Estado de São Paulo, na formada Lei, etc. **FAZ SABER** aos **RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS INTERESSADOS**, bem como seus **CÔNJUGES**, se **CASADOS FOREM,** e/ou **SUCESSORES**, que **CAROLINA ZOLLNER BATISTELLA GONÇALVES** ajuizou ação de **USUCAPIÃO** visando a declaração de domínio do imóvel situado na Rua do Grito, nº 525, apartamento nº 104, localizado no 10º andar do Edifício Conde do Ipiranga, Ipiranga, São Paulo/SP, com área privativa de 57,2375 m², área comum de 39,7369 m², área total de 96,9744 m², fração ideal de 1,5211%, contribuinte nº 050.072.0144-8, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para **CITAÇÃO** dos **SUPRAMENCIONADOS** para que, no prazo de **15 (quinze) dias úteis, a** fluir após o prazo de **20 dias úteis, CONTESTEM** o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 16 de abril de 2021.

23 e 24/04

FRAZÃO LEILÕES **LEILÃO** Presencial e Online

Encerramento: **03/05/2021** 2ª feira – às 11h00

Santander

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Débitos de Condomínio e IPTU quitados pelo banco até o dia do leilão.

12 IMÓVEIS

CASAS E APARTAMENTOS

SP: São Paulo, Dracena, Taubaté, Batatais, Indaiatuba. **AM:** Manaus. **DF:** Brasília. **PB:** João Pessoa, Campina Grande. **PE:** Petrolina. **RJ:** Rio de Janeiro.

Financiamento conforme o Edital de Leilão no site da leiloeira
Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco.
Leia o Edital no site da leiloeira. Cadastre-se para participar do leilão online.

Ana Claudia Campos Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.

Tel. 11- 11 3550-4066 – www.FrazaoLeiloes.com.br

FOSFANIL S.A. - CNPJ/MF nº 33.179.474/0001-00 - NIRE 35.300.036.786 - **Aviso de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** - Ficam os Senhores Acionistas da Fosfanil S.A. ("Companhia") convocados, na forma de seu Estatuto Social, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 07 de maio de 2021, às 09:00, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Ibirapuera, 2300, 4º andar, conjuntos 41 e 42, CEP 04029-100, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame e aprovação do relatório e do balanço relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2020. b) Consolidação do Estatuto Social da Companhia; A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído. São Paulo, 22 de abril de 2021. **Eric Pierre Paul Schmitt** - Diretor Presidente.

INDÚSTRIAS J.B.DUARTE S/A

CNPJ/MF nº 60.637.238/0001-54
CÓDIGO CVM - 01231-9 - Companhia Aberta
NIRE 35.300.030.257

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se a disposição dos acionistas na sede social da empresa situada a Avenida Alcântara Machado nº 80, conjunto 31, bairro da Mooca, São Paulo, os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020 e anexos, em conformidade com o Artigo 133 da Lei 6404/76. Tais documentos também foram disponibilizados nos sites da CVM- Comissão de Valores Mobiliários, B3 - BRASIL, BOLSA, BALCÃO e no site da Companhia, www.indústriasjbduarte.com.br. São Paulo, 20 de abril de 2021. **Edison Cordaro** - Diretor de Relações com Investidores.

Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/ME 12.648.327/0001-53 - NIRE 35.300.383.982
Companhia Aberta

Edital de Segunda Convocação Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 30 de Abril de 2021

A **HIDROVIAS DO BRASIL S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 7º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.648.327/0001-53 ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, §2º, inciso I e artigo 21-C, §§2º e 3º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 30 de abril de 2021, às 09:00 horas, através da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte Ordem do Dia: **1.** Deliberar sobre a alteração e reforma do Estatuto Social da Companhia para incluir a possibilidade de celebração de contratos de indenidade pela Companhia, atualizar seus dispositivos em virtude do término do Acordo de Acionistas da Companhia, dentre outras informações; e **2.** Deliberar pela consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir as alterações acima mencionadas. **Informações Gerais**: **1.** Os acionistas da Companhia estão sendo chamados em segunda convocação, já que as matérias referidas acima foram incluídas na ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2021 ("AGOE"), mas não foram deliberadas por falta do quórum mínimo de acionistas presentes, qual seja, de 2/3, no mínimo, do capital com direito a voto, nos termos do artigo 135 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposto no Termo de Não Instalação divulgado pela Companhia em 20 de abril de 2021 e no referido dispositivo legal, a AGE poderá instalar-se com qualquer número de acionistas. A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, os demais documentos previstos na ICVM 481 e na Lei das Sociedades por Ações e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na AGE, foram divulgados por ocasião da convocação da AGOE e encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 7º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). **2.** Considerando a pandemia da COVID-19 no Brasil, sobretudo em razão da continuidade das restrições existentes à circulação e reunião de pessoas, a Assembleia Extraordinária será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da ICVM 481, caso em que o acionista poderá: **(i)** simplesmente participar da AGE, sem necessariamente votar; ou **(ii)** participar e votar na AGE. Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital: Nos termos do artigo 5º, §3º da ICVM 481, os acionistas que pretenderem participar da AGE deverão enviar para o e-mail ri@hbsa.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, em até 2 (dois) dias antes da AGE (i.e., **até o dia 28 de abril de 2021**), solicitação de suas credenciais de acesso à Plataforma Digital acompanhada dos seguintes documentos, conforme aplicáveis: **i)** Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à AGE; **ii)** CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, bem como do procurador, se aplicável, que participará da AGE; **iii)** Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado; **iv)** Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso; e **v)** Regulamento consolidado e atualizado do fundo. **3.** As instruções de voto recebidas pela Companhia via boletim de voto a distância ("Boletim") referente às matérias da AGE, diretamente ou através dos prestadores de serviço aptos a prestarem serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim, serão aceitas pela Companhia para fins de quórum de instalação e cômputo dos votos para a AGE Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital, constam da Proposta de Administração da Companhia e demais documentos disponíveis nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br).

São Paulo, 20 de abril de 2021.
Bruno Pessoa Serapião - Presidente do Conselho de Administração

OMAHA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA

CNPJ 29.447.641/0001-70 – NIRE 3523173546-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Nos termos do parágrafo primeiro, da Cláusula Sétima, do Contrato Social da sociedade empresária OMAHA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n. 29.447.641/0001-70, com seus atos arquivados sob o NIRE 3523173546-3, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, com sede na Av. Juscelino Kubitschek, n. 1.726, 22º Andar, conj. 221 e 223, bairro Vila Nova Conceição, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.543-000 ("OMAHA"), convocam-se os Senhores Sócios da OMAHA, para Reunião de Sócios a realizar-se na sede da Sociedade, no dia 28/04/2021, às 9h00min, em segunda convocação, havendo quórum, a ser **realizada virtualmente por meio da seguinte plataforma**: https://us02web.zoom.us/j/86809360050?pwd=U3QvbXNWbldiUjZLWm5zbVovK3YwQT09; Meeting ID: 868 0936 0050; Passcode: 04543000.A presente reunião terá por ordem do dia: (i) destituição do Administrador da OMAHA; (ii) eleição de Administrador, sócio ou não sócio; e (iii) modificação e consolidação do contrato social, a fim de refletir as deliberações tomadas. Os senhores Sócios poderão, independente da forma, manifestar seu voto à distância por meio do Boletim de Voto à distância, e para tanto este deverá conter as seguintes informações: (a) identificação do Sócio e a quantidade de quotas com direito a voto que possui; (b) todas as matérias constantes na ordem do dia e seu voto; e (c) quaisquer outras manifestações decorrentes da ordem do dia, com a indicação dos documentos que as instruam, se for o caso. O Boletim de Voto à distância deverá ser enviado no e-mail alessandro.laudares@advisia.com, observado o prazo máximo de, até, 30 (trinta) minutos antes do início da Reunião de Sócios da OMAHA para que seja considerado válido. Os senhores Sócios poderão se fazer representar na Reunião de Sócios mediante apresentação de instrumento de mandato, na forma do §2º, da Cláusula Sétima, do Contrato Social da OMAHA, que poderá ser enviado por e-mail, conforme acima indicado, ou por qualquer outro meio mediante protocolo. São Paulo/SP, 23 de abril de 2021. Convocação pelo sócio Alessandro Cardoso Laudares Pereira.

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Pelo presente, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Aguassanta Participações S.A. ("Companhia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 16:00 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: (i) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; (iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores; e (iv) Reeleger os Membros do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo (SP), 19 de abril de 2021. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Presidente do Conselho de Administração

AFN Máquinas e Implementos S.A.

CNPJ/MF nº 49.911.654/0001-66 - NIRE 35.300.036.221

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os Senhores acionistas, para reunirem-se no dia 30/04/2021, às 10h00min, na sede situada na Cidade de Itapira/SP, na Rua XV de Novembro, nº 741/781, Bairro Santo Antônio, CEP 13974-903, para deliberação na ordem do dia: **(I)** Tomar a contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2020; **(II)** Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício de 2020; **(III)** Deliberar sobre o funcionamento do Conselho Fiscal para o exercício de 2021; **(IV)** Ratificação dos atos da Diretoria anterior e eleição dos novos membros da Diretoria; **(V)** Fixar a remuneração dos diretores para o exercício de 2021. Itapira, 20/04/2021. **Márcio Fernando Nogueira** - Diretor Presidente (21,23,24)

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 01 MÊS. PROCESSO Nº 1023855-88.2014.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Henrique Falcone Garcia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JESSE VIEIRA DO RAMO, Brasileiro, Casado, Empresário, RG 443106575, CPF 347.070.048-65, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, objetivando receber a quantia de R$ 20.781,89 (junho de 2018), representada pela Cédula de Crédito Bancário Empréstimo Capital de Giro n.º 006.796.654. Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a citação e intimação por edital para que, no prazo de 03 dias, pague a dívida reclamada, atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios do(a) exequente arbitrados em 10% sobre o valor atualizado do débito. Efetuado o pagamento, os honorários serão reduzidos pela metade (art.827, § 1º, CPC.); ou, em 15 dias, embargue a execução reconhecendo o crédito do(a) exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, acrescido de custas, honorários de advogado, e requerer o pagamento do débito em até 06 parcelas mensais, corrigidas pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça e acrescidas de juros de 1% ao mês (art. 916, CPC.), a fluírem após o prazo supra, sob pena de revelia e de converter-se em penhora o arresto procedido sobre: A) as quantias bloqueadas judicialmente a fls. 67 e 68 de R$ 3,50 e R$ 2.653,36; e B) veículo de marca: HONDA, modelo: CG 150 TITAN KS, ano: 2006/2007, placas: DUX-5334/SP, caso em que será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de abril de 2021. 24 e 27 / 04 / 2021

No Zebra Network S.A.

CNPJ nº 04.883.570/0001-28

Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório da Administração em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Expressos em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os documentos referentes a essas demonstrações estão à disposição dos senhores acionistas na sede da companhia. Curitiba, 26 de março de 2021. **A ADMINISTRAÇÃO.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Expressos em milhares de reais)*

Ativo	Notas	2020	2019
Ativo circulante		**18.017**	**11.907**
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.303	4.479
Contas a receber de clientes e outros	4	6.912	6.281
Impostos a recuperar	5	2.580	990
Despesas antecipadas		67	49
Outros ativos		155	108
Ativo não circulante		**66.456**	**65.393**
Aplicações financeiras - Caução aluguel		137	126
Depósitos judiciais		278	278
Imobilizado	6	2.010	2.365
Intangível	7	64.031	62.624
Total do ativo		**84.473**	**77.300**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2020	2019
Passivo circulante		**8.737**	**6.647**
Fornecedores	8	909	263
Obrigações trabalhistas	9	795	864
Impostos e contribuições	10	824	264
Passivo de arrendamento de direito de uso	11	333	223
Outras contas a pagar	12	5.876	5.033
Passivo não circulante		**29.535**	**30.600**
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	13	3	823
Impostos diferidos	14	28.425	28.425
Passivo de arrendamento de direito de uso	11	1.107	1.352
Patrimônio líquido		**46.201**	**40.053**
Capital social	15.a	55.566	55.566
Reserva de capital	15.c	1.370	1.370
Reserva de hedge de fluxo de caixa		(523)	(523)
Prejuízos acumulados		(10.212)	(16.360)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**84.473**	**77.300**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de *hedge* de fluxo de caixa	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido	AFAC	Patrimônio líquido mais AFAC
Saldo em 31 de dezembro de 2018		**55.566**	**1.370**	**(523)**	**(14.804)**	**41.609**	**2.903**	**44.512**
Aumento Capital Social	14.b	2.903	–	–	–	2.903	(2.903)	–
Redução Capital Social	14.b	(2.903)	–	–	–	(2.903)	–	(2.903)
Prejuízo do exercício		–	–	–	(1.556)	(1.556)	–	(1.556)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**55.566**	**1.370**	**(523)**	**(16.360)**	**40.053**	**–**	**40.053**
Lucro do exercício		–	–	–	6.148	6.148	–	6.148
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**55.566**	**1.370**	**(523)**	**(10.212)**	**46.201**	**–**	**46.201**

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Expressos em milhares de reais)

	Notas	2020	2019
Receita operacional líquida	16	22.277	21.733
(-) Custo dos serviços prestados	17	(9.798)	(10.491)
(=) Lucro bruto		**12.479**	**11.242**
(+/-) (Despesas) receitas operacionais			
Despesas comerciais	17	(1.132)	(611)
Despesas gerais e administrativas	17	(5.782)	(6.409)
Outras receitas (despesas) líquidas	18	2.021	22
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**7.586**	**4.244**
Receitas financeiras	19	389	161
Despesas financeiras	19	(151)	(197)
Variação cambial líquida	19	5	(79)
(=) Lucro antes do IR e CS		**7.830**	**4.129**
(-) Imposto de renda e contribuição social - Correntes	20	(1.682)	–
(-) Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	28	–	(5.685)
(=) Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		**6.148**	**(1.556)**

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro (Prejuízo) antes do IR e CS	**7.830**	**4.129**
Ajustes por: Depreciação e amortização	660	632
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	507	(75)
Outras provisões	(820)	(477)
Baixa líquida de imobilizado e intangível	40	17
Despesas de juros sobre arrendamentos	190	133
	8.407	**4.359**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Expressos em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional: A No Zebra Network S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 01/02/2002, de acordo com as leis brasileiras, com sede à Rua Vergueiro, 1061 - 13º andar, na cidade e Estado de São Paulo. A Companhia tem como atividade preponderante a venda de publicidade online em websites de conteúdo próprio e aplicativos para dispositivos móveis. Os websites de propriedade da Companhia são: Baixaki, Click Jogos, Tecmundo, Voxel, Mega Curioso, The Brief, Super Downloads e Minha Série. A Companhia também realiza a prestação de serviço de construção de websites de conteúdo além da comercialização da produção de conteúdo digital. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: 2.1.** Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão ...

Rodrigo Brandão Feitosa - Presidente — Felipe Franco da Silveira — Verena Sanchez Bohrer — Marcia Aparecida Lipinski - Contadora - CRC/PR 062.899/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

... Grant Thornton Auditores Independentes

Dólar sobe para R$ 5,49, mas cai pela quarta semana seguida

Em um dia de volatilidade no mercado financeiro, o dólar subiu pela primeira vez depois de sete quedas seguidas. Mesmo assim, a moeda norte-americana acumulou a quarta semana consecutiva de recuo. A bolsa de valores subiu na sessão, mas não conseguiu ultrapassar os 121 mil pontos e teve a primeira queda semanal após três semanas de alta.

O dólar comercial encerrou a sexta-feira (23) vendido a R$ 5,497, com alta de R$ 0,043 (+0,78%). A divisa começou o dia em queda, vendida a R$ 5,43, mas começou a subir ainda durante a manhã. Na máxima do dia, por volta das 12h30, chegou a R$ 5,51, mas desacelerou à tarde e manteve-se abaixo de R$ 5,50.

A moeda norte-americana encerrou a semana com recuo de 1,59%. Em abril, o dólar acumula queda de 2,37%, mas sobe 5,88% em 2021.

No mercado de ações, o dia foi marcado pela recuperação. Depois de três dias seguidos de queda, o Ibovespa, índice da B3, fechou o dia aos 120.530 pontos, com alta de 0,97%. Apesar dos ganhos desta sexta, o indicador encerrou a semana com perda acumulada de 0,48%.

Nos últimos dias, a bolsa foi influenciada por um movimento de realização de lucros, quando investidores vendem ações para embolsar ganhos recentes, e por oscilações no mercado norte-americano. Com os papéis mais baratos, os aplicadores voltaram a comprar ações, no Brasil e no exterior, impulsionando o mercado de ações.

Em relação ao dólar, a moeda norte-americana subiu porque dados do setor de serviços nos Estados Unidos sugeriram que a recuperação da maior economia do planeta está mais forte que o esperado. Isso provocou um leve aumento no rendimento dos títulos do Tesouro norte-americano, considerados os investimentos mais seguros do planeta.

Taxas mais altas nos Estados Unidos pressionam o câmbio em países emergentes, como o Brasil. No entanto, a sanção do Orçamento Geral da União de 2021, com vetos parciais que garantem o cumprimento do teto de gastos, segurou a alta da moeda norte-americana. (Agencia Brasil)

Jornal ODIASP

autojornal
o dia a dia motorizado

Edição: 522 24 a 30 de abril de 2021

Importados

Aston Martin no Brasil

A UK Motors, representante oficial da Aston Martin no Brasil, confirma a venda de toda a atual linha da marca a partir do segundo semestre, quando será aberta a concessionária no bairro do Itaim, em São Paulo. O portfólio terá os modelos DBX, Vantage, DB11 e DBS Superleggera, com as respectivas versões, num total de oito opções.

Dos oito modelos da linha, três virão ao Brasil mediante encomenda do cliente: DB11 Volante, DBS Volante e Vantage Roadster. Unidades equipadas com câmbio manual também serão trazidas somente a pedido do comprador.

Aston Martin DBX

O primeiro SUV da Aston Martin foi apresentado em novembro de 2019 e preserva a alma dos modelos esportivos da marca. O DBX tem motor V8 biturbo de 4 litros (3.982 cm³) que entrega 550 CV de potência a 6.500 rpm e 700 Nm de torque de 2.200 a 5.000 rpm. O desempenho é digno dos esportivos da marca: aceleração de 0 a 100 km/h em 4,5 segundos e velocidade máxima de 291 km/h. O câmbio automático tem nove marchas.

Além do desempenho, o Aston Martin DBX entrega aos ocupantes uma experiência suntuosa, com acabamento interno luxuoso e uma sensação de amplitude proporcionada pelo teto solar panorâmico. E uma aptidão para percorrer diversos tipos de terreno, graças a sistemas eletrônicos como o eARC (electric anti roll control, controle eletrônico anticapotagem) e amortecedores eletrônicos adaptativos.

Aston Martin Vantage

O modelo de dois lugares da Aston Martin todos os princípios de pureza, beleza e proporcionalidade. O nome Vantage é usado pela fábrica desde a década de 1950 e é sinônimo de desempenho, sendo um dos modelos de referência da marca. Tudo nele foi finamente ajustado para que sua função seja executada da melhor maneira, oferecendo agilidade e desempenho.

O atual Aston Martin Vantage é equipado com motor V8 biturbo de 4 litros com 510 CV de potência a 6.000 rpm e torque de 685 Nm de 2.000 a 5.000 rpm. O desempenho está à altura: 314 km/h de velocidade máxima e aceleração de 0 a 100 km/h em 3,5 segundos. O câmbio automático é de oito marchas.

Aston Martin Vantage Roadster

A versão conversível do Aston Martin Vantage oferece os mesmos atributos de estilo e comportamento dinâmico do cupê, aliados à magia da pilotagem ao ar livre. A capota de tecido tem um mecanismo de operação ultracompacto que permite abertura ou fechamento em tempo abaixo de 7 segundos " o mais rápido para qualquer teto conversível automotivo totalmente automático. O Vantage Roadster acelera de 0 a 100 km/h em 3,7 segundos e chega a 305 km/h de velocidade máxima.

Aston Martin DB11 e Aston Martin DB11 AMR

Apresentado em 2016, o Aston Martin DB11 é o substituto do bem sucedido DB9, lançado em 2003. Integra a linhagem DB iniciada em 1948, sendo considerado um Aston Martin clássico por excelência.

Os compradores do DB11 têm duas opções de motor: V8 biturbo com 4 litros e 510

CV ou a versão AMR com motor V12 biturbo com 5,2 litros e 630 CV de potência. Cada versão tem seu próprio caráter e, com qualquer que seja o motor, o DB11 entrega desempenho excepcional e acabamento de primeira linha.

Completo e sofisticado, o DB11 é um cupê "2+2" com todos os atributos que consagraram a Aston Martin desde sua fundação: acabamento luxuoso e muito conforto. Equipado com motor V8, ele pode acelerar de 0 a 100 km/h em 4 segundos e chegar a 300 km/h. O DB11 AMR vai de 0 a 100 km/h em 3,6 segundos e atinge 335 km/h. Os valores de torque são, respectivamente, 675 Nm e 700 Nm. O câmbio é automático com oito marchas. Visualmente, a diferença entre os dois é de detalhes, em especial os ligados às aberturas para entrada de ar.

Aston Martin DB11 Volante

"Volante" (voador, em italiano) é a palavra escolhida para complementar o nome do Aston Martin DB11 com carroceria conversível. Disponível somente com motor V8, tem desempenho muito semelhante ao da versão cupê, indo de 0 a 100 km/h em 4,1 segundos e podendo também chegar a 300 km/h. A capita operada eletronicamente pode ser aberta ou fechada com o carro em movimento, a até 50 km/h.

Aston Martin DBS Superleggera

Atual carro-chefe da Aston Martin, o DBS Superleggera é um Super GT com motor V12 biturbo de 5,2 litros ajustado para oferecer potência excepcional (725 CV a 6.500 rpm) e torque de tirar o fôlego (900 Nm de 1.800 a 5.000 rpm). E cumpre sua função com extrema competência: chega a 340 km/h e vai de 0 a 100 km/h em 3,4 segundos.

A sigla DBS foi usada pela primeira vez pela Aston Martin em 1967. A Superleggera, fabricante italiana de carrocerias, tem um longo histórico com a Aston Martin, sendo parceira da fábrica em modelos como os DB4, DB5, DB6 e Mark 1. Lançado em 2018, o DBS Superleggera substituiu o icônico Vanquish S.

Aston Martin DBS Superleggera Volante

A versão da carroceria aberta do DBS Superleggera faz história como o mais rápido conversível da história da Aston Martin: chega aos mesmos 340 km/h do cupê e precisa de 3,6 segundos para ir de 0 a 100 km/h (apenas dois décimos de segundo a mais que o DBS Superleggera).

Operada eletricamente, a capota é aberta em 14 segundos e fechada em 16 segundos. Se desejar, o motorista pode comandar a operação fora do carro, a até dois metros de distância. Como o cupê, é um modelo com carroceria "2+2".

Land Rover apresenta o Discovery 2021

A Land Rover anuncia a chegada do Novo Discovery ao mercado brasileiro. O SUV premium de sete lugares mais versátil, que está entre os SUVs grandes mais vendidos do Brasil, chega em sua configuração para 2021 combinando uma evolução excepcional de design com um interior versátil e tecnologia embarcada, incorporando o espírito de aventura familiar que tem caracterizado o SUV da família Land Rover por mais de 30 anos.

O conjunto de força a diesel do Novo Discovery carrega a tecnologia mais avançada da Land Rover com a configuração Ingenium D300, seis cilindros em linha, 3,0 litros, turbo diesel, gerando 300 cv de potência e impressionantes 66,3 kgfm de torque, entre 1.500 e 2.500 rpm. Atrelado a uma transmissão automática de oito velocidades, o sistema apresenta uma construção leve de alumínio com um design de baixo atrito que substitui o diesel TDV6 anterior de 258 cv.

Além disso, a suspensão a ar de série proporciona conforto em todos os tipos de terreno e possui controle de velocidade automático, melhorando a eficiência aerodinâmica e de combustível ao trafegar em rodovias. A tecnologia de amortecedor Adaptive Dynamics – presente em todos os modelos – monitora os movimentos dos veículos até 500 vezes por segundo, reagindo aos direcionamentos do motorista ou desníveis da estrada quase instantaneamente para maior controle da carroceria, garantindo uma viagem ainda mais estável.

O caráter distinto e as proporções otimizadas do Novo Discovery abrangem mais de três décadas de evolução do design. Os traços clássicos da carroceria – incluindo o capô envolvente, o teto flutuante e a coluna C alta e visível – se mantêm, mas a configuração para 2021 oferece uma evolução nas linhas, dando mais modernidade e estilo ao conjunto.

Os faróis em LED contam com nova assinatura diurna, junto ao indicador de seta dinâmico que se conectam ao novo para-choque dianteiro, mais agressivo e com maior ventilação, acentuando o novo conjunto de design do Novo Discovery.

Na traseira, as novas lanternas com assinatura em LED, que se unem por um novo painel em preto brilhante. Seguindo a filosofia de design minimalista da Land Rover, este painel passa a incorporar a marca registrada do Discovery, entregando um design mais limpo na traseira.

Nos acabamentos, a paleta de cores conta com três novas opções – Bronze Lantau, Prata Hakuba e Cinza Charente – que completam as 12 opções disponíveis.

No interior, o Novo Discovery traz melhorias significativas para o desenho do painel, totalmente novo e com acabamento refinado, acompanhando o volante e manopla de câmbio repensadas, agora com maior facilidade de manuseio.

Outro destaque para a linha 2021 é o sistema de infoentretenimento PIVI PRO. O console central abriga a tela de 11,4 polegadas sensível ao toque com interface rápida e intuitiva, com estrutura de menu simplificada e pioneira em design, oferecendo respostas imediatas – mesmo ao ligar o veículo pela primeira vez – graças a sua bateria de suporte incorporada no sistema, reduzindo o tempo de espera para inicialização.

A integração com smartphones é mais simples do que nunca, com a possibilidade de conectar dois aparelhos simultaneamente via bluetooth, ou através dos sistemas Apple CarPlay e Android Auto, de série em todas as versões.

Interligado ao sistema PIVI, o painel de instrumentos digital de 12,3 polegadas, fornece mapeamento 3D de alta definição, mantendo a tela central livre para controlar outras funções, além de diversas combinações de mostradores, permitindo que os motoristas personalizem a exibição, adequando-a à sua preferência.

O Novo Discovery vem equipado de série com sistema de som Meridian de 400W de potência - na versão SE - e o Meridian Surround de 700W, disponível na versão HSE.

Quanto ao conforto na cabine, a ventilação, suportada pelo sistema de ionização de ar, agora conta com tecnologia de filtragem PM2,5 opcional, que escaneia ativamente o ar de entrada, medindo sua qualidade e usando automaticamente filtros avançados para reduzir o nível de alérgenos, toxinas e partículas prejudiciais na cabine, melhorando o bem-estar do motorista.

Ainda nas assistências da cabine, o modelo também se beneficia de câmeras 360º com visualização 3D e da tecnologia Capô Transparente, fornecendo ao motorista uma visão do solo diretamente abaixo do capô, usando a tela do PIVI PRO.

O Novo Discovery oferece, também, a tecnologia Terrain Response 2, exclusiva da Land Rover e item de série em todos os modelos, que permite que os motoristas selecionem modos de condução que ajustam itens como o mapeamento do acelerador, pontos de trocas de marcha, configurações de direção e suspensão para atender às suas preferências e requisitos, personalizando a experiência de condução fora de estrada.

Na parte de trás, os assentos da segunda fileira foram cuidadosamente redesenhados para maior conforto. O suporte lateral melhorado, as almofadas mais grossas e o perfil cuidadoso do assento contribuem para maior suporte na parte inferior da coxa e melhor postura para os ocupantes.

A terceira fileira de bancos, conta com dois assentos extras que completam os 7 lugares espaçosos do Discovery, contam com sistema inteligente de rebatimento dos bancos traseiros, possibilitando a reconfiguração do layout sem esforço, por meio da tela do sistema de infoentretenimento.

Sob a tampa elétrica do porta-malas, estão à disposição 2.485 litros de espaço, na configuração de 5 lugares. E, mesmo com sete assentos em uso, o porta-malas ainda fornece 258 litros de capacidade.

Com a chegada do Novo Discovery, a Land Rover completa a linha de modelos para 2021 com os SUVs mais desejados e capazes do mercado, unindo o requinte e luxo do Range Rover Sport, Range Rover Velar e Range Rover Evoque, com a versatilidade do Discovery Sport e Novo Discovery e a capacidade inigualável do Defender.

A gama de versões do Novo Discovery será composta por duas variações: SE e HSE, todas equipadas com o motor Ingenium D300 a diesel. Na configuração SE, os preços partem de R$ 586.450.

Motos

Triumph lança promoção para motos clássicas

A Triumph está oferecendo uma ótima oportunidade para o consumidor que deseja comprar uma motocicleta clássica. Os modelos Street Twin, T100 Black, Street Scrambler, T120 Black, Speed Twin e Bobber Black estão disponíveis pelo financiamento do Triumph Smart com taxa zero de juros, prestações a partir de R$ 399 para os modelos com motor de 900 cc e R$ 599 para as clássicas com o propulsor de 1200 cc e a primeira parcela ainda pode ser paga em até 90 dias. Estas ofertas super especiais são válidas somente para as últimas unidades dessas motocicletas ano/modelo 20/20.

As clássicas equipadas com motor de 900 cc estão disponíveis com prestações a partir de R$ 399. É o caso de Street Twin, T100 Black e Street Scrambler. A Street Twin custa R$ 49.500 e pode ser comprada com entrada de R$ 29.700 (60%), 23 parcelas fixas de R$ 399 e um valor residual final de R$ 11.660 (23%). A Bonneville T100 Black, com preço de R$ 51.000, sai por R$ 30.600 (60%) de entrada, 23 prestações de R$ 399 e uma parcela final de R$ 12.260 (24%). Já a Street Scrambler, que é comercializada por R$ 52.500, está à venda com entrada de R$ 31.500 (60%), 23 parcelas de R$ 399 e valor residual final de R$ 12.857 (24%).

Equipadas com o motor de 1200 cc, as clássicas T120 Black, Speed Twin e Bobber Black têm prestação mensal de apenas R$ 599 nesta campanha. A Bonneville T120 Black, com preço de R$ 55.600, está disponível com entrada de R$ 33.360 (60%), as 23 parcelas de R$ 599 e um valor final de R$ 9.515 (17%). A Speed Twin, de R$ 57.600, na promoção é vendida com entrada de R$ 34.560 (60%), 23 prestações de R$ 599 e a parcela final de R$ 10.316 (17%). Por fim, a Bobber Black, que custa R$ 59.600, tem entrada de R$ 35.760 (60%), 23 prestações de R$ 599 e parcela final de R$ 11.121 (18%).

O Triumph Smart tem como base um financiamento exclusivo para os clientes da marca, com entrada variável, taxas de juros especiais e até 23 parcelas mensais que realmente cabem no bolso do cliente. No final deste prazo, restará uma parcela residual que também é variável de acordo com a entrada e o valor das parcelas mensais. Caso o cliente deseje, no Triumph Smart ele pode aproveitar o benefício da Recompra Garantida, na qual a Rede de Concessionários Triumph garante a recompra daquela moto usada. Outro benefício do Triumph Smart é a possibilidade de o cliente incluir no financiamento a compra de roupas e acessórios para moto.

Se preferir, o cliente utiliza o simulador do Triumph Smart (disponível em www.triumphsmart.com.br) e monta o plano mais adequado que cabe no seu bolso, aumentando ou reduzindo a entrada, as prestações e a parcela residual final. Esse simulador nada mais é do que uma complexa calculadora financeira, bem completa, na qual qualquer consumidor poderá efetuar uma consulta em poucos minutos com muita facilidade. O sistema também permite incluir nos cálculos, se o consumidor desejar, acessórios, Garantia Estendida e uma ou duas revisões (como preferir). Ao término da consulta, o possível cliente terá uma proposta completa de quanto custará exatamente a sua moto, qual será o valor da entrada, das prestações mensais e da residual final - além dos complementos que escolher e de quanto eles representam no custo final da moto.

Uma forma direta e fácil do cliente entrar em contato com um Concessionário Triumph - principalmente neste momento de restrições de circulação no combate à pandemia – é por meio do site www.ofertastriumph.com.br. Ali, com dois cliques, é possível selecionar o Concessionário mais próximo e iniciar uma conversa pelo whatsapp.

Motor de 900 CC

Os modelos Street Twin, T100 Black e Street Scrambler vêm equipados com motor de 900 cc que oferece um desempenho empolgante com alto torque, economia de combustível e um som incrível. O propulsor recebe pequenos ajustes em cada modelo, para adequar-se ao estilo de pilotagem de cada moto. Na T100, por exemplo, o propulsor atinge um torque mais elevado em rotações bem baixas (80 Nm a 3.230 rpm) e 55 cv de potência (5.900 rpm). Na Street Scrambler, o mesmo propulsor fornece muito mais torque e potência em baixas e médias rotações, o que torna o modelo perfeito para rodar pela cidade e pelas estradas de terra. Ele desenvolve 80 Nm de torque (a 3.200 rpm) e 65 cv de potência (a 7.500 rpm).

Na Street Twin atual, o motor de 900 cc de Alto Torque da família Bonneville se beneficia de uma considerável melhoria: sua potência subiu 10 cv, passando para 65 cv, o que representa um impressionante aumento de 18% em relação à versão anterior. Isso, combinado com seu renomado pico de torque, de 80 Nm, fornecido agora a 3.800 rpm, e seus imponentes silenciadores duplos elevados, proporciona o inconfundível ronco de uma típica British Twin e uma pilotagem empolgante e responsiva para a motocicleta.

Motor de 1200 CC

As outras três motos que estão em oferta na campanha "Be Classic" são equipadas com o poderoso motor de 1.200 cc da Triumph, que recebe diferentes "calibragens" para cada modelo, em razão do estilo de pilotagem de cada moto. A personalidade roadster moderna, por exemplo, ganha vida na Speed Twin com esse propulsor. Seu motor recebeu diversas modificações, resultando numa potência de pico de 97 cv (a 6.750 rpm). Além disso, o motor da Speed Twin também oferece um forte pico de torque de 112 Nm (a 4.950 rpm).

Na Bobber Black, este aclamado motor, com intervalo de acionamento de 270° e um ronco Bobber exclusivo, fornece torque líder da categoria para uma pilotagem hot rod empolgante e uma nota de escapamento forte. São 106 Nm de torque (a 4.000 rpm) e 77 cv de potência (a 6.100 rpm). O propulsor ganhou uma afinação típica "Bobber", o que significa uma dose maior de torque e potência em baixas rotações.

A autêntica personalidade da Bonneville T120 Black se destaca com seu motor de 1.200 cc. Construído especialmente para o estilo clássico modernizado de pilotar, com uma entrega de força imediata e fascinante, ele produz um torque máximo de 105 Nm (a 3.100 rpm). O design do motor foi cuidadosamente trabalhado para incorporar traços de estilo fundamentais da linhagem das legendárias motos Bonneville da década de 60, incorporando componentes contemporâneos, e mesmo assim mantendo a icônica silhueta do motor.

Tecnologias e acabamentos

As clássicas da Triumph são equipadas com a tecnologia mais avançada que existe no mercado mundial de motocicletas. Apenas o seu visual é retrô. Todas elas possuem um conjunto de equipamentos de última geração, focados no piloto, que oferecem segurança, conforto e requinte, incluindo controle de tração, sistema de freios ABS, iluminação em LED, modos de pilotagem para diferentes situações que podem ser programados pelo usuário e embreagem com auxílio de torque proporcionando um toque mais leve e uma pilotagem mais fácil e mais confortável durante longas distâncias. Além disso, todos os modelos possuem a elegância tradicional do legítimo design inglês. Os modelos foram desenvolvidos para serem customizados – isso significa que as Concessionárias Triumph oferecem uma infinidade de opções para o cliente deixar a sua clássica com a sua personalidade.

Diretor e Editor Executivo: J. A. Otazú - MTB: 071836/SP
Editor: Angelo "Guto" Oliveira - MTB: 0069016/SP
Email: autojornal@mastermidia.com.br / Fone: (11) 99681-3549

Urbia Gestão de Parques SPE S.A.

CNPJ nº 35.814.889/0001-25

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sªs.; os Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2020 e 31/12/2019, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 24 de abril de 2021 **A DIRETORIA**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	21.406	15.493
Clientes	6	329	–
Impostos e contribuições a recuperar	7	184	–
Adiantamentos a fornecedores	–	11	–
Adiantamentos a colaboradores	–	11	–
Despesas antecipadas	8	472	25
		22.413	15.518
Não circulante			
Despesas antecipadas	8	841	867
Impostos e contribuições diferidos	21	3.047	52
Impostos e contribuições a recuperar	7	4	–
Partes relacionadas	16	6	–
		3.898	919
Ativo intangível	9	82.764	70.501
Ativo imobilizado	10	219	–
		82.983	70.501
		86.881	71.420
Total do ativo		109.294	86.938

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Circulante			
Fornecedores	–	2.444	–
Obrigações e encargos trabalhistas	11	921	–
Obrigações tributárias	12	512	–
Adiantamentos de clientes	13	335	–
Adiantamentos de outorga	14	2.248	–
Outras obrigações a pagar	15	385	–
Obrigações ao poder concedente	–	11	–
		6.856	–
Não circulante			
Partes relacionadas	16	48.476	70.653
Adiantamentos de clientes	13	1.016	–
Adiantamentos de outorga	14	42.549	–
		92.041	70.653
Total do passivo		98.897	70.653
Patrimônio líquido	17		
Capital social		16.385	16.385
Prejuízos acumulados		(5.988)	(100)
Total do patrimônio líquido		10.397	16.285
Total do passivo e patrimônio líquido		109.294	86.938

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Capital Social				
	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Integralização do capital social	32.871	(16.486)	16.385	–	16.385
Prejuízo do exercício	–	–	–	(100)	(100)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	32.871	(16.486)	16.385	(100)	16.285
Prejuízo do exercício	–	–	–	(5.888)	(5.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	32.871	(16.486)	16.385	(5.988)	10.397

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Receita operacional líquida	18	943	–
Custos dos serviços prestados	19	(5.138)	(1)
Prejuízo bruto		(4.195)	(1)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	20	(5.024)	–
Prejuízo antes do resultado financeiro		(9.219)	(1)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	387	1
Despesas financeiras	21	(51)	(152)
		336	(151)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(8.883)	(152)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	2.995	52
Prejuízo do exercício		(5.888)	(100)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Prejuízo do exercício	(5.888)	–
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do Resultado abrangente do exercício	(5.888)	–

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.883)	(152)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Apropriação de encargos sobre mútuos	36	–
Amortização do Intangível	476	–
Depreciação	2	–
Outras provisões	385	–
	(7.984)	(152)
Variações nas contas patrimoniais		
Clientes	(329)	–
Impostos e contribuições a recuperar	(188)	–
Adiantamentos a fornecedores	(11)	–
Adiantamentos a colaboradores	(9)	–
Despesas antecipadas	(421)	(892)
Fornecedores	2.444	–
Obrigações e encargos trabalhistas	921	–
Obrigações tributárias	512	–
Adiantamentos de clientes	1.351	–
Adiantamentos de outorga	44.797	–
Obrigações ao poder concedente	11	–
	49.078	(892)
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades operacionais	41.094	(1.044)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Custo de ativação do intangível	(12.739)	(70.501)
Aquisições do Imobilizado	(222)	–
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades de investimentos	(12.961)	(70.501)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas		
Capital social	–	16.385
Contas-correntes com partes relacionadas	(22.220)	70.653
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades de financiamentos	(22.220)	87.038
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5.913	15.493
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	15.493	–
No final do exercício	21.406	15.493
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5.913	15.493

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: Em 08 de março de 2019, a Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. ("Construcap") sagrou-se vencedora da Concorrência Internacional nº 001/SVMA/2018, licitação da prefeitura de São Paulo para prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção de seis parques públicos no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. Passado todo o processo licitatório e entrega de documentação necessária, foi concedida à Construcap o direito à assinatura do Contrato de Concessão, seguida da constituição da sociedade de propósitos específicos ("SPE") que seria a subscritora do Contrato, conforme etapas e dispositivos previstos no Edital de Licitação. A Urbia Gestão de Parques SPE S.A. ("Urbia", "Sociedade" ou "Concessionária") é a SPE criada para a assinatura e assunção do Contrato de Concessão nº 57/SVMA/2019 ("Contrato de Concessão"), uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, com sede na Avenida Rebouças, 3.970, andar 32 - sala 32, Pinheiros - São Paulo. Sua constituição social foi registrada nos órgãos competentes em 18 de dezembro de 2019, sob o CNPJ 35.814.889/0001-25, e tem como objeto social a prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de parques urbanos sob o regime de concessão. A Sociedade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estava em fase pré-operacional, tendo como principal atividade a constituição de capital social. Foi subscrito o valor de R$ 32.871 mil e integralizado pelo acionista o montante de R$ 16.385 mil. Além disso, houve o pagamento da Outorga Fixa requerida como contraprestação à assinatura do Contrato de Concessão, no valor de R$ 70.501 mil, ao Município de São Paulo. Decorrente dos processos e etapas acima descritos, em 20 de dezembro de 2019 foi assinado o Contrato de Concessão, entre o Município de São Paulo, representado pela Secretaria Municipal de Governo e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, ("Poder Concedente"), e a Urbia Gestão de Parques SPE S.A. para concessão da prestação de serviços de gestão, operação e manutenção dos Parques: Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, bem como execução de obras e serviços de engenharia ("Concessão"), com valor monetário estimado de R$ 1.338.103.615,56 (um bilhão trezentos e trinta e oito milhões cento e três mil seiscentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos), no prazo total de 35 anos. Conforme o Caderno de Encargos anexo ao Contrato de Concessão, há um prazo inicial de até 3 anos, no qual deverão ser realizados os principais investimentos da Concessão. Todas as informações referentes à assinatura do Contrato de Concessão foram publicadas no Diário Oficial em 21 de dezembro de 2019, vide página 80 e estão disponíveis no Portal da Prefeitura de São Paulo. Referente ao setor de atuação da Sociedade, importa destacar os parques urbanos como importantes infraestruturas sociais, que prestam serviços ambientais e ecossistêmicos à cidade e se destinam à convivência e ao lazer dos visitantes, atendendo suas demandas de entretenimento, esporte, contemplação da natureza e realização de atividades e eventos culturais. São áreas que congregam, portanto, diversas demandas dos munícipes, e que, por isso, recebem relevante afluxo de pessoas todos os dias. O conceito de parque urbano não se confunde ao dos parques naturais e unidades de preservação, onde a natureza é praticamente a única protagonista e a visitação muitas vezes é limitada à contemplação destas vastas áreas. Nos parques urbanos há o estímulo ao contato e interação diretos com a natureza no meio urbano, contando com locais e equipamentos para prática de esportes, realização de eventos culturais, espetáculos, exposições, educação ambiental, cursos, além de prover toda a infraestrutura necessária ao atendimento dos usuários, como banheiros, áreas de alimentação e bebida, bebedouros, *playgrounds*, mobiliário urbano etc. Neste contexto, as atividades operacionais da Sociedade focam-se nos serviços de gestão, operação, zeladoria, limpeza, conservação de áreas verdes, segurança patrimonial, manutenção e serviços de engenharia para o cumprimento das cláusulas e encargos oriundos do Contrato de Concessão e para a prestação do devido serviço público para os visitantes. Além disso, é direito da Concessionária a exploração comercial das áreas, realização de eventos, cessão de área para serviços e ocupações variadas, operação dos equipamentos culturais para espetáculos, exposições, feiras, mostras, eventos corporativos etc., entre outros direitos emergentes do Contrato de Concessão, observados os limites e condições dispostos neste. O início das atividades operacionais da Urbia se deu com a promulgação da ordem de início assinada em 20 de janeiro de 2020 pelo Poder Concedente, publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo no dia seguinte. A Urbia assume a administração pública dos Parques Lajeado e Tenente Faria Lima em 21 de janeiro de 2020, Parque do Ibirapuera em 20 de outubro de 2020 e Parque Eucalipto em 15 de novembro de 2020. De acordo com o Contrato de Concessão, cabem à Urbia os serviços de manutenção, conservação de áreas verdes, limpeza, zeladoria e segurança patrimonial dos parques. Além disso, toda a gestão administrativa e exploração comercial dos espaços, marcas e nomes também estão sob seus direitos e deveres. Por fim, cabe à Concessionária implementar um programa de intervenções em cada parque, com o objetivo de realizar obras que irão corrigir questões de infraestrutura, melhorar a experiência do usuário e prover serviços e opções de consumo a estes, conforme o Caderno de Encargos da Concessão e os Planos Diretores de cada parque. Desde a ordem de início até o atual momento, a Sociedade se encontra em um período prévio à realização dos principais investimentos iniciais nos parques já assumidos, conduzindo atividades operacionais que lhe cabem. Não obstante, a Concessionária vem promovendo ações corretivas, reparos e melhorias de manutenção, enquanto aguarda a aprovação definitiva de seus Planos de Intervenção por parte do Poder Concedente. Não obstante, dado o cenário global e nacional de gravíssima crise sanitária, a Concessionária não pode gozar plenamente de seu Plano de Transferência Operacional do Parque Ibirapuera, que foi interrompido com a eclosão da calamidade pública vivenciada pela COVID-19 ("Pandemia") na cidade de São Paulo e com o fechamento do Parque, assim como todos os outros parques do Município. Assim, a Sociedade não pode auferir receita até o período de 30 de setembro de 2020, sendo que a partir da assunção do Parque Ibirapuera, passou a auferir receita as disponibilizações de espaço no qual o Contrato de concessão lhe permite utilizar. Contudo as fontes de receita, não foram auferidas conforme a expectativa e planejamento da Sociedade em função do atual cenário e restrições impostas pelas autoridades para conter a pandemia. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apesentadas em reais (R$) e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aceitas no Brasil e, requerem o uso de estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 3. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020: a) Definição de um negócio (alterações a IFRS 3):** As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Sociedade deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em/ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão; **b) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):** A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: a) a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; b) qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em/ou antes de 30 de junho de 2021; c) não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. Tal alteração não houve impacto na Urbia pois os contratos de locação existentes não estão no escopo do IFRS 16. **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020: a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37);** Aplicam-se a períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **b) Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em/ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em/ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em/ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em/ou após 01/01/2023; Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2") - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2021. **3. Principais práticas contábeis adotadas: a. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e médio prazos, para investimento e/ou outros fins. A Sociedade considera caixa saldos em conta corrente de movimento, aplicações financeiras de conversibilidade imediata. As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB - Certificado de depósito bancário. **b. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável; • **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. Quando as estimativas de perdas avaliadas como possíveis, as mesmas são divulgadas em Notas Explicativas. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram reconhecidos e/ou divulgados saldos relacionados a demandas judiciais devido não haver processos ou reclamações processuais nas esferas: cível, trabalhista e tributária. **c. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de explorar comercialmente os espaços, edificações e áreas formados por estes ativos, após o período de investimento ter sido plenamente concluído e atestado pelo Poder Concedente. Antes disso, trata-se de intangível em andamento. Nesta circunstância, a receita da Concessionária está condicionada ao uso do ativo e a sua geração de caixa esperada, dado que os riscos de mercado e demanda são suportados, em situações de normalidade, pela própria Concessionária. Por se tratar de uma concessão onerosa, não há previsão contratual de recebimento de qualquer contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente pela utilização e operação do ativo intangível. O direito de exploração deste está atrelado ao devido pagamento da Outorga Fixa, já realizado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Por este motivo, a Outorga Fixa foi contabilizada no Intangível desde o exercício de seu pagamento, e deverá ser amortizada proporcionalmente ao prazo da Concessão e à utilização dos ativos segundo a projeção da demanda operacional de cada parque. Até o atual período, os itens ativados no Intangível dizem respeito à Outorga Fixa, juros capitalizados sobre o empréstimo de mútuo e gastos pertinentes as melhorias previstas no objeto da concessão, que contribuirão para a determinação futura do intangível, portanto, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária. Tratam-se de estudos, projetos e planos estratégicos, de maneira geral. Os valores mais significativos, atrelados a obras, serviços de engenharia e manutenções requisitadas no Caderno de Encargos da Concessão começarão a ser ativados apenas após a aprovação dos Planos de Intervenção e à medida em que se assuma cada parque. **d. Adiantamentos de clientes:** Os Adiantamentos estão demonstrados ao valor de custo e correspondem aos recebimentos efetuados antecipadamente pelo direito de uso e exploração de espaço dos parques. A apropriação da receita é realizada pelo período do contrato. Estão classificados como passivo circulante e quando superior a 12 meses após a data do balanço estão classificados no passivo não circulante. Nota 13. **e. Adiantamentos de outorga:** A Sociedade celebrou o contrato para direito de uso de outorga da área de Estacionamento, para fins de investimento, modernização e exploração econômica. A apropriação da receita é realizada pelo período do contrato. Estão classificados como passivo circulante e quando superior a 12 meses após a data do balanço, estão classificados no passivo não circulante. Nota 14. **f. Contratos de concessão ICPC 01 (R1):** A Sociedade contabiliza os deveres, encargos e direitos do Contrato de Concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere a Concessionária o direito de controle do uso e posse da infraestrutura de serviços. É prevista apenas a cessão de posse destes bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato. A Concessionária tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do Poder Concedente, nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo determinado. A Concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de auferir receitas nos espaços destinados ao serviço público e não possui direito a receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a não ser em revisões extraordinárias do Contrato com vistas à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do mesmo. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do Contrato de Concessão e proporcionalmente à demanda operacional constatada e projetada em cada parque da Concessão. O direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração, sendo a mesma onerosa. Outorga Fixa como critério licitatório foi paga à vista, concomitantemente à assinatura do Contrato de Concessão. A amortização da outorga é efetuada com base no período contratual de 35 anos e proporcionalmente à demanda operacional projetada em cada parque. Está previsto também no Contrato o pagamento da outorga variável que deverá ser apurado sobre a Receita Operacional Bruta. Há duas outorgas variáveis, uma de percentual fixo de 1,12% e outra variável, que pode ir de 1% a 0%, mediante avaliação de indicadores de desempenho determinados conforme anexo V do Contrato. **g. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente, comparados ao Intangível Líquido presente (*carrying amount*). Não foram registradas perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **h. Outros ativos e outros passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **i. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade compactua formalmente das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem aplicações financeiras, outros recebíveis, caixa e equivalente de caixa, fornecedores e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **j. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **k. Apropriação de despesas:** As despesas administrativas e de consumo, necessárias à sua manutenção, foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência. **l. Receita operacional:** As receitas das Sociedades serão registradas nas demonstrações contábeis de acordo com os dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Contratos com clientes. Essas operações estão, atualmente, relacionadas exclusivamente com a gestão, incluindo, as responsabilidades e direitos, sobre os Parques Lajeado e Tenente Brigadeiro Faria Lima, Ibirapuera e Eucaliptos por terem sido os assumidos. Em 20 de janeiro de 2020, passou a vigorar o período de transição operacional do Parque Ibirapuera, parque que possui quase a totalidade dos atrativos, demanda de visitantes, espaços, equipamentos culturais e propriedades comerciais dentro da Concessão. Assim, este Parque representa a maior fonte de recursos futuros à Concessionária. **m. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **n. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações e passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no próximo exercício financeiro é: **Perda da redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa periodicamente o valor contábil dos ativos de longo prazo, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando existir perda de seu valor recuperável será constituída uma provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Fato que não ocorreu no exercício. **o. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria Administrativa e Financeira. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **p. Gestão de Capital:** Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **4. Gestão de risco financeiro: a. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Sociedade não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. **b. Risco de mercado: (i) Risco cambial:** Considerado praticamente nulo em virtude de a Sociedade não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Sociedade não possui contratos de construção indexados em moeda estrangeira. **(ii) Risco de taxas de juros:** As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5.

5. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	3	–
Títulos e valores mobiliários	21.403	15.493
	21.406	15.493

Instituição Financeira	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019
Banco Bradesco S.A.			
CDB (*)	99,50% do CDI	21.025	15.493
Invest Fácil	10% do CDI	378	–
		21.403	15.493

(*) CDB - Certificado de depósito bancário

6. Clientes:	31/12/2020	31/12/2019
Boticário Franchising Ltda.	110	–
Lanchonete Valdomiro Ltda. Me	90	–
Madureira Itaim Lanchonete Ltda.	51	–
Milano Comércio Varejista de Alimentos S.A.	40	–
Oakberry 1 Comércio de Açaí Ltda.	19	–
CPQ Brasil S.A.	15	–
Bavarian Nuts Franquias EIRELI	4	–
	329	–

Os clientes são na sua totalidade em função de cessão de espaço nas dependências do Parque Ibirapuera. Não há títulos vencidos.

7. Impostos e contribuições a compensar:	31/12/2020	31/12/2019
Créditos de Pis e Cofins	106	–
Saldo negativo de IRPJ	77	–
ISS a recuperar	4	–
Cofins a compensar	1	–
	188	–
Circulante	(184)	–
Não circulante	4	–

8. Despesas antecipadas:	31/12/2020	31/12/2019
PMI - Project Management (*)	866	892
Outras despesas antecipadas	447	–
	1.313	892
Circulante	(472)	(25)
Não circulante	841	867

(*) Refere-se a valores pagos a títulos de ressarcimento aos autores dos estudos iniciais aproveitados em razão do chamamento público nº 001/2017 - SMDP, está contabilizado como despesa antecipada e será amortizado durante o período da concessão. **9. Ativo intangível:** As premissas adotadas para apropriação do Ativo Intangível e concessão estão elaboradas de acordo com adoção do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), itens 97 e 98: • Estabeleceu-se o critério de segregação do valor da outorga por cada parque; • Foi desenvolvido uma projeção do benefício econômico de cada parque, de acordo com a quantidade de usuários que visitam os parques, conforme citado no Anexo VI - Plano de Negócio de Referência do Contrato de Concessão nº 57/SVMA/2019 ("Contrato de Concessão"); • O ativo intangível da concessão é amortizado de forma proporcional ao benefício econômico projetado, a partir do momento que os parques foram assumidos pela Sociedade, ou seja, quando iniciado o seu uso. • Os juros capitalizados referem-se aos juros sobre empréstimo com acionistas, conforme nota 16. A parcela capitalizada foi calculada de maneira proporcional ao início de operação de cada parque. A partir do momento em que a unidade geradora de caixa passa a ter as operações pretendidas pela administração, gerando potenciais benefícios econômicos à Sociedade, a parcela de sua demanda passa a ser considerada na proporção do cálculo dos juros contabilizados como despesa financeira. • Mútuo e gastos pertinentes às melhorias previstas no objeto da concessão, estudos, projetos e planos estratégicos, de maneira geral que contribuirão para a determinação futura do intangível, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária. • Taxa média utilizada a amortização no exercício:

	Ibirapuera	Lajeado	Tenente	Eucaliptos	Jacintho Alberto	Jardim Felicidade
Taxa média exclusiva:	0,60%	2,28%	2,28%	0,39%	0,00%	0,00%
Taxa média comum:	0,59%	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%

a) Composição:	Custo	Amortização	31/12/2020 Líquido	31/12/2019 Líquido
Direito de outorga da concessão	70.501	(428)	70.073	70.501
Material	84	–	84	–
Melhorias de infraestrutura	7.110	(23)	7.087	–
Desenvolvimento	1.945	(1)	1.944	–
Juros capitalizados	3.503	(24)	3.479	–
Softwares	96	–	96	–
	83.239	(476)	82.764	70.501

b) Movimentação:	31/12/2019	Adições	Amortização	31/12/2020
Direito de outorga da concessão	70.501	–	(428)	70.073
Material	–	84	–	84
Melhorias de infraestrutura	–	7.110	(23)	7.087
Desenvolvimento	–	1.945	(1)	1.944
Capitalização de juros	–	3.503	(24)	3.479
Softwares	–	96	–	96
	70.501	12.738	(476)	82.764

10. Ativo imobilizado:

a) Composição:	Custo	Depreciação	31/12/2020 Líquido	31/12/2019 Líquido	Taxa médias anuais de depreciação
Máquinas e equipamentos	52	–	52	–	10%
Móveis e utensílios	141	(1)	140	–	10%
Equipamentos de informática	28	(1)	27	–	20%
	221	(2)	219	–	

b) Movimentação:	31/12/2019	Adições	Depreciação	31/12/2020
Máquinas e equipamentos	–	52	–	52
Móveis e utensílios	–	141	(1)	140
Equipamentos de informática	–	28	(1)	27
	–	221	(2)	219

11. Obrigações e encargos trabalhistas:	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	281	–
Provisão de férias	246	–
INSS a recolher	159	–
IRRF a recolher	105	–
Provisão de encargos sobre férias	91	–
FGTS a recolher	39	–
	921	–

12. Obrigações tributárias:	31/12/2020	31/12/2019
INSS a pagar	208	–
Pis/Cofins/CSLL retidos	205	–
ISS retido	63	–
Imposto de renda retido	34	–
Impostos sobre vendas	2	–
	512	–

13. Adiantamento de clientes:	31/12/2020	31/12/2019
Phoenix Tower Participações S.A.	994	–
Boticário Franchising Ltda.	95	–
Madureira Itaim Lanchonete Ltda.	94	–
Lanchonete Valdomiro Ltda. Me	88	–
Milano Comercio Varejista de Alimentos S.A.	55	–
Oakberry 1 Comércio de Açaí Ltda.	14	–
Bavarian Nuts Franquias EIRELI	12	–
	1.351	–
Circulante	(335)	–
Não circulante	1.016	–

14. Adiantamento de outorga:	31/12/2020	31/12/2019
Administradora Geral de Estacionamento S.A.	44.797	–
Circulante	(2.248)	–
Não circulante	42.549	–

15. Outras obrigações a pagar: As retenções de caução são retenções contratuais de valores estipulados em contrato que são retidos para pagamento até o final da prestação de serviço.

	31/12/2020	31/12/2019
Cauções	208	–
Outros	177	–
	385	–

16. Transações com Partes relacionadas:

No Ativo não circulante:

Natureza da operação:	Parte relacionada:	31/12/2020	31/12/2019
Conta corrente	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	6	–
		6	–

No Passivo não circulante:

Natureza da operação:	Parte relacionada:	31/12/2020	31/12/2019
Prestação de serviço	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	535	–
Empréstimo	Julio Capobianco	–	25.054
Empréstimo	Roberto Ribeiro Capobianco	22.390	21.296
Empréstimo	Julio Capobianco Filho	22.390	21.296
Empréstimo	Maria Silvia Ribeiro Capobianco	3.161	3.006
		48.476	70.653

A Sociedade adquiriu mútuo dos sócios em 18 de dezembro de 2019 no qual incidiram juros remuneratórios à taxa Selic + 2,23% a.a. calculados pro rata die de juros, com vencimento em dezembro de 2020. Em 09 de dezembro de 2020 quitou o saldo com o sócio Julio Capobianco e com os demais realizou um aditivo contratual prorrogando o prazo de quitação.

Na Demonstração do resultado:

	31/12/2020	31/12/2019
Custos de serviços prestados		
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	(4.361)	–
	(4.361)	–
Despesa financeira		
Juros sobre empréstimo	(36)	(152)
	(36)	(152)
Demonstração do resultado	(4.397)	(152)

17. Patrimônio Líquido: 17.1 Capital social: O capital social está representado por 32.871.029 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizados parcialmente. O montante integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 16.385, respectivamente. **17.2 Reserva de lucros: Reserva legal:** Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade não constituiu reserva legal em função do resultado. **17.3 Dividendos:** A Sociedade poderá efetuar a livre distribuição de dividendos a seus acionistas ou pagamento de títulos de participação de lucros com base no balanço levantado em cada ano civil, podendo porém, sempre que permitido for, levantar balanços extraordinários para os fins retromencionados. Ressalto que em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado.

18. Composição da Receita operacional líquida:

	31/12/2020	31/12/2019
Cessão de uso de espaço	1.017	–
Eventos e atividades	9	–
Tecnologia	6	–
Tributos sobre vendas	(88)	–
	943	–

19. Custos dos serviços prestados:	31/12/2020	31/12/2019
Serviços prestados	(3.824)	–
Amortização	(476)	–
Materiais	(397)	–
Seguros	(148)	–
Aluguéis	(49)	–
Outros	(244)	(1)
	(5.138)	(1)

20. Despesas comerciais, gerais e administrativas:

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com pessoal	(3.311)	–
Serviços prestados	(1.250)	–
Impostos e taxas	(201)	–
Materiais	(99)	–
Aluguéis	(84)	–
Outras despesas	(51)	–
Despesas indedutíveis	(23)	–
Seguros	(3)	–
Depreciação	(2)	–
	(5.024)	–

21. Receitas e despesas financeiras:

Receitas financeiras	31/12/2020	31/12/2019
Juros sobre aplicações financeiras	406	1
Impostos sobre receitas financeiras	(19)	–
	387	1
Despesas financeiras	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Encargos sobre empréstimos	(36)	(152)
Outras despesas financeiras	(15)	–
	(51)	(152)

22. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízo fiscal exercício anterior	(152)	–
Movimentação da base do diferido, líquidos	(8.810)	(152)
Base ajustada	(8.962)	(152)
No Ativo não circulante		
IRPJ	2.240	38
CSLL	807	14
	3.047	52
Na demonstração de resultados		
IRPJ	2.202	38
CSLL	793	14
	2.995	52

23. Seguros (não auditado):

Companhia	Modalidade	Vencimento das Apólices	Montante da cobertura em (Milhares de R$)
Tokio Marine Seguradora S.A.	Riscos Operacionais	21/01/2021	3.900
Aig Seguros Brasil S.A.	Responsabilidade Civil Geral	21/01/2021	5.000
Aig Seguros Brasil S.A.	Responsabilidade Civil Geral	20/10/2021	20.000
Liberty Seguros	Responsabilidade Civil Geral	02/10/2021	10.000
HDI Seguros	Riscos Operacionais	21/10/2021	74.500
			113.400

24. Obrigações e compromissos com o poder concedente: A Sociedade terá como principais obrigações, conforme cláusula 13º do contrato de concessão, a prestação dos serviços de gestão, operação, e manutenção dos parques Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, além de serviços de engenharia. Deverá zelar pelo patrimônio público, assumindo a responsabilidade e a gestão integral dos parques sob sua administração e considerando a Área de Concessão. A Sociedade deverá captar, aplicar e gerir recursos financeiros para execução deste objeto, assim como manter, durante o prazo de concessão, condições necessárias e satisfatórias para a plena execução dos encargos do Contrato e visando a boa prestação do serviço público aos visitantes. Deverá a Sociedade dispor de equipamentos, serviços contratados, materiais e equipe adequada para consecução de todas as obrigações estabelecidas no Contrato e seus Anexos. De maneira geral podemos dividir os encargos e deveres da Sociedade em dois grupos: (i) operação e (ii) investimentos. Os encargos operacionais compõem os serviços essenciais, periódicos e rotineiros, à devida manutenção dos parques, como atividades de zeladoria, limpeza, conservação de áreas verdes, manejo e manutenção predial. Além disso, toda a operacionalização da infraestrutura técnica e de utilidades cabe à Sociedade, de modo a tornar os espaços e atividades funcionais e adequados. Dentro das atividades operacionais, ainda, cabe à Sociedade os serviços de segurança patrimonial e recepção do visitante. Não compõem encargos da Sociedade, dentro das atividades operacionais, os serviços de segurança civil, manejo da fauna, iluminação pública e atividades de saúde pública. Todos os itens acima descritos, além de demais atividades administrativas e acessórias à devida condução de suas atividades perante o Poder Concedente estão relacionados nas alíneas 'a' a 'p' e 'w' a 'eee' da cláusula 13.2 do Contrato. Tais deveres estão detalhados e explicados no item 5, '*Encargos e Operação e Gestão*', do Anexo III do Contrato de Concessão. A respeito dos encargos de obras e investimentos, cabe à Sociedade observar as obrigações das alíneas 'q' a 'v' da Cláusula 13.2 e todas as diretrizes e obrigações de obra e engenharia previstas no item 4 do Anexo III, denominado *Encargos de Obra*. Referente a este ponto, resumidamente, cabe à Sociedade apresentar os projetos contendo os planos de intervenção para cada parque e, com sua integral aprovação, iniciar o programa de intervenções, ou seja, executar as obras necessárias, previstas pelo Contrato ou eletivas, de modo a recuperar as áreas e equipamentos, requalificar ambientes e implantar mobiliários, equipamentos e estruturas adequadas ao uso do parque e à satisfação do visitante. **25. Eventos subsequentes:** Apesar da pandemia causada pelo vírus SARs-COVID-19, causador da doença COVID-19, já poder ser configurada como um evento estabelecido ao longo do exercício, seus efeitos negativos seguem sendo sentidos na operação e no potencial comercial dos espaços geridos pela Companhia. Há, no momento, completa imprevisibilidade quanto ao retrocesso definitivo da pandemia e ao processo de vacinação em massa. Por isso, uma série de medidas intempestivas têm sido tomadas pelos governos locais, no esforço de conter aglomerações e frear a evolução pandêmica. Por se tratar de um espaço público para uso coletivo massivo, com possibilidade de eventos e encontro social, as áreas dos parques sob gestão da Companhia poderão sofrer novas medidas de fechamento e restrição de espaços e atividades ao longo dos períodos subsequentes. Tais medidas podem prejudicar a operação e a veiculação de atividades importantes para a execução do plano de negócios da Companhia, podendo incorrer, por serem fatos de força maior e caso fortuito, em grave desequilíbrio contratual. Tais desequilíbrios serão endereçados administrativamente ao Poder Concedente, uma vez que compõem fatores externos à matriz de risco da Concessionária.

continua

☆ continuação

Urbia Gestão de Parques SPE S.A.

Diretoria

Roberto Ribeiro Capobianco - Diretor Presidente - CPF 033.785.768-71

Victor Serrano Pereira - Diretor Administrativo Financeiro - CPF: 354.251.858-12

Responsável Técnico pelas Informações Contábeis

Ana Cristina Rodrigues - Contadora - CRC-SP: 1SP 141.776/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros, diretores e acionistas da **Urbia Gestão de Parques SPE S.A.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Urbia Gestão de Parques SPE S.A. ("Sociedade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Urbia Gestão de Parques SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria correspondente ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2021

BDO
BDO RCS
Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

FBS construção civil e pavimentação

FBS Construção Civil e Pavimentação S.A.

CNPJ nº 66.806.555/0001-33

Demonstrações Financeiras Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em reais - R$)

Balanços Patrimoniais

Ativo Circulante	Nota	2020	2019
Ativo Circulante		**382.623.038**	**285.131.114**
Caixa e equivalentes de caixa	4	70.567.892	11.933.886
Contas a receber de clientes	5	223.277.404	229.238.750
Estoques	6	1.333.881	675.640
Impostos e contribuições a recuperar	7	5.100.227	3.765.874
Partes relacionadas	8	–	3.159.038
Participação em consórcio	9	49.976.636	17.652.263
Outras contas a receber	10	32.366.998	18.705.663
Não Circulante		**38.588.735**	**47.130.664**
Realizável a longo prazo		**15.610.012**	**19.999.660**
Depósito judicial	11	978.578	1.670.761
Partes relacionadas	8	6.790.873	17.435.899
Outras contas a receber	10	7.840.561	893.000
Investimentos	12	**16.036.826**	**21.701.285**
Imobilizado	13	**6.135.010**	**4.800.245**
Intangível	14	**806.887**	**629.474**
Total do Ativo		**421.211.773**	**332.261.778**

Passivo Circulante	Nota	2020	2019
Passivo Circulante		**107.853.675**	**80.575.358**
Fornecedores	15	41.568.072	8.464.911
Empréstimos e financiamentos	16	7.043.489	9.699.079
Obrigações trabalhistas	17	8.609.680	8.515.883
Obrigações tributárias	18	40.631.296	26.149.403
Partes relacionadas	8	–	21.020.009
Outras contas a pagar	19	10.001.138	6.726.073
Não Circulante		**52.238.670**	**53.622.891**
Empréstimos e financiamentos	16	32.373.008	37.131.244
Obrigações trabalhistas	17	569.590	830.772
Obrigações tributárias	18	19.063.884	15.660.875
Outras contas a pagar	19	232.188	–
Patrimônio Líquido		**261.119.428**	**198.063.529**
Capital social	21.a	45.252.000	45.252.000
Reservas de capital	21.b	82.091.470	44.522.186
Reservas de lucros	21.c	133.775.958	108.289.343
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**421.211.773**	**332.261.778**

Demonstrações do Resultado

	Nota	2020	2019
Receita Líquida	22	**392.448.128**	**276.884.762**
Custos das Vendas	23	(340.366.206)	(221.902.186)
Resultado Bruto		**52.081.922**	**54.982.576**
Receitas (Despesas) Operacionais		**(18.634.539)**	**(18.272.838)**
Despesas com vendas	23	(1.251.815)	(1.827.124)
Despesas gerais e administrativas	23	(9.475.536)	(5.374.042)
Despesas tributárias	23	(389.620)	(1.090.243)
Despesas com o pessoal	23	(8.255.154)	(10.878.410)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	737.586	896.981
Resultado de equivalência patrimonial	12.c	**(1.259.907)**	**2.095.496**
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		**32.187.476**	**38.805.234**
Resultado Financeiro		**(5.287.530)**	**(6.119.743)**
Receitas financeiras	25	1.374.429	822.059
Despesas financeiras	26	(6.661.959)	(6.941.802)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**26.899.946**	**32.685.491**
Imposto de renda e contribuição social		**(1.413.331)**	–
Corrente	27	(1.413.331)	–
Resultado líquido do exercício		**25.486.615**	**32.685.491**
Por ação do capital social final		**0,56322**	**0,72230**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2020	2019
Resultado Líquido do Exercício	25.486.615	32.685.491
Resultado Abrangente Total do Exercício	25.486.615	32.685.491

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Contas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros: Reserva legal	Reservas de Lucros: Reserva estatutária	Resultados Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 01 de Janeiro de 2019	**45.252.000**	**36.772.186**	**4.253.872**	**–**	**71.349.980**	**157.628.038**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	32.685.491	32.685.491
Aporte para aumento de capital	–	7.750.000	–	–	–	7.750.000
Transferência para lucros do exercício à disposição da Assembléia	–	–	–	32.685.491	(32.685.491)	–
Transferência lucros do exercícios anteriores à disposição da Assembléia	–	–	–	71.349.980	(71.349.980)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**45.252.000**	**44.522.186**	**4.253.872**	**104.035.471**	**–**	**198.063.529**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	25.486.615	25.486.615
Aporte para aumento de capital	–	37.569.284	–	–	–	37.569.284
Transferência lucros do exercício à disposição da Assembléia	–	–	–	25.486.615	(25.486.615)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**45.252.000**	**82.091.470**	**4.253.872**	**129.522.086**	**–**	**261.119.428**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

	2020	2019
1. Atividades Operacionais		
Resultado líquido do exercício	**25.486.615**	**32.685.491**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais - despesas (receitas) que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:		
Depreciação e amortização	482.506	551.616
Baixa no imobilizado	192.548	173.826
Baixa no intangível	–	86.445
Baixa no investimento	4.404.552	395.013
Equivalência patrimonial	1.259.907	(2.095.496)
Variação nas contas de ativos e passivos		
Contas a receber de clientes e outros	5.961.346	(36.823.395)
Estoques	(658.241)	4.230.224
Impostos e contribuições a recuperar	(1.334.353)	145.701
Participação em consórcio	(32.324.373)	2.419.713
Outras contas a receber	(20.608.896)	8.780.394
Depósito judicial	692.183	(705.656)
Fornecedores	33.103.161	(1.158.607)
Obrigações trabalhistas	(167.385)	(2.756.506)
Obrigações tributárias	17.884.902	15.139.861
Outras contas a pagar	3.507.253	(20.920.542)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	**37.881.725**	**148.082**
2. Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(1.958.419)	(1.734.503)
Aquisição de intangível	(228.813)	(264.419)
Aquisição nos investimentos	–	(3.446.777)
Recebimento de dividendos de controladas	–	1.360.197
Partes relacionadas	13.804.064	(2.869.906)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**11.616.832**	**(6.955.408)**
3. Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e financiamentos, líquidos	(7.413.826)	(6.122.193)
Partes relacionadas	(21.020.009)	16.632.836
Aporte de capital dos acionistas	37.569.284	7.750.000
Caixa Gerado (utilizado) nas Atividades de Financiamentos	**9.135.449**	**18.260.643**
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	**58.634.006**	**11.453.317**
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	11.933.886	480.569
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	70.567.892	11.933.886

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional: Presente no setor de Engenharia, a **FBS Construção Civil e Pavimentação S.A.** é reconhecida por oferecer serviços de excelente qualidade em diversas áreas do mercado, como pavimentação e urbanização, terraplenagem, fundações, demolições, saneamento, drenagem, a execução por empreitada ou subempreitada de obras de construção civil de todos os gêneros, a prestação de serviços de limpeza, manutenção e conservação de vias públicas, parques, jardins, pontes, estradas e congêneres, a prestação de engenharia consultiva a construção civil, o comércio de materiais e equipamentos para construção, locação de equipamentos, transporte rodoviário de cargas, execução e obras de drenagem fluvial, lacustre e marítimo, serviços de armador de dragas e embarcações. Possui um rico portfólio, sendo uma Companhia diferenciada por sua agilidade, qualidade e capacidade de desenvolver soluções completas de Engenharia. Participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, bem como a participação em Consórcios e Sociedade em Conta de Participação (SCP) que tenham por objeto quaisquer das atividades relacionadas às aqui mencionadas. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia apresenta todas as informações relevantes das demonstrações contábeis e essas informações correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, em linha com os normativos de orientação contábil emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração aprovou as presentes demonstrações contábeis para divulgação em 09/04/2021. **2.1** Estimativas: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a revisão dos custos e receitas decorrentes dos contratos de construção, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as análises do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, registro/reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3. Sumário das Principais Práticas Contábeis:** Os procedimentos contábeis, descritos em detalhes a seguir, foram aplicados de maneira consistente na apresentação das demonstrações contábeis apuradas em 31/12/2020 e 2019. **a)** Normas novas, revisadas e interpretações emitidas: Foram aprovadas e emitidas novas normas pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 01/01/2020. Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2020. A Administração efetuou a adoção dos novos pronunciamentos conforme mencionado abaixo: **CPC 06 (R2) -** Operações de arrendamento mercantil: No diagnóstico da adoção dessa norma, a Administração da Companhia efetuou a análise dos contratos, avaliando se o contrato contém ou não arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2). Esta análise não identificou impactos nos contratos de arrendamento da Companhia que merecesse ajuste ou reclassificação. Conforme permitido na norma, arrendamentos de curto prazo com locação de 12 meses ou menos, valores variáveis, prazos indeterminados e arrendamentos de ativos de baixo valor, como computadores, equipamentos de informática em geral e móveis de escritório, são reconhecidos como despesas de arrendamento em bases lineares no resultado. **ICPC 22 -** Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21/12/2018 e tem vigência a partir de 01/01/2019. A Administração não adotou integralmente referida norma, deixando de registrar os impostos diferidos. Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis, e são as seguintes normas alteradas e interpretações que não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. - Instrumentos financeiros - evidenciação CPC 40(R1). - Instrumentos financeiros CPC 48. - Contratos de seguros CPC 11. **b)** Classificação entre Circulante e Não Circulante: Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses. Quando for provável que a realização ocorra em período superior a doze meses são classificados como não circulantes. **c)** Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em R$ (reais), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **d)** Apuração de resultado: As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, conforme nota explicativa nº 22. A Companhia reconhece as receitas quando os seus valores podem ser mensurados com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fluirão. **e)** Caixa e equivalentes de caixa: Incluem aos montantes de caixa, numerários em espécie, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. Equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações financeiras automáticas e fundo de renda fixa, registrados ao custo e acrescido dos rendimentos até a data do balanço. **f)** Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de serviços, portanto, apresentadas a valores de realização e ajustadas a valor presente quando aplicável. Estão também incluídos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência dos contratos de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos. Com base na análise de cada conta a receber de clientes, a Administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **g)** Estoques: São compostos por materiais destinados à aplicação nas atividades operacionais e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização e não superam os valores de mercado, líquidos dos impostos compensáveis, quando aplicáveis. **h)** Impostos e contribuições a recuperar: Referem-se a valores de impostos e contribuições federais e municipais, os quais a Companhia já vem tomando medidas administrativas para compensá-los com outros tributos de mesma natureza, de acordo com o que preceitua a respectiva legislação vigente. **i)** Partes relacionadas: São recebíveis e obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado. As transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia são baseadas em preços, prazos e premissas, em termos acordados entre as partes. **j)** Participação em consórcio: De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, a participação em consórcio é classificada como operação em conjunto e, consequentemente, têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio, remanescendo saldos de movimentação de aportes e valores recebidos (conta-corrente). **k)** Outras contas a receber: O saldo desta rubrica está composto por valores relativos à adiantamentos a fornecedores referindo-se a desembolsos efetivos pagos a fornecedores. Despesas antecipadas provenientes de valores pagos antecipadamente referente prêmio de seguro, crédito proveniente da recuperação de custo referente ação judicial em curso, e demais créditos. **l)** Depósito Judicial: Estão representados por valores depositados ou bloqueios por ordem judicial para fazer frente a questões que estão em tramitação da justiça. Os depósitos judiciais estão restritos a quantias depositadas e bloqueadas, e as mesmas seguem mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. **m)** Investimentos: Os investimentos em controladas nos quais a Companhia possua influência significativa são registrados com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado pelo valor de custo de aquisição ou constituição, e em seguida ajustado para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Os ganhos e perdas por participação societária nos resultados da investida são apresentados na demonstração do resultado da Companhia como resultado de equivalência patrimonial. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorrer perda de controle sobre uma controlada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo, sendo a diferença reconhecida no resultado do exercício. **n)** Imobilizado: Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens, conforme nota explicativa n.º 13. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, caso necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data do balanço. Os ganhos e as perdas decorrentes em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **o)** Intangível: Refere-se ao direito de uso de softwares, apresentado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens. A Companhia utiliza o método de amortização linear definida com base na avaliação da vida útil estimada do bem intangível, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada do bem é revisada anualmente. A taxa de amortização do ativo está demonstrada na nota explicativa n.º 14. Um item do intangível é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **p)** Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*: O Pronunciamento Técnico CPC n.º 01 (R1) requer que os ativos não financeiros sujeitos à depreciação ou amortização sejam revisados anualmente para verificação do valor recuperável e, quando houver indício de perda do valor recuperável *(Impairment)*, o valor contábil do ativo deve ser testado. Se verificada a perda, a mesma deve ser reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. A Administração da Companhia efetuou a avaliação para os bens integrantes do ativo imobilizado e entendeu que não deve haver impactos decorrentes da aplicação da redução ao valor recuperável de ativos. **q)** Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **r)** Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido das instituições financeiras, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo dos empréstimos e financiamentos, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. **s)** Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou implícita, como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável que haja saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável do valor provisionado. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **t)** Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Sobre os valores de créditos e débitos temporários diferidos, não é realizada provisão para pagamento em regime de competência. **u)** Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: Na preparação das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos, outras transações, e receitas e despesas dos períodos. A definição de julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotados pela administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis nas referidas demonstrações, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos e a projeção de ambiente de negócios futuros, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os itens sujeitos a estimativas são: determinação da vida útil de bens do imobilizado para fins de depreciação, provisão para créditos de liquidação duvidosa, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, em períodos subsequentes, poderá resultar em valores divergentes dos registrados nessas informações devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa, bem como a eventuais novos fatos que venham a ocorrer. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **v)** Ajuste a valor presente: O ajuste a valor presente de ativos e passivos é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza. **w)** Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC n.º 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto, aprovado em 22/11/2016, aprovado pela Resolução do CFC nº 2016/NBCTG03(R3) e, revisada em 06/11/2018 e 13/12/2019 pelas Resoluções do CFC n.º 2018/REVISÃONBC01 e 019/ REVISÃONBC04. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** A composição dos fundos disponíveis da empresa, em 31 de Dezembro, é a seguinte:

	2020	2019
Recursos em caixa e em bancos	41.789.882	11.011.365
Aplicações financeiras	28.778.010	922.521
Total	**70.567.892**	**11.933.886**

As aplicações financeiras são representadas por valores de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, remuneradas às taxas médias de mercado, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores. **5. Contas a Receber de Clientes:** Em 31 de Dezembro a composição desta rubrica é como segue:

	2020	2019
Contas a receber	217.777.023	223.593.219
Retenções contratuais	5.500.381	5.645.531
Total	**223.277.404**	**229.238.750**

A seguir, as contas a receber são apresentadas por idade de vencimento:

	2020	2019
A faturar	189.833.185	172.666.829
A vencer	16.152.845	33.848.799
Vencidos até 30 dias	69.549	1.056.393
Vencidos até 60 dias	47.486	2.958.129
Vencidos até 90 dias	56.914	814.444
Vencidos acima de 90 dias	17.117.425	17.894.156
Total	**223.277.404**	**229.238.750**

6. Estoques: O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro está assim representado:

	2020	2019
Materiais de uso e consumo	398.559	433.524
Materiais de escritório	35.575	41.470
Materiais de copa e cozinha	18.625	13.620
Estoques de obras	881.122	187.026
Total	**1.333.881**	**675.640**

7. Impostos e Contribuições a Recuperar: Em 31 de Dezembro o saldo de tributos a recuperar está dividido como segue:

	2020	2019
ISS (Imposto sobre Serviços)	472.147	490.145
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	2.104.015	1.029.975
CSRF (Contribuições Sociais Retidas na Fonte)	1.079.675	681.780
IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica)	–	1.147.728
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)	1.444.390	416.246
Total	**5.100.227**	**3.765.874**

8. Partes Relacionadas:

Partes relacionadas	Ativo Circulante 2020	Ativo Circulante 2019	Ativo Não Circulante 2020	Ativo Não Circulante 2019	Passivo Circulante 2020	Passivo Circulante 2019
MGM Locações	–	3.159.038	–	10.645.026	–	–
Elske Participações Ltda.	–	–	–	–	–	5.332.443
Gemelli Participações Ltda.	–	–	–	–	–	5.351.007
Fish Participações Ltda.	–	–	–	–	–	5.379.861
All Market Participações Eireli	–	–	–	–	–	4.956.698
Turita Participações Ltda.	–	–	6.790.873	6.790.873	–	–
Total	**–**	**3.159.038**	**6.790.873**	**17.435.899**	**–**	**21.020.009**

9. Participação em Consórcio: Em 31 de Dezembro, o saldo líquido das participações em consórcios lançados linha a linha nas demonstrações contábeis da Companhia, estão assim representados:

Consórcio	2020	2019
Conta corrente consórcios	21.130.026	–
DP Barros / FBS	8.775.925	7.618.295
FBS - Villanova	12.829.994	10.014.260
FBS - Tardelli	(2.127.751)	1.172.355
DP Barros - FBS CE - 522	2.390.116	1.454.478
Pavnorte	1.211.114	444.402
FBS - Soebe - Hidrostúdio	10.424.356	1.413.219
Correpav	631.323	1.521.609
Bacia do São Francisco	4.085.173	785.743
FBS - Etama	(5.274.951)	307.167
FBS - Coveg	(23.103.777)	(1.150.311)
Central	(10.210.960)	593.230
Baqui	(3.718.924)	(216.740)
Malha Viária	(257.443)	(428.901)
FBS - HTB	(14.242.226)	(5.192.525)
Desenvolvimento Urbano do Jaguaribe	1.309.224	2.706.430
Etama - FBS - DP Barros	(5.803.045)	(3.171.000)
DP Barros - FBS - Freitas	5.720.485	(28.160)
DP Barros - FBS	18.659.738	(20.287)
MIX	15.109.489	(171.001)
Jeriva	590.790	–
Restaurapav	3.645.767	–
Ferrovia	584.500	–
Águas espraiadas	5.477.199	–
Córrego CA	2.140.494	–
Total	**49.976.636**	**17.652.263**

10. Outras Contas a Receber: Em 31 de Dezembro os saldos desta rubrica estão representados pelos seguintes valores:

	2020	2019
Adiantamentos a fornecedores	31.924.679	17.531.052
Despesas antecipadas	351.851	148.060
Créditos de mútuo	–	120.598
Nota de débito	–	468.911
Ação judicial	–	893.000
Demais créditos	7.931.029	437.042
Total	**40.207.559**	**19.598.663**
Circulante	32.366.998	18.705.663
Não Circulante	7.840.561	893.000
Total	**40.207.559**	**19.598.663**

11. Depósito Judicial: Os valores depositados e bloqueados judicialmente referem-se a processos judiciais em andamento, cujo acompanhamento é realizado por assessores jurídicos externos contratados. Em 31/12/2020 apresenta o saldo de R$ 978.578 (R$ 1.670.761, em 31/12/2019). **12. Investimentos:** Os investimentos da Companhia estão demonstrados como a seguir:

	2020	2019
Participação em outras sociedades	7.666.552	6.558.487
Sociedades por conta de participação	8.370.274	15.142.798
Total	**16.036.826**	**21.701.285**

a.) Participação em outras sociedades: • As participações em outras sociedades são apresentadas a seguir.

Investidas	Capital social (Quotas/ Ações) 2020	Participação (R$)	Capital social (R$)	%
MGM Locações Ltda.	4.539.800	800	4.539.800	0,02
Viapav Construções SPE Ltda.	1.000.000	280.000	1.000.000	28,00
BRT Sorocaba Concessionária de Serviços Públicos SPE S/A.	2.000.000	110.475	22.095.000	0,50
Via Brasil MT320 Concessionária de Rodovias S/A.	3.056.250	3.056.250	45.000.000	6,79
Via Brasil MT100 Concessionária de Rodovias S/A.	18.000.000	1.620.000	18.000.000	9,00
Consórcio Habita Brasil S/A.	28.795.851	28.795.851	115.183.407	25,00

• Movimentação dos investimentos

Investidas	Saldos em 31/12/2019	Aporte	Baixas	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2020
MGM Locações Ltda.	800	–	–	–	800
Viapav Construções SPE Ltda.	2.228.153	–	(99.001)	(715.377)	1.413.775
BRT Sorocaba Concessionária de Serviços Públicos SPE S/A.	10.028	–	–	74.619	84.647
Via Brasil MT320 Concessionária de Rodovias S/A.	2.442.219	–	(79.719)	(333.486)	2.029.014
Via Brasil MT100 Concessionária de Rodovias S/A.	1.877.287	–	(257.287)	(135.622)	1.484.378
Consórcio Habita Brasil Ltda	–	2.880.250	(103)	(226.209)	2.653.938
Total	**6.558.487**	**2.880.250**	**(436.110)**	**(1.336.075)**	**7.666.552**

b.) Sociedades por conta de participação • As participações e a movimentação em sociedades por conta de participação são apresentadas a seguir.

Sociedade por conta de participação	Tipo de sócia	%	Saldos em 31/12/2019	Baixas	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2020
Consbem	Participante	50,00	340.288	(340.288)	–	–
Valladares	Participante	50,00	768.630	(768.630)	–	–
Desassoreamento Tietê	Participante	33,30	104.287	(104.287)	–	–
Panamby Paulista	Participante	6,16	9.455.416	(5.360.260)	(1.376)	4.093.780
Construbase	Participante	6,16	4.198.950	–	77.544	4.276.494
Poá	Ostensiva	50,00	275.227	(275.227)	–	–
Total			**15.142.798**	**(6.848.692)**	**76.168**	**8.370.274**

c.) Resumo da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial	2020	2019
Viapav Construções SPE Ltda.	(715.377)	1.948.153
BRT Sorocaba Concessionária de Serviços Públicos SPE S/A.	74.619	–
Via Brasil MT320 Concessionária de Rodovias S/A.	(333.486)	–
Via Brasil MT100 Concessionária de Rodovias S/A.	(135.622)	–
Consórcio Habita Brasil Ltda.	(226.209)	–
Panamby Paulista	(1.376)	(1.547)
Construbase	77.544	148.890
Total	**(1.259.907)**	**2.095.496**

13. Imobilizado: A composição do ativo imobilizado é como segue:

Imobilizado	2019 Custo	2019 Depreciação acumulada	%	Saldos em 31/12/2019	2020 Aquisições	Baixas Custo	Baixas Depreciação acumulada	Depreciação anual	%	Depreciação acumulada	Saldos em 31/12/2020
Máquinas e equipamentos	3.406.408	(1.927.530)	10	1.478.878	411.803	(240.994)	69.398	(189.345)	10	(2.047.477)	1.529.740
Móveis e utensílios	864.236	(623.151)	10	241.085	106.787	(623)	623	(80.648)	10	(703.176)	267.224
Veículos	2.392	(2.392)	20	–	62.409	–	–	(6.480)	20	(8.872)	55.929
Computadores e periféricos	2.066.141	(1.658.879)	20	407.262	350.014	(21.825)	873	(140.685)	20	(1.798.691)	595.639
Instalações	122.784	(80.218)	10	42.566	4.072	–	–	(9.202)	10	(89.420)	37.436
Terrenos	2.287.644	–	–	2.287.644	–	–	–	–	–	–	2.287.644
Ferramentas	28.287	(17.943)	10	10.344	–	–	–	(4.746)	10	(22.689)	5.598
Benfeitorias em imóveis de terceiros	634.910	(302.444)	–	332.466	–	–	–	–	–	(302.444)	332.466
Imobilização em andamento	–	–	–	–	1.023.334	–	–	–	–	–	1.023.334
Total	**9.412.802**	**(4.612.557)**		**4.800.245**	**1.958.419**	**(263.442)**	**70.894**	**(431.106)**		**(4.972.769)**	**6.135.010**

14. Intangível:

Intangível	2019 Custo	2019 Amortização acumulada	%	Saldos em 31/12/2019	2020 Aquisições	Amortização anual	%	Amortização acumulada	Saldos em 31/12/2020
Licença de software	1.492.472	(862.998)	20	629.474	228.813	(51.400)	20	(914.398)	806.887
Total	**1.492.472**	**(862.998)**	**20**	**629.474**	**228.813**	**(51.400)**	**20**	**(914.398)**	**806.887**

15. Fornecedores: O saldo a pagar com fornecedores nacionais em 31/12/2020 é de R$ 41.568.072 (R$ 8.464.911, em 31/12/2019). **16. Empréstimos e Financiamentos**

Instituição financeira	Encargos ao mês	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
Banco Bradesco S/A.	0,28 + CDI	27/01/2023	1.785.078	2.069.923
Banco Bradesco S/A.	0,28 + CDI	27/01/2023	13.290.997	15.001.164
Banco Bradesco S/A.	0,28 + CDI	27/01/2023	2.631.533	3.462.523
Banco Safra S/A.	0,40 + CDI	05/09/2022	1.711.260	2.139.298
Banco do Brasil S/A.	0,27 + CDI	27/01/2023	19.112.984	22.272.119
Banco Safra S/A.	0,40 + CDI	17/12/2021	884.645	1.305.053
Paraná Banco S/A.			–	580.243
Total			**39.416.497**	**46.830.323**
Circulante			7.043.489	9.699.079
Não Circulante			32.373.008	37.131.244
Total			**39.416.497**	**46.830.323**

17. Obrigações Trabalhistas: Em 31 de Dezembro os saldos desta rubrica estão representados pelos seguintes valores:

	2020	2019
Salários e ordenados	961.976	1.972.157
INSS (Instituto Nacional de Seguridade Nacional)	1.995.749	2.321.350
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)	214.431	596.759
Provisão de férias e encargos	4.930.305	3.535.230
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) rescisório a recolher	44.229	80.024
Parcelamentos trabalhistas	569.590	830.772
Demais obrigações	462.990	10.363
Total	**9.179.270**	**9.346.655**
Circulante	8.609.680	8.515.883
Não Circulante	569.590	830.772
Total	**9.179.270**	**9.346.655**

18. Obrigações Tributárias: Estão representadas por obrigações com o fisco federal e municipal conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019
ISS (Imposto sobre Serviços)	2.250.392	4.942.960
PIS (Programa de Integração Social)	2.518.041	2.233.552
COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade social)	11.301.775	10.167.228
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	6.579.648	5.908.517
Retenções de INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social)	192.145	2.164.599
Parcelamentos	25.311.743	15.660.875
Demais Obrigações	11.541.436	732.547
Total	**59.695.180**	**41.810.278**
Circulante	40.631.296	26.149.403
Não Circulante	19.063.884	15.660.875
Total	**59.695.180**	**41.810.278**

19. Outras Contas a Pagar

	2020	2019
Créditos de clientes	–	630.288
Adiantamento de clientes	2.564.625	952.308
Mútuo a pagar	–	1.874.394
Outras contas a pagar	7.668.701	3.269.083
Total	**10.233.326**	**6.726.073**
Circulante	10.001.138	6.726.073
Não Circulante	232.188	–
Total	**10.233.326**	**6.726.073**

20. Provisão Para Demandas Judiciais: A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Por opção da Administração da Companhia, não foi efetuada a provisão para demandas judiciais. **21. Patrimônio Líquido: a)** Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 45.252.000 (quarenta e cinco milhões e duzentos e cinquenta e dois mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R$ 45.252.000 (quarenta e cinco milhões e duzentos e cinquenta e dois mil reais).

Acionistas	Ações	%	R$
Turita Participações Ltda.	44.872.000	99,16	44.872.000
MGM Locações Ltda.	380.000	0,84	380.000
Total	**45.252.000**	**100,00**	**45.252.000**

b) Reservas de Capital: O saldo de reservas de capital foi constituído por aporte de capital por parte de seus acionistas para futuro aumento do capital social e, em 31/12/2020 o montante é de R$ 82.091.470 (R$ 44.522.186, em 31/12/2019). **c)** Reservas de lucros: As reservas de lucros são constituídas pela parcela do lucro líquido do exercício após as destinações legais e estatutárias e, são apresentadas a seguir. c.1) Reserva legal: A reserva legal foi constituída em períodos anteriores com destinação de 5,00% do lucro líquido do exercício, deixando de constituir novas reservas a partir do exercício de 2019 em decorrência do limite do § 1º do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/1976, e em 31/12/2020 apresenta o montante de R$ 4.253.872 (R$ 4.253.872, em 31/12/2019). c.2) Reserva estatutária: O resultado acumulado está composto conforme abaixo:

	R$
Saldos em 01 de Janeiro de 2019	–
Lucro do exercício	32.685.491
Lucros de exercícios anteriores	71.349.980
Saldos 31 de Dezembro de 2019	**104.035.471**
Lucro do exercício	25.486.615
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**129.522.086**

22. Receita Líquida: A composição da receita líquida das operações está representada pelos seguintes valores:

	2020	2019
Prestação de serviços	421.273.113	296.324.220
Deduções	(28.824.985)	(19.439.458)
Total	**392.448.128**	**276.884.762**

23. Custos e Despesas das Vendas e Serviços:

	2020	2019
Por Função: Custo dos produtos vendidos	340.366.206	221.902.186
Despesas com vendas	1.251.815	1.827.124
Despesas gerais e administrativas	9.475.536	5.374.042
Despesas tributárias	389.620	1.090.243
Despesas com pessoal	8.255.154	10.878.410
Total	**359.738.331**	**241.072.005**
Por Natureza: Materiais aplicados	142.773.531	66.403.577
Gastos diretos dos serviços prestados	42.657.841	30.855.954
Mão de obra direta	67.075.871	51.638.184
Mão de obra indireta	8.307.857	8.832.954
Serviços de terceiros	68.018.622	66.661.240
Viagens, hospedagens e locomoção	557.201	845.925
Transporte	11.540.047	1.087.322
Aluguéis e condomínios	928.180	1.012.543
Depreciação e amortização	482.506	551.616
Por Natureza: Contas e materiais de consumo	6.699.145	2.349.742
Manutenção	2.364.429	3.081.553
Seguros e indenizações	695.755	1.264.285
Outras despesas administrativas	7.637.346	6.487.110
Total	**359.738.331**	**241.072.005**

24. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas:

	2020	2019
Outras Receitas		
Ganhos monetários	704.354	835.292
Resultado alienação de imobilizado	1.247.652	57.779
Outras receitas operacionais	34.686	6.106
Total	**1.986.692**	**899.177**
Outras Despesas		
Outras despesas operacionais	(192.201)	(2.196)
Perdas em itens monetários	(1.056.905)	–
Total	**(1.249.106)**	**(2.196)**
Total de outras receitas (despesas) líquidas	**737.586**	**896.981**

25. Receitas Financeiras:

	2020	2019
Descontos obtidos	438.464	137.814
Juros ativos	915.433	683.974
Outros	20.532	271
Total	**1.374.429**	**822.059**

26. Despesas Financeiras:

	2020	2019
Encargos financeiros	3.277.593	4.968.282
Juros passivos	2.847.972	1.282.615
Descontos concedidos	157.471	59.014
Multa por atraso de pagamento	88.942	49.903
Demais despesas	289.981	581.988
Total	**6.661.959**	**6.941.802**

27. Imposto de Renda e Contribuição Social, Corrente:

	2020	2019
IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica)	1.032.861	–
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)	380.470	–
Total	**1.413.331**	–

28. instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são: Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Atualmente, as dívidas de taxas de juros são prefixadas. Instrumentos financeiros por categoria: A Companhia deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração financeira avalie a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e financeira para análise de desempenho.

Ativo financeiro	2020 Ativo a valor justo com (ganhos / perdas) reconhecimento no resultado	2020 Empréstimos e recebíveis	2019 Ativo a valor justo com (ganhos / perdas) reconhecimento no resultado	2019 Empréstimos e recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	70.567.892	–	11.933.886	–
Contas a receber de clientes	–	223.277.404	–	229.238.750
Partes relacionadas	–	6.790.873	–	20.594.937
Participação em consórcio	–	49.976.636	–	17.652.263
Outras contas a receber	–	40.207.559	–	19.598.663
Total	**70.567.892**	**320.252.472**	**11.933.886**	**287.084.613**
Passivo financeiro				
Fornecedores	–	41.568.072	–	8.464.911
Empréstimos e financiamentos	–	39.416.497	–	46.830.323
Partes relacionadas	–	–	–	21.020.009
Outras contas a pagar	–	10.233.326	–	6.726.073
Total	**–**	**91.217.89**	**–**	**83.041.316**

Mensuração do valor justo: O valor justo como a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, em transação sem favorecidos. Determina-se uma hierarquia de três níveis para um valor justo, descrevendo os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos); • Nível 2 - *Imputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3 - *Imputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*imputs* não observáveis). Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não mantinha operações com instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2020. **29. Cobertura de Seguros:** Em 31/12/2020 a Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela administração, levando em conta a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. **Item:** Responsabilidade civil: **Tipo de cobertura:** Obras civis em construção ou execução, instalações e montagem, fornecimento de materiais ou prestação de serviços. **Valor Segurado (R$)** 194.906.593; **Item:** Seguro empresarial: **Tipo de cobertura:** Operações, incluindo objeto pessoais de empregados, clientes e visitantes - clube associações recreativas - fornecimento de comestíveis e bebidas - ações de pessoal de brigada de incêndio - ações do pessoal de segurança, vigilância, limpeza e manutenção dos locais do segurado - eventos programados pelo segurado sem cobrança de prêmio para convidados, competições e jogos esportivos - risco contingente, transporte habitual de empregados - despesas de defesa em juízo civil - perdas financeiras e /ou lucros cessantes. Danos morais. Empregador, incluindo extensão ao exterior - poluição súbita. Obras civis e/ou instalação e montagem - extensão da cobertura em operações. Poluição súbita. Prestação de serviços em locais de terceiros. Circulação de veículos terrestre e motorizado. Erro de projeto. Fundações. Responsabilidade civil cruzada. **Valor Segurado (R$)** 2.140.000. **30. Evento Subsequente:** A Companhia monitora os efeitos desta pandemia que podem afetar adversamente seus resultados. Desde o princípio do surto da COVID- 19 no Brasil, foi estruturado o Comitê de Gestão de Crise, por meio de sua controladora, que adotou uma série de medidas de proteção e suporte para seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e fornecedores, que em alguns casos incluem o uso do trabalho remoto e o estímulo ao uso de canais digitais, possibilitando a continuidade de suas operações, além de acompanhar a evolução da propagação da pandemia e de seus possíveis impactos nas suas operações, e das ações governamentais para mitiga-los.

Emanuel Fagner dos Santos Silva - Administrador
CPF/MF nº 043.086.174-56

Marcelo Pessoa de Araujo - Contador
CRC 1SP 236.577/O-0
CPF/MF nº 147.356.478-64

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1068101-10.2016.8.26.0100 (U-725). A Doutora Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Hermes Komninakis, Ospam Imobiliária Ltda., antes denominada: Ospam Imobiliária Sociedade Civil Ltda., réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Fabiana Alves Ribeiro de Castro e Ivan Junior de Castro ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua Antonio dos Santos, nº 159, Jardim Matarazzo, São Paulo-SP, com área de 69,00 m², contribuinte nº 111.291.0064-1, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, **a fluir após o prazo de 20 dias úteis**, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniel Serpentino, na forma da Lei, etc. PROCESSO Nº 1034113-95.2016.8.26.0100 FAZ SABER a(o) Aureliano Pinto Ribeiro Neto Me e Aureliano Pinto Ribeiro Neto, CNPJ: 04.442.872/0001-60, CPF: 598.207.994-49, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Pan S.a, CNPJ: 59.285.411/ 0001-13, objetivando o recebimento da quantia de R$196.242,05 (abril/2016), representado pelas 12 (doze) parcelas vencidas e não pagas, todas decorrentes do contrato de instrumento particular de confissão de dívida nº 75629, firmado entre as partes em 25/05/2015. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 3 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague(m) o débito atualizado, acrescida(s) dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue(m) ou reconheça(m) o crédito do(a)(s) exequente(s), comprovando-se o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora e avaliação de bens. Decorridos os prazos acima consignados, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 21 e 24/04

1ª VARA CÍVEL DO FORO DE MOGI DAS CRUZES-SP
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1007128-84.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, Dr(a). ANA CLAUDIA DE MOURA OLIVEIRA QUERIDO, na forma da Lei, etc.. ***FAZ SABER*** a **CARLOS ALBERTO MARCELLO MARQUES**, Brasileiro, CPF 009.677.878- 40, residente e domiciliado a Major Pinheiro Franco, 275, apto. 94, Centro, Mogi das Cruzes, Cep. 08710-220, que lhe foi proposta uma ação de Cobrança pelo Procedimento Comum Cível por parte de **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO-CABESP**, objetivando a cobrança de **R$ 7.447,56 (24/01/2019)**, devidamente atualizado, referente ao inadimplemento das mensalidades do Plano de Saúde Cabesp-Família dos meses de maio e junho de 2018. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Mogi das Cruzes, aos 05 de abril de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROC. Nº 1046859-97.2013.8.26.0100O(A) MM. Dr(a). Marcos Roberto de Souza Bernicchi, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP. FAZ SABER aos correqueridos COMPANHIASÃO PAULO DE HOTÉIS E IMÓVEIS (qualificação ignorada) e LABORATÓRIO PAULISTADE BIOLOGIA S/A (qualificação ignorada) na pessoa de seus representantes legais, que CLARICE VERALDI DE TOLEDO, ajuizou uma AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA, PELO PROCEDIMENTO COMUM, também contra MAXIMUS COMERCIAL E ADMINISTRADORA S/A, objetivando que seja a presente ação julgada procedente, valendo a sentença como título para transcrição do imóvel designado como: loja nº 26 do passeio paris 2ª sobreloja do centro metropolitano de compras ou 5º pavimento de todo o prédio, localizada na Praça Dom José Gaspar, Centro, São Paulo/SP. Contribuinte nº 006.007.0603-6. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos correqueridos para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias supra, apresentem respostas. Não sendo contestada a ação, os correqueridos serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 21 e 24/04

9ª Vara da Família e Sucessões do Foro Central da Capital/SP. Processo 1011792-77.2018.8.26.0009 - Interdição - Tutela e Curatela - S.N.C. - - M.C. e outro - R.A.C. - Vistos. Shirley do Nascimento Chaim, qualificada na inicial ingressou com o presente pedido de INTERDIÇÃO de seu marido Ricardo Alves Chaim alegando, em síntese, ser ele incapaz para os atos da vida civil por ter sofrido AVC, impossibilitado de gerir seus negócios e reger sua própria pessoa, situação esta sem condições de recuperação. Shirley do Nascimento Chaim foi nomeada curadora provisória (fls.43). A autora, Shirley do Nascimento Chaim, requereu a substituição da curatela, alegando que está se divorciando do curatelado e indicou as irmãs do interditando, Márcia e Andrea (fls.175/176). Intimadas,. Márcia manifestou sua vontade em exercer a curatela de seu irmão (fls.227). Processado o pedido, citado, a defesa foi apresentada por curador especial (fls. 89/96). O Ministério Público opinou pela procedência do pedido (fls.235/236). É o relatório. Decido. Efetivamente, a incapacidade do interditando está comprovada pelo laudo apresentado às fls. 249/258, complementado às fls. 260/261, no qual a perita concluiu ser ele incapaz para os atos da vida por apresentar Demência Vascular de início agudo, F01.0 pela CID 10. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para declarar a incapacidade para os atos da vida civil, de natureza patrimonial e negocial, de Ricardo Alves Chaim, CPF 127.405.128-21, RG 23083882, casado, brasileiro, autônomo, nascido em 21 de setembro de 1972, filho de Roberto Chaim e Noelia Maria Alves Chaim, portador de Demência Vasculas de início agudo F01.0 pela CID 10. Nomeio curador(a) Marcia Alves Chaim, CPF 127.405.118-50, RG 23069647, brasileira, divorciada, analista, mediante compromisso. Diante da existência de bens e rendimentos em nome do(a) interditado(a), determino a prestação de contas pelo(a) curador(a), de forma anual, em autos apartados. Serve esta sentença, após o trânsito em julgado, como mandado para registro da interdição no Cartório de Registro Civil do Subdistrito competente, para que o Oficial da Unidade de Registro Civil das Pessoas Naturais competente proceda ao seu cumprimento. Em obediência ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil, serve o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local, na rede mundial de computadores (no sítio deste Tribunal de Justiça) e na plataforma do Conselho Nacional de Justiça. A publicação na imprensa local deve ser providenciada pelo curador, no prazo máximo de quinze dias, comprovando nos autos, sob pena de destituição e responsabilização pessoal. Caso a parte tenha sido beneficiada com a gratuidade judicial, a publicação na imprensa local fica dispensada, nos termos do artigo 98, inciso III, do Código de Processo Civil. A publicação na rede mundial de computadores ocorre com a mera confirmação da movimentação desta sentença, publicada no portal e-SAJ do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Finalmente, a publicação na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça fica dispensada enquanto não for criada e estiver em efetivo funcionamento. Certificado o trânsito em julgado, anote-se o necessário, bem como encaminhe-se à Justiça Eleitoral informações relativas à incapacidade civil, absoluta, nos termos do artigo 15, incisos II e V, da Constituição Federal, fazendo-o de modo preciso e completo, delas fazendo constar a qualificação completa do envolvido, sua data de nascimento e o nome completo dos genitores, a fim de que sejam feitas as devidas anotações de suspensão dos direitos políticos para a respectiva inscrição eleitoral, em cumprimento ao Comunicado CG. N524/2007. Servirá o presente, por cópia digitada, como termo de compromisso e certidão de curatela definitiva, válida por tempo indeterminado, independentemente de assinatura do curador, para todos os fins legais à luz do artigo 759, I, do Código de Processo Civil. Deverá o curador imprimi-la diretamente no portal e-SAJ do Tribunal de Justiça, sem necessidade de comparecimento em cartório. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Oportunamente, arquivem-se, com as cautelas de estilo. Publique-se, registre-se e intime-se. Dê-se ciência ao Ministério Público. 24/04/2021

BAUMER S.A.

BAUMER S.A.
CNPJ nº 61.374.161/0001-30

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - EM MILHARES DE REAIS

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à Sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Baumer S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes. a. O lucro operacional foi de R$ 13,9 milhões, representando 8,85% do faturamento bruto e 13,93% sobre o patrimônio inicial de R$ 100,2 milhões. O resultado da equivalência patrimonial positiva foi de R$ 3.356 mil, totalizando R$ 17,3 milhões de lucro total. b. O lucro líquido por lote de 1.000 (MIL) ações foi de R$ 1.424,77. c. Foram feitos investimentos da ordem de R$ 3,1 milhões na aquisição de máquinas e equipamentos industriais. d. O engajamento dos funcionários é fator relevante para a manutenção do bom desempenho do nosso modelo de negócio. Entendemos que quanto mais os funcionários estiverem aderentes e alinhados à cultura e às diretrizes da companhia, mais qualificadas serão as entregas e, consequentemente, mais consistentes serão os resultados. e. A Baumer continua implementando medidas com o objetivo de tornar sua estrutura mais leve e sua forma de planejar e produzir ainda mais ágil, para responder rapidamente as necessidades/demanda dos clientes interno e externo. f. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento alcançaram R$ 4,4 milhões que corresponde a 3,2% da nossa receita liquida, evidenciando a preocupação constante com a inovação e desenvolvimento de novos produtos. g. A Baumer S.A. preza por seu compromisso na adoção de uma postura e ações éticas que contribuem para o desenvolvimento econômico de forma consoante com a qualidade de vida de seus clientes interno e externos, criando novos produtos, inovando em suas ações e sempre priorizando a qualidade e o respeito ao meio ambiente como valores essências de sua marca. h. Atendendo ao disposto na Instrução C. V.M. nº 381 informamos que a Baumer S.A. e empresas controladas, não incorreram em outros gastos com Holder Auditores Independentes S/S - EPP, além dos serviços de auditoria para exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. i. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, fornecedores, representantes, acionistas, instituições financeiras e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como a dedicação, o comprometimento e o esforço de nossas equipes pela dedicação e profissionalismo em superar as metas e desafios estabelecidos.

Mogi Mirim, 30 de março de 2021.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Notas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante					
Disponibilidade	4	16.453	5.020	16.866	5.661
Aplicações financeiras	4	10.150	5.463	14.765	7.754
Contas a receber de clientes, líquido	5	34.012	30.377	33.062	30.886
Estoques	6	34.291	40.690	49.693	54.552
Impostos a recuperar		9.237	8.528	9.759	9.114
Outras contas a receber		3.852	1.979	4.027	2.269
Dividendos a receber		1.243	959	548	33
Despesas antecipadas		966	1.459	1.233	1.598
Total do circulante		110.204	94.475	129.953	111.867
Não circulante					
Realizável a longo prazo		43.431	41.662	49.317	43.916
Empresas relacionadas	14	18.009	12.967	21.964	13.003
Outros créditos		25.422	28.695	27.353	30.913
Ativo permanente		42.573	36.435	35.261	34.804
Investimentos, líquido	7	18.498	11.103	3.436	3.436
Imobilizado, líquido	8	22.651	23.647	30.396	29.673
Intangível , líquido	8	1.424	1.685	1.429	1.695
Total não circulante		86.004	78.097	84.578	78.720
Total do ativo		196.208	172.572	214.531	190.587

Passivo	Notas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	5.296	13.303	6.378	15.843
Fornecedores	9	8.596	9.440	9.562	6.590
Impostos e contribuições sociais		2.608	576	2.817	809
Salários e encargos sociais		1.862	1.721	2.175	2.137
Empresas relacionadas		406	1.848	1.861	7.318
Dividendos e juros sobre capital próprio		4.825	1.710	6.307	2.484
Contas a pagar e outras provisões		30.343	21.758	33.444	23.873
Imposto de renda e contribuições sociais		647	–	928	314
Total do circulante		54.583	50.356	63.472	59.368
Não circulante					
Passivo exigível a longo prazo		29.403	22.000	29.808	23.092
Empréstimos e financiamentos	10	12.227	14.758	12.331	15.048
Impostos e contribuições sociais diferidos		1.867	1.867	1.868	1.868
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas		14.401	4.402	14.701	5.203
Outras contas a pagar	24	908	973	908	973
Total do não circulante		29.403	22.000	29.808	23.092
Patrimônio líquido					
Capital social	11	41.000	15.000	41.000	15.000
Reserva de capital		212	212	212	212
Reservas de lucros	12	67.314	81.308	68.171	81.615
Ajuste de avaliação patrimonial		3.696	3.696	3.696	3.696
Patrimônio liquido atribuível aos controladores		112.222	100.216	113.079	100.523
Participação dos acionistas não controladores		–	–	8.172	7.604
Total do patrimônio líquido		112.222	100.216	121.251	108.127
Total do passivo		196.208	172.572	214.531	190.587

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Contas/Especificações	Capital realizado atualizado	Reservas de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Lucros a realizar	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Total
Saldos em 31/12/2018	15.000	212	3.249	68.450	4.496	3.695	–	95.102
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	6.483	6.483
Realização de reservas	–	–	–	–	–	–	–	–
Destinações do lucro liquido	–	–	325	4.789	–	–	(6.483)	(1.369)
Reserva legal	–	–	325	–	–	–	(325)	–
Constituição reservas	–	–	–	6.158	–	–	(6.158)	–
Reserva de lucros a realizar	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos propostos exercícios anteriores	–	–	–	(468)	–	–	–	(468)
Dividendos propostos	–	–	–	(901)	–	–	–	(901)
Saldos em 31/12/2019	15.000	212	3.574	73.239	4.496	3.695	–	100.216
Transações de capital com os sócios	26.000	–	–	(26.000)	–	–	–	–
Aumento de capital	26.000	–	–	(26.000)	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	17.318	17.318
Realização de reservas	–	–	–	–	–	–	–	–
Destinações do lucro líquido	–	–	867	11.139	–	–	(17.318)	(5.312)
Reserva legal	–	–	867	–	–	–	(867)	–
Constituição reservas	–	–	–	16.452	–	–	(16.451)	1
Reserva de lucros a realizar	–	–	–	–	–	–	–	–
Mutações do patrimônio líquido	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos propostos exercícios anteriores	–	–	–	(1.643)	–	–	–	(1.643)
Dividendos propostos	–	–	–	(3.670)	–	–	–	(3.670)
Saldos em 31/12/2020	41.000	212	4.441	58.378	4.496	3.695	–	112.222

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Notas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional bruta					
Vendas e serviços	20	157.801	139.241	186.537	168.039
Impostos incidentes sobre vendas		(21.857)	(16.710)	(23.564)	(18.729)
Receita operacional líquida	16	135.944	122.531	162.973	149.310
Custos dos produtos e serviços vendidos		(71.764)	(61.412)	(81.435)	(72.024)
Lucro bruto		64.180	61.119	81.538	77.286
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	19	(24.779)	(25.191)	(32.373)	(36.554)
Administrativas	19	(18.672)	(18.374)	(25.628)	(23.598)
Pesquisa e desenvolvimento	19	(4.386)	(4.756)	(4.386)	(4.756)
Tributária	19	–	(1.070)	(58)	(1.081)
Resultado de participação societária		3.356	(1.219)	210	(988)
Outras receitas(despesas) operacionais, líquidas	19	(1.938)	(1.303)	(2.033)	(2.126)
Total das despesas operacionais		(46.419)	(51.913)	(64.268)	(69.103)
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	17	16.851	7.513	17.173	7.940
Despesas financeiras	17	(13.624)	(6.287)	(13.865)	(6.586)
Despesas de variação cambial		–	–	648	(109)
Total das despesas financeiras		3.227	1.226	3.956	1.245
Lucro operacional		20.988	10.432	21.226	9.428
Imposto de renda e contribuição social		(3.670)	(3.949)	(4.795)	(5.234)
Lucro líquido antes das participações		17.318	6.483	16.431	4.194
Lucro atribuído aos acionistas não controladores		–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	13	17.318	6.483	16.431	4.194
Lucro líquido atribuível às ações preferenciais		8.659	3.242	8.216	2.097
Lucro líquido atribuível às ações ordinárias		8.659	3.242	8.216	2.097
Lucro por ações					
Preferenciais		1,77	0,66	1,68	0,43
Ordinárias		1,77	0,66	1,68	0,43
Quantidade de ações (mil)					
Preferenciais		4.900.000	4.900.000	4.900.000	4.900.000
Ordinárias		4.900.000	4.900.000	4.900.000	4.900.000

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIRETO

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	17.318	6.483	16.431	4.194
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciações e amortizações	2.200	2.050	3.320	2.875
Resultado das participações societárias	(3.976)	1.219	(775)	988
Baixa de imobilizado	621	190	621	194
Baixa de Investimentos	(41)		30	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.446	605	3.523	765
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos	–	–	488	17
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(520)	(73)	(520)	(73)
Reversão (constituição de provisão para contingências fiscais	1.055	373	1.053	1.174
Ajuste devedores de exercícios anteriores	–	–	–	906
Variação nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	(6.561)	2.542	(8.657)	7.316
Contas a receber de partes relacionadas	(6.484)	229	(6.595)	245
Estoques	6.400	1.843	5.091	233
Imposto a recuperar	(710)	(1.568)	(646)	(1.508)
Outras contas a receber	1.893	248	2.167	(149)
Variação nos passivos operacionais				
Fornecedores	(844)	2.359	(1.373)	1.712
Contas a pagar de partes relacionadas	–	(4.227)	–	(1.579)
Salários e encargos sociais	141	306	40	139
Impostos e contribuições a recolher	2.927	38	2.869	(1.989)
Adiantamento de clientes	3.105	1.350	3.078	1.316
Outras contas a pagar	5.169	(1.551)	6.180	(2.249)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	25.139	12.416	26.325	14.527
Fluxo de caixa das atividades de Investimento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebido de controlada	46	435	46	435
Adições em investimentos	(4.370)	(1.541)	(4.370)	(1.541)
Adições ao imobilizado	(3.314)	(5.879)	(5.552)	(7.464)
Venda de imobilizado	2.411	139	2.418	195
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(5.227)	(6.846)	(7.458)	(8.375)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Ingressos de financiamentos	8.453	6.677	9.198	6.741
Pagamento de financiamentos	(9.475)	(8.489)	(6.970)	(9.110)
Recebimento por empréstimos a longo prazo	(572)	397	(572)	2.542
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(2.198)	(1.304)	(2.307)	(2.201)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(3.792)	(2.719)	(651)	(2.028)
Fluxo de caixa líquido	16.120	2.851	18.216	4.124
Disponibilidades e aplicações financeiras - inicio do período	10.483	7.632	13.415	9.291
Disponibilidades e aplicações financeiras - fim do período	26.603	10.483	31.631	13.415
Informações adicionais				
Pagamento de impostos de renda e contribuição social	647	2.604	928	3.177

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
1 - Receitas	155.057	139.961	183.811	168.308
1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	157.801	139.241	186.537	168.039
1.2 - Outras receitas	1.222	1.018	1.317	728
1.3 - Provisão para devedores duvidosos - reversão/constituição	(3.966)	(298)	(4.043)	(459)
2 - Custos/despesas	99.125	84.948	113.711	101.936
2.1 - Matérias primas consumidas	52.533	41.207	62.069	51.316
2.2 - Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	21.754	18.699	22.410	20.019
2.3 - Perdas/recuperação de valores ativos	2.119	2.364	2.310	2.896
2.4 - Serviços técnicos	6.644	6.549	8.105	8.506
2.5 - Comissão sobre vendas	10.787	9.985	11.565	10.528
2.6 - Transportes e viagens	4.045	4.569	5.361	6.504
2.7 - Comunicação, propaganda, publicidade e publicações	1.243	1.575	1.891	2.167
2.8 - Outras(especificar)				
3 - Valor adicionado bruto (1 - 2)	55.932	55.013	70.100	66.372
4 - Retenções	2.199	2.050	2.978	2.864
4.1 - Depreciações	2.199	2.050	2.978	2.864
5 - Valor adicionado liquido (3 -4)	53.733	52.963	67.122	63.508
6 - Valor adicionado recebido em transferência	20.207	6.294	17.328	6.952
6.1 - Receitas financeiras	16.851	7.513	17.173	7.940
6.2 - Resultado de equivalência patrimonial	3.356	(1.219)	155	(988)
7 - Valor adicionado total (5 + 6)	73.940	59.257	84.450	70.460
8 - Distribuição do valor adicionado	73.940	59.257	84.450	70.460
8.1 - Pessoal e encargos	27.452	31.353	35.180	39.536
8.1.1 - Remuneração direta	21.927	25.142	28.508	31.840
8.1.2 - Benefícios	4.052	4.603	4.958	5.734
8.1.3 - FGTS	1.473	1.608	1.714	1.962
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	14.557	14.255	18.366	18.850
8.2.1 - Federais	9.825	12.187	12.409	15.234
8.2.2 - Estaduais	4.483	1.860	5.487	3.114
8.2.3 - Municipal	249	208	470	502
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	14.613	7.166	14.474	7.880
8.3.1 - Juros	13.623	6.287	13.217	6.695
8.3.2 - Alugueis	822	746	1.038	993
8.3.3 - Outros	168	133	219	192
8.4 - Remuneração de capitais próprios	17.318	6.483	16.430	4.194
8.4.1 - Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–
8.4.2 - Dividendos	3.669	–	3.669	–
8.4.3 - Lucros retidos/prejuízo do exercício	13.649	6.483	14.565	6.252
8.4.4 - Participação dos não controladores nos lucros retidos	–	–	(1.804)	(2.058)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1. Informações sobre a Companhia. A Baumer S.A. ("companhia") e suas controladas atuam no desenvolvimento, industrialização, comércio, produção, importação, exportação e assistência técnica em equipamentos médico-hospitalares, de saúde em geral, científica, hoteleira, operando no país e no exterior. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada no estado de São Paulo. Desde sua fundação em Julho de 1952 a Baumer nunca parou. Cresceu e se desenvolveu em ritmo acelerado. Incorporou tecnologias, empresas, produtos, conceitos e idéias. Tudo para garantir a precisão na linha de produção e manter a liderança no mercado de implantes ortopédicos do Brasil, além de uma posição de destaque em outros segmentos do mercado em que atua como esterilização, lavanderia, centro cirúrgico, tratamento de água e tratamento de resíduos sólidos de saúde. COVID-19: Desde o início do surto da COVID-19, a Companhia vêm adotando medidas para proteger a saúde de seus funcionários, assegurar a continuidade das operações e contribuir com o funcionamento da economia. Até o momento, a Companhia teve impacto limitado em suas operações e em nenhum momento paralisou suas operações. A companhia realizou alterações na sua operação, de forma a reduzir fluxo, contato e aglomerações de funcionários, bem como fornecendo instruções sobre cuidados que devem ser tomados, reforçando medidas de limpeza e disponibilizando material de higiene, medição de temperatura, uso obrigatório de mascaras e direcionando algumas atividades para trabalhar em regime home office. **Nota 2. Base de Preparação e Principais Politicas Contábeis.** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras, individual e consolidado, foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conjunto com as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes, e compostas pelas demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas. São eliminados todos os saldos, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que ela opera, sendo que quando a moeda for diferente da moeda de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R$) na data das demonstrações financeiras. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. (Nota 4). **2.4. Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades, demonstrados a valores presente e de realização. A estimativa de perdas de clientes é calculada com base em análise de risco dos créditos, que considera o percentual de duplicatas a vencer e vencidas, a liquidez de mercado e o nível de crédito, sendo suficiente para cobrir perdas sobre os valores a receber. (Nota 5). **2.5. Estoques:** Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de produção ou aquisição considerando o valor presente, quando aplicável. A Companhia e suas controladas custeiam seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. As provisões de estoques para: (i) realização; (ii) baixa rotatividade; e (iii) estoques obsoletos, são constituídas de acordo com as políticas da Companhia. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. (Nota 6). **2.6. Investimentos:** São contabilizados pelo método de equivalência patrimonial a partir da data da aquisição do controle acionário e/ou em cuja participação a Companhia tenha influência nas decisões de sua investida. Desta forma a participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua controlada, após a aquisição, é reconhecida na demonstração do resultado tendo como contrapartida o custo do investimento. As movimentações acumuladas pós-aquisição são ajustadas contra o custo do investimento. Ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua controlada são eliminados na participação da Companhia. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **2.7. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessária. (Nota 8). A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Em atendimento à Deliberação CVM nº 527 de 01 de novembro de 2007, que aprova o pronunciamento Técnico CPC 01, o imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis. **2.8. Intangíveis:** Referem-se a licenças adquiridas de programas de computador que são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Gastos em atividades de pesquisa, desenvolvimentos e inovação realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento, entendimento científico ou tecnológico e em atendimento a projetos de produtos customizados, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **2.9. Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e acrescidos dos encargos, juros e variação monetária, conforme previsto contratualmente e incorridos até as datas dos balanços (vide nota explicativa 10). Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida no resultado do exercício durante o período em que o empréstimo esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Dessa forma, o saldo a pagar de empréstimos na data do balanço está próximo ao valor justo. **2.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e as suas controladas têm a obrigação presente como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas periodicamente observadas as suas naturezas e fundamentadas por opinião de assessores legais. **2.11. Imposto de renda e contribuição social:** Os encargos de imposto de renda sobre o lucro real e de contribuição social foram apurados em conformidade com a legislação vigente. **2.12. Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem benefícios de curto prazo, tais como salários, e contribuições para previdência social, participações nos lucros e gratificações e benefícios não monetários, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização. **2.13. Participação nos resultados:** A Companhia e suas controladas provisionam a participação nos resultados para os colaboradores e administradores com base em programas que estabelecem metas operacionais anualmente, e é aprovada pelo Conselho de Administração. O montante da participação é reconhecido no resultado do período de acordo com o atingimento das metas. **2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, nos registros das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações contábeis, envolvendo experiência em previsão de evento futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicáveis. **2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício, com base no estatuto social da Companhia. **2.16. Apuração do resultado e critério de reconhecimento de receita de vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. As receitas de venda são atualmente reconhecidas quando os produtos são entregues ao cliente e a obrigação de desempenho é cumprida. **2.17. Instrumentos financeiros:** Ativos Financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. a) Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. b) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado. c) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. d) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros: A Companhia mensura as perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. e) Desreconhecimento: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. - Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. **2.18. Demonstração do valor adicionado:** A Companhia e suas controladas elaboram as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), conforme requerido pela legislação brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas. **2.19. Arrendamentos:** Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. A Companhia não teve impactos significativos com a nova norma do CPC 06 (IFRS 16), em virtude de não ter arrendamentos que possuem tal característica. **2.20. Normas com adoção inicial em 2020 não descritas nos itens anteriores:** Emendas do CPC 26 e CPC 23: Definição de Materialidade: As emendas do CPC 26 e do CPCP 23, esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Essas emendas entraram em vigência em 1º de janeiro de 2020. A Administração entende que estas emendas não apresentam impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e com isso divulgando somente informações relevantes. **2.21. Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **Nota 3. Estimativas Contábeis.** As demonstrações financeiras incluem a utilização de estimativas que levaram em consideração avaliações e julgamentos da Administração, experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, além de outros fatores objetivos e subjetivos. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas são: a) análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; b) revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações; c) análise da recuperabilidade de ativos intangíveis; d) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e) compromissos com plano de benefícios de colaboradores; f) imposto de renda e contribuição social diferidos; e g) provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas são revisadas periodicamente. **Nota 4. Caixa e Equivalência de Caixa - em R$ Mil:**

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Caixa e bancos	16.453	5.019	16.866	5.660
Aplicações moeda nacional	10.150	5.463	14.765	7.754
Total	26.603	10.483	31.631	13.414

Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Nota 5. Contas a Receber de Clientes - em R$ Mil:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Nacional	25.181	22.176	31.957	22.567
Estrangeiros	12.634	9.740	4.973	9.911
Total	37.815	31.916	36.930	32.478
PCLD	(3.803)	(1.539)	(3.868)	(1.592)
Contas a Receber de Clientes, líquido	34.012	30.377	33.062	30.886
Vencidas	24.332	17.685	19.386	14.949
0 a 30 dias	2.634	4.510	3.633	489
31 a 60 dias	865	2.775	1.371	3.103
61 a 90 dias	920	1.490	1.289	1.694
91 a 120 dias	382	862	535	998
121 a 150 dias	373	504	399	595
151 a 180 dias	1.913	522	2.054	563
Acima de 181 dias	17.245	7.022	10.105	7.507
A vencer	13.483	14.231	17.544	17.529
Total	37.815	31.916	36.930	32.478

Movimentação da PECLD	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Saldo Inicial	(1.539)	(1.165)	(1.592)	(1.165)
Constituição de perdas - (a)	(10.649)	(502)	(10.666)	(555)
Reversão - (b)	8.385	128	8.389	128
Saldo Final	(3.803)	(1.539)	(3.869)	(1.592)

O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Empresa adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o seu saldo devedor. A estimativa para risco de crédito foi calculada com base na análise de riscos de créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem. A controladora e as controladas não adquiriram em 2020 e 2019 ativos financeiros ou não financeiros por meio de posse de garantias.

Nota 6. Estoques - em R$ Mil:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Produtos acabados	11.987	16.489	27.320	16.489
Produtos em processo	12.761	15.628	12.761	15.628
Mercadorias/materiais/componentes	9.543	8.573	9.612	8.573
Total	34.291	40.690	49.693	40.690

Os saldos de estoques, controladora e consolidada, em 31 de dezembro de 2020, estão líquidos da provisão para perdas em estoque relativo a estoques obsoletos.

Nota 7. Investimentos - em R$ Mil:

Investimentos	País	Patrimônio Liquido	Resultado do exercício	Participação no capital social 31/12/20	Participação no capital social 31/12/19	Resultado de participação societária 31/12/20	Resultado de participação societária 31/12/19	Valor patrimonial dos investimentos 31/12/20	Valor patrimonial dos investimentos 31/12/19
Comercial Importadora Erecta Ltda.	Brasil	7.009	1.941	41,85	41,85	940	(392)	2.875	2.264
Hospitalar Sul Ltda.		4.434	–	95,00	95,00	–	(3)	4.213	(156)
Sterium - Serviço de Esterilização Ltda.		2.973	(924)	65,00	65,00	(83)	(1.478)	1.932	2.016
Medixx Comércio e Serviço para Saúde Ltda.		6.846	3.571	88,00	88,00	3.119	1.208	6.001	2.881
Waldsea Investments S.A.	Uruguai	4.490	–	100,00	100,00	–	–	4.490	4.490
A. m. Internacional S.A.	Chile	2.062	(1.989)	7,75	7,75	(621)	(554)	(1.013)	(393)
Total						3.355	(1.219)	18.498	11.102

(*) Equivalência Patrimonial ajustada pelos lucros não realizados em transações entre partes relacionadas.

Nota 8. Imobilizado - em R$ Mil:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Terrenos	3.227	3.227	3.227	3.227
Edifícios/instalações	12.110	13.438	14.339	15.672
Máquinas, aparelhos e equipamentos	–	–	–	–
Industriais	18.475	18.264	23.450	22.297
Veículos	2.259	2.479	3.301	3.480
Intangíveis	3.050	2.187	3.207	2.211
Outras Imobilizações	6.576	6.127	10.365	8.598
(–) Depreciação acumulada	(21.622)	(20.390)	(26.064)	(24.117)
Total	24.075	25.332	31.368	31.368

Controladora

	12/2019	Adição	Baixa	Transferência	Depreciação do período	12/2020
Terreno	3.227	–	–	–	–	3.227
Edifício/Instalações	12.526	–	–	–	(416)	12.110
Máquinas e equipamentos	19.298	1.975	(2.369)	730	(1.159)	18.475
Móveis e utensílios	2.793	219	(1)	–	(143)	2.868
Computadores	2.093	45	(1)	–	(147)	1.990
Moldes, matrizes e protótipo	1.199	75	–	–	(48)	1.226
Veículos	2.270	191	–	–	(202)	2.259
Intangíveis	2.222	803	1	108	(84)	3.050
Outras Imobilizações	1.326	4	–	(838)	–	492
(–) Depreciação acumulada	(21.622)	–	–	–	–	(21.622)
Total Imobilizado	25.332	3.312	(2.370)	–	(2.199)	24.075

Consolidado

	12/2018	Adição	Baixa	Transferência	Depreciação do período	12/2019
Terreno	3.227	–	–	–	–	3.227
Edifício/Instalações	14.843	–	–	–	(504)	14.339
Máquinas e equipamentos	23.597	3.095	(2.442)	730	(1.530)	23.450
Móveis e utensílios	5.302	1.704	–	–	(690)	6.316
Computadores	2.358	155	(2)	–	(180)	2.331
Moldes, matrizes e protótipo	1.199	75	–	–	(48)	1.226
Veículos	3.330	231	6	–	(266)	3.301
Intangíveis	2.250	958	(7)	108	(102)	3.207
Outras Imobilizações	1.326	4	–	(838)	–	492
(–) Depreciação acumulada	(26.064)	–	–	–	–	(26.064)
Total Imobilizado	31.368	6.222	(2.445)	–	(3.320)	31.825

Nota 9. Fornecedores - em R$ Mil:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Mercado Interno	8.043	7.892	9.008	5.024
Mercado Externo	553	1.548	554	1.566
Total	8.596	9.440	9.562	6.590

Nota 10. Passivo não Circulante - em R$ Mil: a) impostos e contribuições sociais: São demonstrados pelos valores atuais, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

b) Financiamentos:

Controladora

Instituição Financeira	Modalidade	Garantia	Vencimento	31/12/20	31/12/19	Condições
Banco Santos	Capital de giro	Aval/Recebíveis	31/12/19	–	8.944	Juros anual 20,933%
BNDS - PSI Inovação 2012	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/06/22	1.024	1.024	Juros anual 4,0%
Banco Brasil (GROB)	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/01/24	182	182	Juros anual 3,5%
Banco BNDS	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/08/24	3.826	2.766	Juros anual 3,5%
Leasing Bradesco	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/05/19	–	–	Juros anual 20,9192%
Leasing Santander	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/02/22	264	387	Juros anual 20,9192%
	Total Circulante			5.296	13.303	
BNDS - PSI Inovação 2012	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/06/22	512	1.539	Juros anual 4,0%
Banco Brasil (GROB)	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/01/24	379	596	Juros anual 3,5%
Banco BNDS	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/08/24	10.579	10.671	Juros anual 5,5%+TJLP
Mútuos	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/08/18	720	1.700	Juros anual 8,09%
Leasing Bradesco	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/02/22	32	174	Juros anual 14,843%
Leasing Santander	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/02/22	5	78	Juros anual 20,9192%
	Total Não Circulante			12.227	14.758	
	Total Geral			17.523	28.061	

Consolidado

Instituição Financeira	Modalidade	Garantia	Vencimento	31/12/20	31/12/19	Condições
Banco Santos	Capital de giro	Aval/Recebíveis	31/12/19	–	10.944	Juros anual 20,933%
BNDS - PSI Inovação 2012	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/06/22	1.024	1.024	Juros anual 4,0%
Banco Brasil (GROB)	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/01/24	182	182	Juros anual 3,5%
Banco BNDS	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/08/24	3.826	2.766	Juros anual 3,5%
Banco de Chile	Capital de giro	Aval/Recebíveis	28/05/20	822	77	Juros anual 3,48%
Finame Santander	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/05/19	–	–	Juros anual 20,9192%
Leasing Santander	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/02/22	524	850	Juros anual 20,9192%
	Total Circulante			6.378	15.843	
BNDS - PSI Inovação 2012	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/06/22	512	1.539	Juros anual 4,0%
Banco Brasil (GROB)	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/01/24	379	596	Juros anual 3,5%
Banco BNDS	Capital de giro	Aval/Recebíveis	15/08/24	10.579	10.671	Juros anual 5,5%+TJLP
Mútuos	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/08/18	720	1.700	Juros anual 9,5%
Finame Santander	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/05/19	16	125	Juros anual 9,5%
Leasing Bradesco	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/02/22	32	243	Juros anual 14,843%
Leasing Santander	Ativo Imobilizado	Aval/Recebíveis	15/02/22	93	174	Juros anual 20,9192%
	Total Não Circulante			12.331	15.048	
	Total Geral			18.709	30.891	

No ano de 2020 a Baumer efetuou o pagamento de R$ 9,5 milhões para liquidação de empréstimo junto as instituições bancárias. Banco Santos: Em decorrência da natureza do processo do Banco Santos, a administração transferiu a dívida para contingências cíveis. A administração da Companhia está permanentemente empenhada na busca por fontes competitivas para o financiamento de suas operações. **c) Provisão para contingências e obrigações legais:** A Companhia e suas controladas são partes em ações administrativas e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes das atividades normais de seus negócios. As respectivas provisões foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como "provável" tendo por base a estimativa de valor em risco determinada pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração da Companhia estima que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Natureza da Contingência	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Trabalhista (i)	1.625	1.392	1.625	1.693
Fiscal (ii)	1.557	1.349	1.557	1.849
Civil (iii)	11.219	1.661	11.219	1.661
Total	14.401	4.402	14.401	5.203

(ii) Refere-se a uma provisão decorrente auto de infração do ICMS onde o Estado alega que a Companhia se creditou indevidamente de algumas mercadorias. O processo ainda está na esfera administrativa e sendo analisado pelas partes. (iii) Ações indenizatórias cíveis. Banco Santos em decorrência da natureza do processo do Banco Santos, a administração transferiu a dívida para contingências cíveis. As causas cuja estimativa estão como possíveis não foram provisionadas nas demonstrações contábeis e são de natureza cível relacionadas às indenizações a terceiros. Atualmente a Administração não consegue informar de forma segura o cronograma de pagamento das provisões reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras. A limitação se deve aos processos serem relativamente recentes e ainda estarem em discussão nas esferas administrativas e/ou judiciais. **Nota 11. Capital Social.** O capital social está composto por 9.800.000 ações, sendo 4.900.000 ações ordinárias e 4.900.000 ações preferenciais, sem valor nominal. As ações têm direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% para as ordinárias e 30% para as preferenciais sobre o lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, não podendo ser inferior ao dividendo prioritário de 6% do capital para as ações preferenciais. **Nota 12. Reserva de Lucros.** O montante de reservas de lucros, será utilizado para suprir a necessidade de capital de giro e possibilitar investimentos destinados ao aumento e à modernização da capacidade produtiva, à introdução de novos produtos, o investimento em controladas ou ainda, se necessário, para absorver o prejuízo do exercício. **Nota 13. Destinação dos Lucros Acumulados - em R$ Mil:** a) Em cumprimento às disposições do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a Diretoria propõe a constituição da reserva de Retenção de Lucros, considerando os seguintes valores obtidos da Legislação Societária:

Destinação dos Resultados	2020	2019
Lucro do Exercício	17.318	6.483
(–) Reserva legal	(866)	(324)
(–) Proposta de distribuição de dividendos	(3.669)	(902)
Saldo destinado as Reservas de lucros	12.783	5.257

Nota 14. Transações entre Partes Relacionadas. a) Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, os quais foram realizados em condições normais de mercado para os respectivos tipos de operações.

Controladas (*) - em R$ Mil	Saldo em 31/12/19	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/20
Hospitalar Sul Ltda.	12.741	159	4.378	8.522
Comércio e Importação Erecta Ltda.	57	424	448	33
Sterium - Serviços de Esterilização Ltda.	–	861	232	629
Condustil Consultoria S.A.	–	12.921	4.109	8.812
Medixx Comércio e Serviços para Saúde Ltda.	156	516	672	–
A M Internacional S.A.	13	–	–	13
Total	12.967	14.881	9.839	18.009

* Representam contratos de mútuos com a controladora Baumer S/A.

Controladas (*) - em R$ Mil	Saldo em 31/12/19	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/20
Condustil Participações	826	–	669	157
Condustil Consultoria Industrial S.A.	773	–	773	–
Comércio e Importação Erecta Ltda.	249	–	–	249
Total	1.848	–	1.442	406

b) A Remuneração da Administração deve ser fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da companhia. Desta forma, foi liberado na AGO realizada em 31 de julho de 2020 o montante de até 5% (cinco por cento) do faturamento líquido do exercício para os honorários anuais dos órgãos da administração, cabendo ao Presidente do Conselho proceder à distribuição. **Nota 15. Cobertura de Seguro.** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A suficiência da cobertura de seguros é determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Nota 16. Receita Líquida - em R$ Mil:

Receita Operacional Bruta de Vendas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita de vendas de produtos				
Mercado Interno	131.156	131.685	155.927	158.844
Mercado Externo	29.594	10.654	31.852	12.869
Máquinas e equipamentos	160.750	142.339	187.779	171.713
Deduções de vendas				
Devoluções de vendas	(2.949)	(3.099)	(2.949)	(3.674)
Impostos sobre as vendas	(21.857)	(16.709)	(21.857)	(18.729)
	(24.806)	(19.808)	(24.806)	(22.403)
Receita operacional líquida	135.944	122.531	162.973	149.310

Nota 17. Despesa por Natureza - em R$ Mil:

Classificação por natureza	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Despesas com pessoal	(30.656)	(34.552)	(39.170)	(43.861)
Depreciação	(2.199)	(2.050)	(2.978)	(2.864)
Serviços com pessoa jurídica	(17.431)	(16.525)	(19.670)	(19.026)
Matéria-prima e material de uso e consumo	(55.722)	(44.496)	(65.656)	(55.487)
Fretes e carretos	(2.005)	(2.062)	(2.309)	(2.261)
Viagens e estadias	(1.781)	(2.166)	(2.793)	(3.902)
Outras despesas	(11.742)	(10.252)	(13.337)	(12.736)
Total despesas	(121.536)	(112.103)	(145.913)	(140.137)

Classificação por função	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Custo dos produtos e serviços vendidos	(71.763)	(61.412)	(81.435)	(72.024)
Despesas comerciais	(24.779)	(25.191)	(32.373)	(36.554)
Despesas administrativas	(16.914)	(16.103)	(23.871)	(21.328)
Honorários dos administradores	(1.757)	(2.269)	(1.757)	(2.269)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(4.386)	(4.756)	(4.386)	(4.756)
Despesas tributárias	–	(1.070)	(58)	(1.081)
Outras receitas e despesas operacionais	(1.937)	(1.302)	(2.033)	(2.125)
Total despesas	(121.536)	(112.103)	(145.913)	(140.137)

Nota 18. Resultado Financeiro Líquido - em R$ Mil:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Variações monetárias ativas	13.857	6.346	14.562	6.349
Juros Recebidos	218	262	234	281
Receitas de aplicações financeiras	5	19	27	99
Outras receitas financeiras	2.771	886	3.017	1.211
Total das receitas financeiras	16.851	7.513	17.840	7.940

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Juros Incorridos sobre empréstimos	(672)	(919)	(739)	(1.178)
Juros de Mora	(194)	(26)	(231)	(27)
Variações monetárias passivas	(12.493)	(4.884)	(12.559)	(4.893)
Despesas bancárias	(122)	(164)	(184)	(208)
Outras despesas financeiras	(143)	(294)	(171)	(389)
Total das despesas financeiras	(13.624)	(6.287)	(13.884)	(6.695)
Resultado financeiro líquido	3.227	1.226	3.956	1.245

Nota 19. Instrumentos Financeiros e Riscos Operacionais. A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se encontram integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às necessidades quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à captação de recursos necessários para a manutenção do capital de giro e o suprimento do seu plano de investimentos. **Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras), do saldo a receber de clientes e do passivo circulante aproxima-se do saldo contábil em razão de o vencimento ocorrer em data próxima à do balanço. O saldo dos financiamentos é atualizado monetariamente com base em taxas de juros variáveis, em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor existente na data do balanço está próximo ao valor de mercado. **Gerenciamento de risco:** A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, riscos de liquidez, riscos de mercado e riscos relacionados à Companhia e suas operações. **Gerenciamento dos riscos de crédito:** A exposição aos riscos de crédito pode fazer a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A mitigação desses riscos ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de clientes, ações de cobrança e corte no fornecimento de novos produtos. Em caso de perdas com créditos de liquidação duvidosa, são constituídas provisões em montantes considerados suficientes pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com a realização. A Companhia não divulga os cronogramas para instrumentos financeiros derivativos passivos por não ter esse tipo de instrumento reconhecido nas demonstrações financeiras. **Nota 20. Benefícios a Empregados.** A sociedade concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, podendo a qualquer momento fazer a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia. Remuneração dos Administradores: A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Diretoria e Conselho de administração, inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

Descrição	Saldos em 31/12/18	Saldos em 31/12/19	Saldos em 31/12/20
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores			
> Honorários	2.144.408,18	2.470.868,44	2.073.074,15
> Previdência privada	114.472,55	300.126,40	57.900,00
> Assistência médica	208.803,44	229.278,55	257.610,84
Benefícios pós emprego	–	–	–
Outros benefícios de longo prazo	–	–	–
Benefícios de rescisão de contratos de trabalho	–	–	–
Remuneração baseado em ações	–	–	–
Total	2.467.684,17	3.000.273,39	2.388.584,99
Quantidade de pessoas	7	6	6

Nota 21. Segmentos Operacionais - em R$ Mil: A Companhia procedeu à segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração o modelo de gestão adotado pela Administração para gerenciamento do negócio. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. Unidade Ortopedia produz e comercializa implantes e instrumentais ortopédicos. Unidade Hospitalar é voltada para a produção e comercialização de equipamentos para hospitais, indústrias farmacêuticas, químicas, de cosméticos e de alimentos. Unidade Genius é ligada a área de biomateriais. Unidade Castanho é voltada para a produção e comercialização de equipamentos para lavanderia hospitalar, industrial e hoteleira.

Controladora

Segmentação	Ano 2020	AV	Ano 2019	AV	AH
Ortopedia	27.936	18%	39.409	28%	-41,07%
Hospitalar	120.466	76%	85.918	62%	28,68%
Genius	7.470	5%	9.976	7%	-33,55%
Castanho	1.929	1%	3.938	3%	-104,15%
Total	157.801	100%	139.241	100%	11,76%

Nota 22. Deliberação CVM nº 550. Determina que a Companhia divulgue todos os seus instrumentos financeiros derivativos reconhecidos ou não, como ativo ou passivo, em seu balanço patrimonial. A Companhia não possui operações alavancadas com derivativos de câmbios ou taxa de juros, inclusive operações com "duplo indexador" ou "target forward", ou que de outra forma possam significar posições especulativas. **Nota 23. Eventos Subsequentes.** Até a data da apresentação das referidas demonstrações financeiras, a Companhia não possui quaisquer eventos subsequentes que mereçam destaque em nota explicativa ou ajuste em seus balanços patrimoniais. **Nota 24. Aprovação das Demonstrações Contábeis.** As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho e administração e autorizadas para emissão em 30 de março de 2021.

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Ruy Salvari Baumer - Presidente
Monica Salvari Baumer - Vice-Presidente
Maria Cristina Baumer Azevedo - Conselheira
João Carlos Corsini Gambôa - Conselheiro
Jorge Antonio Barbosa - Conselheiro
Lupercio Tiseo - Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Ruy Salvari Baumer - Diretor-Presidente
Monica Salvari Baumer - Diretora
Edson Aprigio Lopes de Mattos - Diretor
Breno Correa Farago Junior - Diretor
Lourdes Maria A. Quaresma de Camargo - Diretora
Jose Henrique Marques Camargo - Diretor

CONTADOR

Claudio José Machado de Almeida - CRC 1SP160003/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Baumer S.A.** - Mogi Mirim - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Baumer S.A. (a "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Baumer S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. a) Empréstimos e Financiamentos: Os contratos de empréstimos e financiamentos são garantidos por avais de diretores da Companhia e representam um passivo de 22% das dívidas a curto e longo prazo na controladora e consolidado respectivamente. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria por sua representatividade no total do passivo circulante e passivo não circulante e pela necessidade de manutenção de adequados controles dos registros contábeis devido a possibilidades de erro na apuração dos saldos. Basicamente está representado por empréstimos contraídos junto ao BNDES e instituições privadas. Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desse passivo incluíram, entre outros: (i) a correta apropriação dos encargos financeiros em contas de resultado e realização de exame da documentação suporte, incluindo a inspeção de contratos, (ii) a obtenção junto ao departamento financeiro dos registros dos valores ali existentes e (iii) a solicitação de confirmação de saldo junto às instituições credoras. Adicionalmente, avaliamos a adequação da divulgação efetuada pela Companhia sobre esse assunto, incluída na nota explicativa nº 10 das demonstrações contábeis. **Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e suas controladas e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 31 de Março de 2021. **Holder Auditores Independentes SS - EPP** - CRC 2SP 034.257/O-4; **Marcos Barbosa Henriques** - CRC 1SP 258.019/O-6; **Marcos Barbosa Henriques** - CRC 1SP 258.019/O-6.

FNDE estabelece diretrizes para o Programa Caminho da Escola

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tornou públicas as novas regras do Programa Caminho da Escola. Criado em 2007, a iniciativa permite que estados, municípios e o Distrito Federal solicitem assistência técnica e financeira federal para a compra de ônibus, lanchas e bicicletas destinadas ao transporte de estudantes de escolas públicas de ensino básico de áreas rurais e ribeirinhas.

Publicada no Diário Oficial da União de sexta-feira (23), a Resolução nº 1 estabelece as diretrizes e orientações para os gestores da rede pública de ensino interessados. De acordo com a resolução, a norma leva em conta as necessidades de melhoria das condições de acesso dos estudantes às escolas e de renovação da frota de veículos de transporte escolar em todo o país, bem como de regras de segurança para o uso dos veículos e para a assistência financeira.

Por meio do Programa Caminho da Escola, estados, municípios e o Distrito Federal também podem aderir à ata de registros de preços realizada pelo FNDE para, com seus próprios recursos, adquirirem ou utilizarem veículos novos para transportar os estudantes do ensino básico público. Também é possível acessar a linha de crédito disponibilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), exceto para a aquisição de bicicletas.

Os valores e as especificidades técnicas dos meios de transporte são estabelecidos em conformidade com orientações do FNDE, padronizando-os. Podem ser adquiridos ônibus, microônibus, barcos e lanchas com capacidade mínima para 10 a 29 passageiros, mais o tripulante, além de bicicletas (que devem vir acompanhadas de capacetes adequados à faixa etária).

Além de recursos orçamentários do próprio FNDE e do MEC, o programa também está apto a receber verbas de emendas parlamentares. A distribuição dos veículos leva em conta o número de alunos matriculados no ensino básico público, conforme censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Além de consultar a resolução, interessados podem acessar, no site do FNDE, o Guia Prático sobre os Programas de Manutenção Escolar para saber mais sobre o Caminho da Escola e sobre outras iniciativas, como o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). (Agencia Brasil)

Caixa e Ministério do Turismo oferecem R$ 1,2 bi em crédito para setor

Afetadas pelo agravamento da pandemia de covid-19, as empresas de turismo poderão recorrer a uma linha de crédito para financiar o capital de giro. A Caixa Econômica Federal e o Fundo Geral de Turismo, administrado pelo Ministério do Turismo, ofereceram R$ 1,2 bilhão em empréstimo para o setor.

Diferentemente da ajuda anterior para o turismo, que era restrita às médias e grandes empresas, a nova linha está aberta a micro e pequenas empresas, que faturam até R$ 4,8 milhões por ano. A Caixa também flexibilizou as garantias, bens que podem ser tomados em caso de inadimplência a serem apresentadas pelos tomadores.

Com juros de 5% ao ano, mais a taxa Selic (juros básicos da economia, atualmente em 2,75% ao ano), a linha de crédito pode ser paga em até 60 meses (cinco anos). O empresário começará a pagar a primeira parcela depois de 12 meses de carência.

Para ter acesso às condições especiais da linha de crédito, as empresas devem ter mais de 12 meses de constituição e terem o certificado do Cadastur, cadastro de prestadores de serviço pelo Ministério do Turismo que garante acesso a financiamentos oficiais e apoio em eventos e feiras turísticas. O cadastro pode ser feito no endereço https://cadastur.turismo.gov.br

De posse do certificado, a empresa de turismo pode contratar a linha de crédito numa agência da Caixa ou entrar em contato com o banco por meio da página Caixa com Sua Empresa.(Agencia Brasil)

Guedes pede flexibilidade do Mercosul para negociar acordos bilaterais

Os países-membros do Mercosul precisam de mais liberdade para negociarem acordos bilaterais, defendeu na sexta-feira (23) o ministro da Economia, Paulo Guedes. Em sessão temática do Senado sobre o aniversário de 30 anos do bloco, ele declarou que a flexibilidade para cada país negociar acordos individuais aumenta a integração internacional, respeitando o ritmo de cada sócio.

"Deixa um dos nossos membros fazer um acordo lá fora diferente. Se estiver bom, o conjunto, o grupo, avança naquela direção. Se não for bom, não avançamos", disse o ministro.

O bloco é composto por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A Venezuela está suspensa.

Na avaliação de Guedes, a negociação de acordos comerciais individuais por um dos membros pioneiros não significa a rejeição do bloco. "A gente quer avançar no sentido de modernização e de integração internacional", justificou. Segundo o ministro, o Mercosul deveria ser flexibilizado para permitir que cada sócio avance em velocidade distinta em direção à liberalização do comércio internacional.

Atualmente, cada membro do Mercosul pode negociar acordos comerciais isoladamente, desde que as discussões não englobem a prática de tarifas distintas das de outro país do bloco. Em 2018, o Brasil assinou um acordo nesses moldes com o Chile.

Ao alegar que quer cumprir o programa de governo, Guedes disse que o Brasil quer avançar em duas frentes. A primeira consiste na liberdade de negociação comercial. A segunda é a redução da Tarifa Externa Comum (TEC), que enfrenta a resistência da Argentina.

"Entendemos a situação de membros que podem ter dificuldade de baixá-la no momento, mas para o Brasil é importante. Temos que mostrar que estamos indo na direção de abertura", destacou Guedes.

Recentemente, o Brasil reduziu as tarifas de importação de bens de capital e de informática, que não estão sujeitas à TEC. Alguns produtos tiveram a alíquota zerada. Na ocasião, o governo brasileiro alegou que a redução de custos para os empresários decorrente das reformas da Previdência e trabalhista deveriam ser repassadas para o comércio exterior.

Segundo Guedes, o Mercosul teve sucesso nos primeiros dez anos, mas o fluxo de comércio diminuiu nos anos seguintes por causa da falta de integração internacional do bloco. "Uma grande ferramenta que foi criada como uma avenida em direção à globalização e à integração acabou virando uma bolha que nos isolou dos grandes fluxos de comércio e investimento", criticou.

O ministro destacou que, nas últimas décadas, 3,7 bilhões de europeus e asiáticos saíram da miséria por meio do livre comércio global. (Agencia Brasil)

Brasil tem 12.711.103 pessoas recuperadas da covid19 e 69.105 casos em 24h

O Brasil chegou a 386.416 mortes em decorrência da covid-19 desde o início da pandemia. Segundo a atualização diária do Ministério da Saúde, divulgada na sexta-feira (23), foram notificados 2.914 óbitos em 24h, desde o boletim de quinta-feira (22).

O número de infecções ultrapassa os 14,2 milhões de casos, sendo 69.105 notificações ocorridas entre quinta e sexta-feira.

O número de pessoas recuperadas está em 12.711.103. Já a quantidade de pacientes com casos ativos, em acompanhamento por equipes de saúde, ficou em 1.139.559.

Ainda há 3.595 mortes em investigação por equipes de saúde. Isso porque há casos em que o diagnóstico sobre a causa só sai após o óbito do paciente.

O ranking de estados com mais mortes pela covid-19 é liderado por São Paulo (91.673), Rio de Janeiro (42.634), Minas Gerais (31.494), Rio Grande do Sul (23.975) e Paraná (21.199). Já as Unidades da Federação com menos óbitos são Acre (1.465), Roraima (1.472), Amapá (1.502), Tocantins (2.440) e Alagoas (4.074). (Agencia Brasil)

Fiocruz aponta alta de casos e óbitos por covid-19 em pacientes jovens

O Boletim do Observatório Fiocruz Covid-19 referente às semanas epidemiológicas 14 e 15, período de 4 a 17 de abril, constata que a doença tem infectado cada vez mais pessoas jovens, processo chamado pela Fiocruz de rejuvenescimento da pandemia.

A análise divulgada na sexta-feira (23) aponta que a faixa etária dos mais jovens, de 20 a 29 anos, foi a que registrou maior aumento no número de mortes por covid-19: 1.081,82%. Já nas idades de 40 a 49 anos, houve o maior crescimento do número de casos: 1.173,75%.

Nas semanas epidemiológicas 14 e 15, a quase totalidade dos estados apresentou estabilidade dos indicadores, com exceção de Roraima, onde foi verificada nova alta tanto no número de casos quanto de óbitos. No Amapá, houve pequena redução no número de casos.

Rio de Janeiro (8,3%), Paraná (6,2%), Distrito Federal (5,3%), Goiás (5,2%) e São Paulo (5,1%) apresentaram as maiores taxas de letalidade. De acordo com os pesquisadores, os valores elevados de letalidade revelam graves falhas no sistema de atenção e vigilância em saúde nesses estados, como a insuficiência de testes de diagnóstico, identificação de grupos vulneráveis e encaminhamento de doentes graves.

Taxas de mortalidade elevadas também foram verificadas nos estados de Rondônia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Esse padrão mantém essas regiões como críticas para as próximas semanas, o que pode ser agravado pela saturação do sistema de saúde nesses estados.

As maiores taxas de incidência de covid-19 foram observadas nos estados de Rondônia, Amapá, Tocantins, Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, e no Distrito Federal.

UTI

Segundo a Fiocruz, as taxas de ocupação de leitos de unidades de Terapia Intensiva (UTIs) no SUS por pacientes adultos com covid-19 em diversos estados se mantêm, em geral, em níveis muito elevados. Dados de 19 de abril, em comparação aos do último dia 12, indicam a saída do Amapá de zona de alerta crítico para zona de alerta intermediário, na qual já se encontravam Amazonas, Maranhão e Paraíba. Exceto por Roraima, fora de zona de alerta, os demais estados e o Distrito Federal permaneceram em zona de alerta crítico.

Catorze estados e o Distrito Federal encontram-se com taxas de ocupação superiores a 90%: Rondônia (94%), Acre (94%), Tocantins (93%), Piauí (94%), Ceará (98%), Rio Grande do Norte (93%), Pernambuco (97%), Sergipe (97%), Espírito Santo (91%), Paraná (94%), Santa Catarina (97%), Mato Grosso do Sul (100%), Mato Grosso (96%), Goiás (90%) e Distrito Federal (98%).

SRAG

A análise constata que as incidências de Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG), outro indicador estratégico, se encontram em níveis de estabilidade em muitos estados ou em redução. No entanto, ainda estão em níveis muito altos. Cerca de 90% dos casos de SRAG são devido a infecções por Sars-CoV-2. De acordo com o estudo, os estados com níveis altos e estáveis de SRAG são principalmente das regiões Sul e Nordeste. (Agencia Brasil)

Bolsonaro responsabiliza prefeitos e governadores por desemprego

O presidente Jair Bolsonaro voltou a responsabilizar gestores municipais e estaduais pelo aumento do desemprego no país. Ele participou, na tarde da sexta-feira (23), em Belém, de uma cerimônia para a entrega de 468 mil cestas de alimentos a famílias em situação de vulnerabilidade no Pará. Em discurso, ele afirmou que o governo federal não tomou nenhuma medida para forçar o isolamento social e criticou quem adotou esse tipo de iniciativa.

"Lamentavelmente, como efeito colateral da política de destruição de empregos, fique em casa, lockdowns, toque de recolher, entre outras coisas, cresceu a massa de pessoas que nada mais têm ou quase nada mais têm, e precisa do Estado num momento difícil como esse", disse Bolsonaro.

O isolamento social é considerado pelos cientistas uma das medidas mais eficazes para conter a disseminação da covid-19, além da própria vacinação em massa. Em um recado a governadores, ele afirmou que falta assistência social à população mais pobre.

"Essa passagem por aqui, como tivemos há pouco em Manaus também, visa colaborar com aqueles mais necessitados, através de vários ministros que integram o nosso governo. É um momento de humanidade para com essas pessoas, onde infelizmente a gente vê que aqueles que retiraram os empregos não fazem quase nada por aqueles que foram desempregados nos seus estados". Bolsonaro estava acompanhado de ministros e parlamentares.

Manaus

Pela manhã, o presidente cumpriu agenda em Manaus, onde participou da inauguração da segunda etapa do Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques, que contou com aporte de recursos federais.

Ao todo, serão distribuídas 468 mil cestas de alimentos para 178 mil famílias de comunidades tradicionais no Pará. Os alimentos foram adquiridos pelo Ministério da Cidadania, por meio do programa Brasil Fraterno, que atende famílias vulneráveis nos municípios mais afetados pela pandemia do novo coronavírus.

Cada cesta reúne produtos que incluem: arroz, feijão, óleo vegetal, macarrão, flocos de milho, farinha de mandioca, açúcar e leite em pó. (Agencia Brasil)

Estado de SP registra alta de estupros e queda em homicídios dolosos

O estado de São Paulo teve 82 casos de estupro a mais em março deste ano na comparação com o mesmo mês do ano passado, o que representa aumento de 8,6%. Foram 953 ocorrências em março de 2020 e 1.035 no mês passado. As estatísticas criminais foram divulgadas na tarde de sexta-feira (23) pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo (SSP-SP). Já os homicídios dolosos – aqueles com intenção de matar – tiveram queda de 17,1% nos casos e de 16,2% nas vítimas - os totais passaram de 286 para 237 e de 297 para 249, respectivamente, no mesmo período. No indicador de vítimas de mortes intencionais, o resultado é o menor da série histórica do período, iniciada em 2001, segundo a secretaria.

Com as variações, as taxas dos últimos 12 meses (de abril de 2020 a março de 2021) ficaram em 6,42 casos e 6,75 vítimas de morte intencional para cada grupo de 100 mil habitantes.

Crimes contra o patrimônio

Os números de casos e de vítimas de latrocínio – roubos seguidos de morte – caíram igualmente de 18 para 16 no período. Nos roubos em geral a redução foi de 15,3%, passando de 20.530 para 17.396, e nos roubos de veículos a queda foi de 19,6%, passando de 3.181 para 2.556. As quantidades atingidas nesses dois indicadores de roubo são as menores da série histórica.

O indicador de extorsão mediante sequestro ficou zerado em março, pela primeira vez para este mês desde o começo da série histórica em 2001.

Com diferença de cinco ocorrências, os roubos de cargas passaram de 580 para 575 – recuo de 0,9%. Já os roubos a banco passaram de quatro boletins de ocorrência contabilizados no terceiro mês do ano passado, contra dois em março de 2021.

Já os furtos de veículos subiram de 5.792 para 6.280 casos, enquanto os furtos em geral apresentaram diminuição de 41 ocorrências - foram 33.057 registros no mês passado e 33.098 em março de 2020 (-0,1%). A soma é a menor da análise histórica do período.

As polícias paulistas em todo o Estado realizaram, em março, 12.865 prisões e apreenderam 1.048 armas de fogo ilegais. Também foram registrados 3.625 flagrantes por tráfico de entorpecentes. (Agencia Brasil)

Anvisa concede três autorizações para fabricação de oxigênio medicinal

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou na sexta-feira (23) que concedeu três autorizações de funcionamento para empresas fabricantes de oxigênio medicinal. Segundo a agência, a medida reforça o fornecimento do produto para hospitais durante a pandemia de covid-19.

A Anvisa autorizou as operações das empresas Oxi-Borges Comércio de Gases Industriais e Medicinais, Oeste Comércio de Gases Derivados do Ar e Oxigênio Cariri.

O órgão também informou que toda empresa que realiza a fabricação e o envase de gases medicinais deve possuir uma autorização de funcionamento, que é concedida após o cumprimento de requisitos técnicos e administrativos.

Segundo a agência, atualmente, não há nenhum pedido de autorização para fabricação de oxigênio pendente de análise. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos